



Ana Cristina Martins Silva

Licenciada em Ciências de Engenharia do Ambiente

**Projectos Inovadores para a
Sustentabilidade Local Ancorados em
Dinâmicas Sociais e Redes de Cidadãos.
Ensinamentos a Registrar e o Papel do
Engenheiro do Ambiente.**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Engenharia do Ambiente, perfil de Ordenamento do Território e
Impactes Ambientais

Orientador: Prof. Doutor João António Muralha Ribeiro
Farinha, Professor Auxiliar da FCT-UNL

Júri:

Presidente: Prof. Doutora Lia Maldonado Teles Vasconcelos
Vogais: Prof. Doutor João António Muralha Ribeiro Farinha
Arqt. António Luís Moreira de Carvalho Perestrelo



FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Outubro de 2012

Projectos Inovadores para a Sustentabilidade Local Ancorados em Dinâmicas Sociais e Redes de Cidadãos. Ensinamentos a Registrar e o Papel do Engenheiro do Ambiente.

Copyright © Ana Cristina Martins Silva,
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
e Universidade Nova de Lisboa

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Agradecimentos

Ao Professor Doutor João António Muralha Ribeiro Farinha pelo apoio, incentivo e conhecimentos que transmitiu ao longo da realização desta dissertação.

Ao Departamento de Ambiente e Equipamento da Câmara Municipal de Oeiras, João da Veiga Gomes da Unidade de Intervenção Territorial Oriental da Câmara Municipal de Lisboa, Cristina Morais da AVAAL, Rita Moreira da EMAC, Paula Alberto da OEINERGE, Joana Clemente da Junta de Freguesia dos Anjos, João Oliveira do projecto “Bike to Work”, Vanda Dias da Tis, José Diogo da Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal (ADREPES) e ao Fernando Mendes do projecto “CoworkLisboa”, pela disponibilidade e informações fornecidas sobre os projectos abordados neste trabalho.

Aos meus pais, pela paciência e pelo apoio.

Ao Paulo, por estar sempre presente e acreditar em mim incondicionalmente.

A todos os amigos que, de uma forma ou de outra, estiveram presentes e contribuíram para a realização deste trabalho.

Resumo

A actualidade tem sido marcada por várias crises, não só a nível económico mas também a nível ambiental e social. De forma a contornar estas dificuldades é urgente actuar a nível dos problemas que ocorrem na sociedade. No entanto, é necessário que as comunidades se adaptem, que sejam resilientes, ou seja, tenham a capacidade de suportar perturbações sem colapsar, adaptando-se às novas condições de forma a reequilibrá-las e a tornar a sociedade mais sustentável.

Este discurso de sustentabilidade tem sido largamente discutido devido aos problemas que a sociedade enfrenta, e tem enfrentado, ao longo dos anos. Para a atingir é fundamental agir de forma mais incisiva. No entanto, a maioria dos problemas que impedem a sua prossecução possuem raízes locais, sendo assim indispensável actuar num âmbito territorial mais reduzido.

De acordo com esta abordagem, é fundamental agir a nível da sustentabilidade local, com a colaboração de todos, como factor estratégico para uma sustentabilidade global.

A realização desta dissertação teve como principal objectivo avaliar projectos inovadores, na Área Metropolitana de Lisboa, que contribuem para a sustentabilidade local. A sua avaliação foi realizada de modo a compreender as dinâmicas sociais e os motivos de sucesso, incidindo também na análise do papel que o Engenheiro do Ambiente desempenha ou que pode desempenhar neste tipo de projectos.

Deste modo, foi possível verificar que os projectos em estudo seguiam um modelo de desenvolvimento integrado. Este facto é um dos motivos de sucesso dos projectos, pois torna-os eficazes na resolução dos problemas locais.

Relativamente à mobilização da população, verificou-se que esta é cada vez maior. Os cidadãos demonstram, cada vez mais, uma preocupação e sentido de pertença pelo espaço público, e a sua cooperação com as autoridades locais e a participação nas acções a realizar para a execução dos projectos é visível de uma forma crescente na nossa sociedade.

A colaboração de um Engenheiro do Ambiente foi verificada em alguns dos projectos, sendo que noutros essa participação não ocorreu. No entanto, considera-se que a colaboração do Engenheiro do Ambiente é sempre uma mais-valia para este tipo de projectos devido às suas competências profissionais e ao contributo que pode oferecer para a sua realização e sucesso.

Plavras-Chave

Projectos inovadores, inovação, sustentabilidade local, participação comunitária, ambiente

Abstract

Actuality has been marked by many crises, not only in an economical level but also in an environmental and social one. In order to overcome these difficulties, it is urgent to take action at the level of the problems that occur in society. However, it is necessary for communities to adapt, to be resilient, in other words, to have the ability to support disturbance without collapsing, adapting themselves to new conditions in order to rebalance them and make society more sustainable.

This discourse of sustainability has been widely discussed due to the problems that society faces, and has been facing, over the years. To achieve sustainability it is crucial to act in a more incisive way. However, most of the problems that oppose to its prosecution have local roots, so it is indispensable to act in a reduced territorial scope.

According to this approach, it is crucial to take action at the level of local sustainability, with the cooperation of everyone, as a strategic factor for global sustainability.

This dissertation's main objective was to evaluate innovative projects, in Lisbon Metropolitan Area, which contribute to local sustainability. Their review has been carried out in order to understand the social dynamics and the reasons of success, also focusing on the analysis of the Environmental Engineer's role in this type of projects.

Thus, it was possible to verify that the projects under study followed an integrated development model. This fact is one of the reasons for the success of projects, because it makes them effective in the solution of local problems.

Relatively to the population's mobilization, it was found that it's increasing. Citizens demonstrate an increasing concern and a sense of belonging for the public space, and their cooperation with local authorities and participation in actions for the implementation of projects is increasingly visible in our society.

The collaboration of an Environmental Engineer was checked in some of the projects, and in others that participation did not occur. However, it is believed that the collaboration of the Environmental Engineer is always an asset for such projects due to their professional skills and the contribution they can offer to their execution and success.

Keywords

Innovative projects, innovation, local sustainability, community participation, environment

Índice de Matérias

1.	Introdução	1
1.1.	Enquadramento.....	1
1.2.	Âmbito e Objectivos	2
1.3.	Estrutura e organização da dissertação	3
2.	Revisão de Literatura	7
2.1.	A Sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável: Evolução Histórica	7
2.2.	A Sustentabilidade Local e a Participação.....	20
2.3.	Dinâmicas Sociais e Capital Social	32
2.4.	Cidade em transição rumo a uma comunidade sustentável.....	35
2.5.	Projectos inovadores como forma de inovação social.....	38
2.6.	O Papel do Engenheiro do Ambiente.....	39
2.7.	Iniciativa URBAN - Um exemplo a seguir	41
3.	Metodologia do Trabalho.....	47
4.	Projectos Inovadores na Área Metropolitana de Lisboa – Casos de Estudo.....	51
4.1.	A Área Metropolitana de Lisboa	51
4.2.	Projectos Analisados	54
4.2.1.	Viver Marvila	55
4.2.2.	Tutor de Bairro	59
4.2.3.	Bairro Limpo	62
4.2.4.	Família Oeiras Ecológica	64
4.2.5.	Dou Vida ao Bairro	67
4.2.6.	Anjos Consigo	69
4.2.7.	Bike to Work.....	70
4.2.8.	Pedibus	71
4.2.9.	Prove – Promover e Vender	73

4.2.10. CoworkLisboa	76
5. Síntese e Discussão dos Resultados	79
5.1. Análise SWOT da Área Metropolitana de Lisboa	79
5.2. Síntese dos Resultados e Questões de Investigação.....	81
6. Conclusões e Perspectivas Futuras	93
Referências Bibliográficas	97
Anexos	109
Anexo A	109
Anexo B.....	130
Anexo C.....	131
Anexo D	132

Índice de Figuras

Figura 2.1. Dimensões da Sustentabilidade	11
Figura 2.2. Representação do “limite de sustentabilidade” resultante dos impactes humanos.....	21
Figura 2.3. Marcos históricos para a Sustentabilidade Local	23
Figura 2.4. Níveis de tomada de decisão e acção	24
Figura 2.5. Representação da interacção dos processos de <i>bottom-up</i> e <i>top-down</i>	27
Figura 2.6. Responsabilidade da implementação do desenvolvimento sustentável.....	29
Figura 2.7. Principais obstáculos ao desenvolvimento sustentável local	30
Figura 2.8. Participação dos cidadãos em grupos de acção local na Europa	31
Figura 2.9. Componentes integrantes das comunidades sustentáveis.....	36
Figura 2.10. Locais onde os programas URBAN se realizaram.....	43
Figura 2.11. Locais onde existem projectos no âmbito do URBACT	46
Figura 3.1. Metodologia adoptada para a realização deste trabalho	47
Figura 4.1. Região da AML constituída pela zona da Grande Lisboa e pela Península de Setúbal ..	52
Figura 4.2. Representação espacial dos projectos na AML.....	54
Figura 4.3. Programas Operacionais do “Viver Marvila”	56
Figura 4.4. Área de Intervenção do “Viver Marvila”	57
Figura 4.5. Reabilitação de lotes e do espaço público no bairro das Amendoeiras.....	58
Figura 4.6. Reabilitação dos edifícios do bairro das Amendoeiras, resultante da realização de um estudo de cor para o bairro.....	58
Figura 4.7. Requalificação da Praça do Armador	58
Figura 4.8. Serviços solicitados aos Tutores de Bairro de Janeiro de 2009 a Dezembro de 2011 ...	61
Figura 4.9. Acções de limpeza realizadas pelos cidadãos	63
Figura 4.10. Folheto de divulgação do projecto.....	65
Figura 4.11. Exemplo de um cabaz Prove	74

Figura 4.12. Capacidades pessoais e técnicas para liderar o processo	75
Figura 5.1. Representação do âmbito territorial que os projectos abrangem.....	90

Índice de Tabelas

Tabela 2.1. Objetivos e respectivas áreas de actuação presentes na “Carta de Aalborg”	13
Tabela 2.2. Princípios de acção do relatório “Cidades Europeias Sustentáveis”	14
Tabela 2.3. Compromissos de Aalborg.....	18
Tabela 2.4. Características de parcerias comunitárias de sucesso	33
Tabela 2.5. Habilidades e competências genéricas.....	40
Tabela 5.1. Análise SWOT da AML	80
Tabela 5.2. Principais resultados dos projectos	84
Tabela 5.3. Capacidades pessoais e profissionais detectadas nos gestores dos projectos	87
Tabela 5.4. Principais dimensões da sustentabilidade abrangidas pelos projectos	88

Lista de Siglas e Acrónimos

AML – Área Metropolitana de Lisboa
ART – Associação de Residentes de Telheiras
AVAAL – Associação para a Valorização da Alta de Lisboa
CCE – Comissão das Comunidades Europeias
CE – Comissão Europeia
CECVS – Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis
CML – Câmara Municipal de Lisboa
CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CMO – Câmara Municipal de Oeiras
CMP – Câmara Municipal de Palmela
CNADS – Concelho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
CNUAD – Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento
CNUDS – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais
ENDS – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
GEBALIS – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa
ICLEI – International Council for Local Environment Initiatives
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IUCN – International Union for Conservation of Nature and Natural Resources
JFA – Junta de Freguesia dos Anjos
MUBi – Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta
OEINERGE – Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras
Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza
UE – União Europeia
UN – United Nations
WCED – World Commission on Environment and Development

1. Introdução

1.1. Enquadramento

Durante muito tempo o Homem exerceu graves pressões sobre o ambiente, consumiu de forma insustentável os recursos naturais, gerou poluição e ultrapassou frequentemente limiares de capacidade de carga, colocando em risco a sustentabilidade do sistema.

Estes factos têm causado impactes complexos e contraditórios para o desenvolvimento sustentável (Atkinson *et al.*, 2007).

Os desafios e as suas respostas exigem que as preocupações sejam integradas entre si (dimensão ambiental, social, económica e de governação) e não apenas considerar como prioridade única o crescimento económico. Esta atitude, de focagem no crescimento económico, tem impactes negativos dificilmente reversíveis a nível ambiental e social. Se nada for feito para promover o equilíbrio entre as várias componentes da sustentabilidade, e intervir para reverter a situação criada, as perspectivas futuras são muito negativas. O papel do Engenheiro do Ambiente na promoção deste reequilíbrio afigura-se muito importante, necessário e cheio de oportunidades.

Há alguns anos a sociedade começou a revelar interesse e procura por um modelo de evolução mais sustentável, tendo constituído uma crescente preocupação face ao conjunto de oportunidades e ameaças que têm afectado a estrutura das actividades económicas, o conjunto do tecido social e o equilíbrio ambiental (APA, 2008).

Num período em que o país e a Europa atravessam uma grave crise económica, social e ambiental, é essencial recorrer a todos os recursos disponíveis para reverter esta situação. É necessário assegurar abordagens integradas, considerando as várias dimensões da sustentabilidade, e garantir que os processos sejam eficientes nos resultados que obtêm e adequados nos meios que utilizam.

O desenvolvimento sustentável pressupõe uma preocupação com o futuro das gerações e não só com o presente. É essencial proteger os recursos vitais, incrementando factores de coesão social e equidade, garantindo um crescimento económico em equilíbrio com o ambiente.

Esta visão integradora entre economia, sociedade e natureza, respeitando os recursos naturais, a biodiversidade e a solidariedade entre gerações e países, constitui o pano de fundo das políticas

internacionais e comunitárias que têm de ser prosseguidas para um desenvolvimento mais sustentável (APA, 2008).

A sustentabilidade necessita de ser implementada na prática e não ficar apenas pelos conceitos teóricos. O seu conceito tem sido, nos últimos anos, adoptado por vários cientistas, primeiros-ministros e cidadãos, como meta a atingir para um futuro melhor. No entanto, a sua “medição” é ainda praticamente inexistente (Ruta e Hamilton, 2007).

A urgência da mudança requer acção e mudança. A nível local este aspecto é de grande importância, pois os bons resultados práticos mobilizam a comunidade para o envolvimento no seu futuro comum.

A sustentabilidade requer a integração de todas as dimensões de forma indissociável, e uma cooperação e esforço da parte de todos os integrantes da sociedade. É por esta razão que o envolvimento da população em projectos locais é essencial e inevitável para atingir este grande objectivo, pois são eles que melhor conhecem o local, e são eles que poderão fornecer uma grande ajuda na execução das acções a realizar neste âmbito.

É também necessário que as medidas a adoptar sejam inovadoras, diferentes do que tem sido realizado até agora. A inovação nos projectos que contribuem para a sustentabilidade local é uma mais-valia, pois neste momento os projectos têm de se realizar sob fortes condicionantes devido à situação actual do nosso país, e só assim será possível persistirem e terem o êxito desejado.

Deste modo, a transição rumo a uma comunidade cada vez mais sustentável requer um processo dinâmico e contínuo, não ocorrendo apenas pontualmente, existindo também a necessidade de que os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável sejam convertidos em mudanças visíveis na sociedade.

1.2. Âmbito e Objectivos

A presente dissertação visa o estudo de projectos inovadores já concretizados ou em progressão, que contribuem para a sustentabilidade local. Os dez projectos foram seleccionados através de critérios específicos, tendo em conta o período muito especial de crise económica e social que o país atravessa.

Deste estudo pretende-se extrair ensinamentos para que o Engenheiro do Ambiente possa intervir activamente neste âmbito. Com base nos dez projectos, são analisados diferentes factores

que se mostram determinantes para o seu sucesso e para reforçar as dinâmicas locais para a sustentabilidade.

Os principais objectivos desta dissertação são:

- Analisar um grupo seleccionado de projectos inovadores de âmbito local, no contexto geográfico da AML, que reconhecidamente contribuem para a sustentabilidade da comunidade, identificando as suas dinâmicas e os principais factores de sucesso;
- Compreender os movimentos locais que estão na origem dos projectos e as novas dinâmicas sociais, como contributo para a participação da comunidade na melhoria da sua qualidade de vida e da sustentabilidade local;
- Equacionar qual o papel que o Engenheiro do Ambiente pode desempenhar neste tipo de projectos emergentes e as competências e habilidades necessárias para o realizar;
- Retirar ensinamentos da análise dos projectos para que o Engenheiro do Ambiente possa, de forma mais incisiva, colaborar em novos projectos emergentes vocacionados para a sustentabilidade local, tendo sempre como uma das prioridades a protecção do ambiente.

1.3. Estrutura e organização da dissertação

A presente dissertação encontra-se estruturada em seis capítulos principais e uma secção de anexos, sendo que os capítulos principais traduzem o fundamental da investigação, e os anexos a informação complementar relevante para a sua realização.

Capítulo 1 – Introdução

Neste capítulo é realizada uma introdução ao trabalho desenvolvido, constituída por um enquadramento geral, uma definição dos objectivos do trabalho e pela estrutura da dissertação.

Capítulo 2 – Revisão de Literatura

Nesta fase é feita uma revisão do quadro de conhecimentos sobre o tema central da dissertação, e são vistos os principais marcos e a evolução histórica sobre o desenvolvimento sustentável. Este capítulo define conceitos e explana-os, baseado na literatura mais relevante, de modo a obter uma compreensão adequada da temática em estudo.

Para além da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável, os principais temas abordados são: a participação da comunidade nos projectos promotores de sustentabilidade local, as

dinâmicas locais que estão a emergir, a inovação e os conhecimentos como ponto de partida para os desafios que se encontram actualmente na sociedade (tanto a nível económico, ambiental e também social), e ainda o papel do Engenheiro do Ambiente nestas novas práticas para a sustentabilidade.

Capítulo 3 – Metodologia do Trabalho

Neste capítulo é descrita a metodologia adoptada para a realização deste trabalho, nomeadamente são aqui apresentadas e explicadas as várias fases do trabalho de investigação que, de forma bem articulada, contribuíram para a sua concretização, assim como os critérios de selecção dos projectos a analisar.

Capítulo 4 – Projectos Inovadores na Área Metropolitana de Lisboa: Casos de Estudo

Neste capítulo é realizado, no seu início, uma breve caracterização do contexto geral em que os casos de estudo se integram, a Área Metropolitana de Lisboa (AML). Esta caracterização passa por um breve enquadramento histórico, geográfico e económico, e também por uma caracterização ambiental da área.

Os dez casos de estudo são descritos neste capítulo sendo efectuada uma análise detalhada segundo os aspectos necessários para responder às questões de investigação.

Entre os vários aspectos abordados encontram-se nesta análise: a génese do projecto, de modo compreender como ele começou e de onde surgiu a ideia, quais os actores envolvidos e quais é que desempenham um papel mais destacado, quais os contributos do projecto para a sustentabilidade local e quais as dimensões da sustentabilidade que têm mais destaque no projecto.

Outros dos aspectos abordados são, o âmbito territorial que o projecto abrange, os principais resultados obtidos e os motivos do seu sucesso, e também os aspectos que se consideram mais inovadores. A presença ou não de um Engenheiro do Ambiente no planeamento e realização dos projectos foi também analisada, de modo a compreender onde é que os profissionais desta área têm oportunidade de actuar nas novas dinâmicas para a sustentabilidade.

O material para a realização desta análise foi levantado de diferentes modos que incluem o contacto directo com os principais intervenientes, a pesquisa nos meios de comunicação social e documentação diversa relativa a cada projecto.

Capítulo 5 – Síntese e Discussão de Resultados

Primeiramente neste capítulo é apresentada uma análise SWOT da AML, para uma avaliação do território no que respeita à sustentabilidade, de modo a ser perceptível a dinâmica da área onde os projectos se inserem e o que é possível fazer perante os resultados obtidos para melhorar os pontos fracos e potenciar os pontos fortes.

A parte fulcral deste capítulo apresenta as respostas ao conjunto das questões de investigação que guiaram este trabalho. São aqui detalhados os principais resultados alcançados com a investigação e sintetizados os principais conhecimentos obtidos com a análise dos projectos.

Capítulo 6 – Conclusões e Perspectivas Futuras

No último capítulo são apresentadas as principais conclusões e apontadas as lições aprendidas com os casos de estudo analisados.

São ainda apresentadas recomendações para desenvolvimentos futuros sobre o tema, que visem complementar e dar continuidade ao trabalho desenvolvido.

2. Revisão de Literatura

2.1. A Sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável: Evolução Histórica

“A procura de um modelo mais sustentável de evolução da sociedade tem constituído preocupações dominantes nas últimas décadas face ao conjunto de oportunidades, mas também de ameaças, que afectam o conjunto do tecido social, a estrutura das actividades económicas e o equilíbrio ambiental (APA, 2008).”

Para que no futuro seja possível a existência de um mundo melhor em que a população desfrute de uma vida estável e com recursos disponíveis quer a nível ambiental, social e económico, é fundamental continuar a desenvolver e a adoptar políticas de sustentabilidade, com mais empenho do que tem sido feito até agora, de modo a que a sociedade progrida nesse sentido.

É fundamental que os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, que têm sido debatidos ao longo dos anos, se tornem cada vez mais evidentes e manifestados na sociedade.

Estes dois conceitos envolvem várias vertentes da comunidade e podem ser bastante complexos devido às definições que têm adquirido ao longo dos anos.

Neste sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser considerado muito mais lato do que o da protecção do ambiente, pois implica várias questões essenciais como (CE, 1996):

- Preocupação com as gerações futuras e com a salubridade e integridade do ambiente a longo prazo;
- Preocupação com a qualidade de vida, equidade entre as pessoas e gerações;
- Preocupação com a dimensão social e ética do bem-estar humano;
- Aumento do desenvolvimento, que só deve existir se este se situar dentro dos limites da capacidade de carga dos sistemas naturais.

O desenvolvimento sustentável tem sido um termo amplamente utilizado e crescentemente discutido ao longo das últimas décadas. Este facto deve-se à crescente competição entre o sistema natural e o sistema económico, que se tem verificado ao longo dos anos.

Assim, o ponto de partida para este conceito decorreu precisamente da necessidade de integrar as considerações ambientais na política económica.

As preocupações relacionadas com o limite dos recursos iniciaram-se nos anos 60, sendo nesta década constituído o Clube de Roma, em 1968. O seu objectivo principal era identificar os problemas que iriam determinar o futuro da humanidade, e analisar os limites do crescimento económico, tendo em conta o uso crescente dos recursos naturais e a degradação do ambiente.

Como resultado desta preocupação, em 1972, foi publicado o relatório “Os Limites do Crescimento”, mais conhecido como o Relatório do Clube de Roma ou Relatório de Meadows (Meadows *et al.*, 1972).

Este documento recaiu essencialmente na preocupação do crescimento exponencial a nível económico e demográfico, tendo como consequência o aumento dos níveis de poluição e a sobre-exploração de recursos, levando conseqüentemente ao seu esgotamento. Esta abordagem foi uma contribuição para o início do debate sobre a relação entre o desenvolvimento económico e o ambiente (Madureira, 2005).

No mesmo ano da publicação deste relatório, realizou-se em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, sendo pela primeira vez discutidas a nível mundial as preocupações ambientais globais.

O termo “desenvolvimento sustentável” foi utilizado pela primeira vez, em 1980, no relatório intitulado “A Estratégia Global para a Conservação”, publicado pela International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) (Dresner, 2007). Posteriormente foi formalizado no Relatório de Brundtland - “Nosso Futuro Comum”, em 1987.

Este relatório foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) e definiu o conceito como sendo um “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazerem as suas necessidades” (WCED, 1987).

Segundo Lee (2000), esta definição de desenvolvimento sustentável é “descaradamente” antropocêntrica, pois define as necessidades apenas do ponto de vista humano.

O desenvolvimento proposto era considerado como um meio de erradicar a pobreza, satisfazer as necessidades humanas e de garantir uma distribuição justa dos recursos, considerando que a justiça social é uma componente essencial para este padrão de desenvolvimento (Hopwood *et al.*, 2005).

Outra definição possível para o desenvolvimento sustentável defendida pela IUCN, é que para este tipo de desenvolvimento emergir é necessário ponderar a integração da conservação e do desenvolvimento de modo a garantir que a modificação do planeta assegure a sobrevivência e o bem-estar de todos (IUCN, 1980). Na realidade, esta definição vai de encontro à referida e adoptada pela World Commission on Environment and Development (WCED).

Uma abordagem mais abrangente identifica o desenvolvimento sustentável como sendo a manutenção de um nível de valores não decrescentes de indicadores ecológicos, sociais e económicos. No entanto, a lacuna desta abordagem incide na dificuldade de quantificar a sustentabilidade quando o valor de alguns indicadores aumenta e o de outros diminui simultaneamente, ou seja, quando não seguem o mesmo sentido de variação (Norton, 2007).

Williams e Millington (2004) demonstraram que o conceito de desenvolvimento sustentável é extremamente difícil de definir e bastante evasivo, sendo que Fowke e Prasad, citados na publicação destes autores, identificaram numa investigação exaustiva pelo menos oitenta definições, algumas delas concordantes e outras contraditórias (Fowke e Prasad, 1996 em Williams e Millington, 2004).

Embora existam várias definições, e como é referido no Relatório de Brundtland, chegar a uma definição globalmente aceite de desenvolvimento sustentável permanece como um desafio para todos os intervenientes no processo de desenvolvimento (WCED, 1987).

Munasinghe (1993) partilha da mesma opinião, e explica que não há uma definição do conceito que seja universalmente correcta ou errada, pois esta depende da diversidade de necessidades a curto prazo, das preocupações e das metas estabelecidas a longo prazo em todo o mundo. No entanto, a definição da WCED continua a ser a mais referida e utilizada até aos dias de hoje.

No decorrente aumento do interesse pelo meio ambiente, em 1990, foi publicado pela Comissão Europeia (CE) o “Livro Verde sobre o Ambiente Urbano”, que fez o diagnóstico dos problemas ambientais urbanos e propôs uma reorientação das políticas de ambiente.

Dois anos depois, em 1992, no Rio de Janeiro, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e o Desenvolvimento (CNUAD), 2ª Cimeira da Terra, onde surgiu a Agenda 21 e onde

foram aprovadas a Convenção sobre Alterações Climáticas, Convenção sobre Diversidade Biológica (Declaração do Rio) e a Declaração dos Princípios sobre Florestas.

Esta conferência demonstrou uma crescente preocupação e interesse mundial pelo futuro do planeta, começando realmente a compreender-se que é necessário um trabalho conjunto e uma execução de estratégias integradas - rumo a um desenvolvimento económico e social ambientalmente mais sustentável.

O surgimento da Agenda 21 nesta cimeira foi de extrema importância, pois este instrumento veio em muito contribuir para o progresso da comunidade, tendo como objectivo atingir uma maior sustentabilidade a todos os níveis.

Este documento é orientador dos governos, das organizações e da sociedade civil, e tem como objectivo conciliar o desenvolvimento económico e a coesão social com a protecção do ambiente (APA e Terra, 2007), funcionando como um “plano de acção” que deve ser utilizado a todas as escalas: mundial, nacional, regional e local.

Na opinião do Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano, no relatório “Cidades Europeias Sustentáveis”, uma das questões principais era a criação da capacidade institucional para assegurar o desenvolvimento sustentável, incluindo os processos e meios que permitissem aos governos e comunidades locais desenvolver aptidões e conhecimentos especializados necessários para gerir o ambiente e os recursos naturais, de forma sustentável (CE, 1996).

Esta questão estava já presente na Agenda 21, capítulo 28 (Iniciativas das autoridades locais em apoio á Agenda 21), onde é atribuída responsabilidade ao poder local para desenvolver uma plataforma de diálogo e criação de consensos, promovendo uma estratégia participada de sustentabilidade. Desta necessidade surgiu a Agenda 21 Local (UN, 1992).

A Agenda 21 Local pretende atingir os objectivos da Agenda 21, mas a nível local, e é um processo que envolve as autoridades locais em parceria com a comunidade, de modo a implementar a sustentabilidade através da elaboração de planos de acção estratégicos, constituindo um importante veículo para o desenvolvimento e também para o progresso político (ICLEI, 2002).

Este instrumento tem como principal objectivo o aumento da qualidade de vida da população, de modo a salvaguardar os recursos, protegendo e valorizando o património natural, tornando o tecido económico local mais forte e competitivo, alcançando comunidades socialmente mais justas e aumentando as capacidades cívicas e de governação local (Farinha, 2005).

Desta forma, foi concebida uma ferramenta importante que tem contribuído para a sustentabilidade local e apelado à construção de comunidades mais sustentáveis, através de uma integração das vertentes económica, social, ambiental e também do envolvimento e participação activa de todos os intervenientes da comunidade. Com este instrumento é introduzida uma nova responsabilidade de participação de todos os actores locais de modo a contribuírem, também eles, para o desenvolvimento sustentável.

Assim, as três dimensões da sustentabilidade estão interligadas por um denominador comum, o desenvolvimento sustentável, que depende do crescimento económico, de uma conservação da natureza e da equidade social (CEE, 2007). Estes três pilares assentam numa base de governância, como resultado de uma nova responsabilidade de todos os actores em participar num percurso de desenvolvimento mais sustentável da sociedade (Figura 2.1).

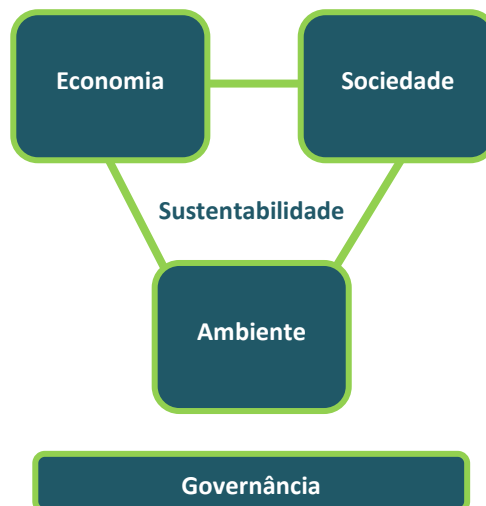


Figura 2.1. Dimensões da Sustentabilidade

A base de governância, essencial para um correcto desenvolvimento sustentável, é vista por Aragão (2005) (em Vasconcelos *et al.*, 2009) como: “uma nova resposta para novas preocupações, uma solução diferente para problemas especiais (...) através de formas menos autoritárias, hierarquizadas e formalizadas, das quais se espera uma maior legitimidade e eficácia, mas também, maior responsabilidade, partilha e coerência”.

Este conceito é fundamental para a emergência de acções inovadoras de desenvolvimento urbano, devendo ser uma nova governância assumida pelos diferentes níveis da administração pública, bem como por outros actores envolvidos e cidadãos em geral, através de práticas

participativas e colaborativas que resultem numa intervenção com resultados visíveis na resolução dos problemas urbanos (Vasconcelos *et al.*, 2009).

No seguimento da crescente preocupação ambiental, em 1993, foi elaborado o 5º Programa de Acção em matéria Ambiente da União Europeia – “Rumo a um Desenvolvimento Sustentável”, onde foram apresentadas novas estratégias da UE em matéria de ambiente, e as respectivas acções a serem realizadas para alcançar um desenvolvimento cada vez mais sustentável.

Esta foi a principal resposta da Comunidade à Conferência do Rio, sendo elaborada em paralelo com a sua realização e com o lançamento da Agenda 21, constituindo o primeiro compromisso assumido da Comunidade no sentido do desenvolvimento sustentável (CCE, 1999).

Como objectivos principais do programa consideram-se os seguintes (CCE, 1999):

- Estratégias para os sete temas ambientais prioritários (alterações climáticas, acidificação, biodiversidade, recursos hídricos, ambiente urbano, zonas costeiras e resíduos) e para a gestão de riscos e acidentes;
- Integração dos requisitos ambientais em sectores-alvo (indústria, energia, transportes, agricultura e turismo);
- Alargamento da gama de instrumentos;
- Informação, transparência na abordagem e desenvolvimento do conceito de responsabilidade partilhada;
- Inclusão da dimensão internacional, reflectindo os problemas mundiais e a Conferência do Rio.

Neste mesmo ano, o Grupo de Peritos sobre Ambiente Urbano, constituído em 1991, em cooperação com a Comissão Europeia (CE), lançou o projecto “Cidades Sustentáveis”. Este projecto incidiu sobre o desenvolvimento urbano sustentável e a integração dos objectivos a alcançar nas estratégias de planeamento e gestão.

Os principais objectivos deste projecto foram (CE, 1996):

- Contribuir para o desenvolvimento de ideias sobre sustentabilidade em ambientes urbanos europeus;
- Promover uma troca de experiências e difundir as melhores práticas em matéria de sustentabilidade a nível local;

- Formular recomendações para influenciar as políticas ao nível da UE e dos Estados-Membros, bem como a nível regional e local.

No decorrer do interesse pela crescente sustentabilidade nas cidades, em 1994, foi apresentada a 1ª Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis (CECVS), na cidade Dinamarquesa de Aalborg, onde foi aprovado o documento “Carta das Cidades e Vilas Europeias para a Sustentabilidade”, mais conhecida como “Carta de Aalborg”.

Este documento foi um incentivo à reflexão mais aprofundada sobre a sustentabilidade do ambiente urbano e a uma execução de políticas urbanas que integrassem os impactos do desenvolvimento sobre o ambiente (CECVS, 1994).

Os principais objectivos estabelecidos para este compromisso foram os apresentados na Tabela 2.1.

Tabela 2.1. Objectivos e respectivas áreas de actuação presentes na “Carta de Aalborg”

Áreas	Objectivos
Equidade Social	Integrar na protecção ambiental as necessidades sociais básicas das populações e criar programas de acção sanitária, emprego e habitação.
Ecologia Urbana	Compreender que o factor limitativo para o desenvolvimento económico é o capital natural, sendo uma prioridade investir neste capital.
Mobilidade Urbana Sustentável	Melhorar as acessibilidades, promover e manter o bem-estar social e os modos de vida urbanos, diminuindo a necessidade de mobilidade desnecessária de veículos motorizados em detrimento de modos de transporte mais ecológicos.
Uso Sustentável do Território	Estabelecer políticas de ordenamento do território que integrem uma avaliação estratégica dos efeitos de todas as iniciativas ambientais.
Clima Mundial	Actuar ao nível da redução de emissões de gases com efeito de estufa, e proteger os recursos mundiais ricos em biomassa como as florestas e o fitoplâncton, os quais desempenham um papel importante no ciclo terrestre do carbono.
Prevenção da Intoxicação dos Ecossistemas	Desenvolver esforços para evitar a poluição a nível da atmosfera, água, solo e alimentos, actuando directamente na fonte.
Envolvimento da Comunidade	Promover a colaboração de todos os parceiros da comunidade (cidadãos, grupos locais, empresários) para o desenvolvimento dos planos locais da Agenda 21, sendo esta essencial para um

	correcto desenvolvimento sustentável.
Auto-Gestão no Plano Local	Desenvolver modos de vida sustentáveis, criar e gerir cidades igualmente sustentáveis, sendo importante que as autoridades locais tenham suficiente poder e uma base financeira sólida.

(Fonte: CECVS,1994)

A realização da Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social de Copenhaga, em 1994, veio reforçar a importância da terceira dimensão da sustentabilidade – a social, a qual é essencial para o correcto desenvolvimento sustentável das comunidades.

O desenvolvimento social é indissociável da democracia, devendo ter presente o respeito pelos direitos do Homem, incluindo a participação da sociedade civil através do diálogo entre os vários parceiros sociais. Com esta cimeira, fica presente também que a integração das políticas sociais e económicas é indispensável para a adaptação contínua a um contexto mundial em permanente evolução (CCE, 1995).

Como resultado do projecto “Cidades Sustentáveis” (1993) surgiu, em 1996, o relatório “Cidades Europeias Sustentáveis”, que identificava os princípios de desenvolvimento sustentável e os mecanismos essenciais para a sua realização, não apenas nas cidades, mas em todos os níveis da hierarquia urbana. Este relatório foi o principal documento de apoio à 2ª CECVS, a realizar em Lisboa.

O conteúdo deste relatório tinha por base uma perspectiva institucional e também ambiental, analisando a capacidade dos poderes locais para assegurarem a sustentabilidade na sua comunidade.

Este documento projectou ainda um quadro para a acção local, e identificou quatro princípios a utilizar no estabelecimento de metas e na medição e acompanhamento dos progressos em direcção à sustentabilidade nas zonas urbanas (Tabela 2.2) (CE, 1996).

Tabela 2.2. Princípios de acção do relatório “Cidades Europeias Sustentáveis”

Princípio da gestão urbana
Um processo de gestão urbana sustentável requer uma série de instrumentos orientados para as dimensões ambiental, social e económica, com vista a proporcionar a base necessária para a sua integração.
A utilização destes instrumentos leva a que a formulação das políticas urbanas vocacionadas para a sustentabilidade se torne um processo mais vasto, mais poderoso e mais ambicioso do que geralmente acontece.

Princípio da integração política
A integração deverá ser conseguida horizontalmente para reunir as sinergias das dimensões social, ambiental e económica da sustentabilidade, e verticalmente, entre todos os níveis da UE, Estados-Membros, poderes regionais e locais, para conseguir uma maior coerência de política e acção e evitar estratégias contraditórias em diferentes níveis.
Princípio de reflexão ecossistémica
Foca essencialmente aspectos como a energia, os recursos naturais e a produção de resíduos como fluxos ou ciclos. Promove a manutenção, o restabelecimento, a promoção e o encerramento de fluxos ou ciclos, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável. Outra das estratégias deste princípio é a regulação do tráfego e dos transportes, e a estratégia da rede dupla, que oferece um quadro para o desenvolvimento urbano a nível regional ou local baseando-se também nos princípios da reflexão ecossistémica.
Princípio de cooperação e parceria
A cooperação e a partilha entre diferentes níveis, organizações e interesses são elementos essenciais para um caminho para a sustentabilidade, pois a sustentabilidade é uma responsabilidade partilhada. A gestão sustentável é um processo de aprendizagem, no âmbito do qual “aprender fazendo”, partilha de experiências, ensino e formação profissional, trabalho multidisciplinar, parcerias e redes, consulta e participação da comunidade local, mecanismos educativos inovadores e aumento dos conhecimentos, são elementos essenciais.

(Fonte: CE, 1996)

Três anos após a 1ª CECVS, realizou-se a 2ª conferência em Lisboa (1996), onde estiverem presentes os representantes de autoridades locais e regionais de toda a Europa, e se conheceu a situação em que se encontravam os processos da Agenda 21 Local nos 35 países europeus envolvidos. Nesta conferência foram ainda analisados os progressos produzidos desde a primeira conferência realizada em Aalborg (CECVS, 1996).

Como resultado, foi produzido um documento intitulado “Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção”, baseado nas experiências locais e tendo em conta os princípios e as recomendações especificados na “Carta de Aalborg”, no “Step by Step Guide” da Comissão de Gestão das Administrações Locais do Reino Unido, no Guia de Planeamento da Agenda 21 Local do Conselho Internacional para as Iniciativas Locais de Ambiente (ICLEI) e no Relatório sobre “Cidades Europeias Sustentáveis” (CECVS, 1996).

Em 1998, é publicada a nível nacional a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 48/98 de 11 de Agosto), onde é relacionada a sustentabilidade e o desenvolvimento com o ordenamento do território e o urbanismo, nomeadamente nos seguintes Artigos:

Artigo 1º: “A política de ordenamento do território e de urbanismo define e integra acções promovidas pela Administração Pública, visando assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspectiva da sua valorização, designadamente no espaço europeu, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do País, das diferentes regiões e aglomerados urbanos.”

Artigo 5º: “A política de ordenamento do território e de urbanismo obedece aos princípios gerais de Sustentabilidade e solidariedade intergeracional, assegurando a transmissão às gerações futuras de um território e de espaços edificados correctamente ordenados (...).”

No decorrer do ano 2000, realizou-se a Cimeira do Milénio das Nações Unidas, em Nova Iorque, onde os Chefes de Estado e de Governo reafirmaram as suas obrigações comuns e comprometeram-se a atingir um conjunto de objectivos específicos presentes no documento resultante, designado “Declaração do Milénio” (UN, 2000).

De forma a acentuar os compromissos da sociedade para com a sustentabilidade, os países membros das Nações Unidas fixaram oito objectivos específicos de desenvolvimento a atingir até 2015. O sétimo objectivo pretendia garantir a sustentabilidade ambiental e como meta estabelecia a integração dos princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais, invertendo a actual tendência para a perda de recursos ambientais (UN, 2010).

Na continuidade das CECVS, realizou-se, no ano 2000, a 3ª conferência em Hanôver. Esta conferência teve como objectivo avaliar os progressos realizados no percurso das cidades rumo à sustentabilidade, e analisar as adaptações necessárias na viragem do século XXI para uma prossecução da sustentabilidade (CECVS, 2000).

Neste mesmo ano, uma avaliação global do 5º Programa de Acção em matéria de Ambiente da União Europeia, concluiu que apesar de pequenos progressos na redução dos níveis de poluição em alguns domínios, alguns problemas ainda persistiam e o ambiente continuava a degradar-se.

Para inverter esta situação a Comissão das Comunidades Europeias (CCE) garantiu ser necessário (CCE, 2001):

- A realização de maiores progressos na implementação da legislação ambiental nos Estados-Membros;
- A melhoria e aprofundamento da integração do ambiente nas políticas económicas e sociais que exercem pressões directas sobre o ambiente;
- As partes interessadas e os cidadãos adquirirem também como sua, a responsabilidade de protecção do ambiente;
- Dar um novo impulso às medidas destinadas a resolver vários problemas ambientais persistentes e a uma série de novas questões igualmente preocupantes.

Assim, o 6º Programa de Acção em Matéria de Ambiente – “Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha” elaborado em 2001, para tentar colmatar as lacunas ainda existentes, identificou as questões ambientais que necessitavam de ser discutidas e solucionadas para que o desenvolvimento sustentável se pudesse realizar. Estas questões incidiam nas alterações climáticas, na utilização excessiva dos recursos naturais, na perda da biodiversidade e na acumulação das substâncias tóxicas persistentes no meio ambiente.

Este programa fixou ainda os objectivos e as metas a atingir em matéria de ambiente num período de cinco a dez anos, e descreveu o modo como os instrumentos de política ambiental comunitária deveriam ser utilizados (CCE, 2001).

Para uma reafirmação do desenvolvimento sustentável, como elemento central da agenda internacional, realizou-se em Joanesburgo a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em 2002, também conhecida como “Rio+10”. Neste fórum de discussão debateram-se as soluções já propostas na Conferência do Rio, em 1992, para serem aplicadas de forma coerente pelo governo e pelos cidadãos, realizando uma Agenda 21 local indispensável a um desenvolvimento sustentável.

Dois anos depois (2004), e assinalando dez anos sobre a “Carta de Aalborg”, realizou-se a 4ª CECVS, também conhecida como “Aalborg+10 - Inspirando o Futuro”.

Desta conferência resultaram dez compromissos a serem adoptados pelas autoridades locais europeias, que se apresentam na Tabela 2.3 (Farinha e Poeira, 2004).

Tabela 2.3. Compromissos de Aalborg

Governância
Gestão Local para a Sustentabilidade
Bens Comuns Naturais
Consumo Responsável e Opções de Estilo de Vida
Planeamento e Desenho Urbano
Melhor Mobilidade, Menos Tráfego
Ação Local para a Saúde
Economia Local Dinâmica e Sustentável
Equidade e Justiça Social
Do Local para o Global

(Fonte: Farinha e Poeira, 2004)

Para uma correcta implementação destes compromissos, e como contribuição para os governos locais signatários adoptarem um ciclo de sustentabilidade passo a passo, o Concelho Internacional para as Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI) editou o Guia de Implementação dos Compromissos de Aalborg, em 2007 (Garzillo e Kuhn, 2007).

Neste mesmo ano, realizou-se mais uma CECVS que teve lugar em Sevilha. Esta conferência, constituindo uma continuação das anteriores, tinha como objectivos o conhecimento e contacto com os progressos alcançados pelos governos locais europeus na implementação da Carta e dos Compromissos de Aalborg, resultando deste encontro o documento “Espírito de Sevilha”.

Ainda no decorrer do ano 2007, os ministros europeus responsáveis pelo Desenvolvimento Urbano e Coesão Territorial assinaram a “Carta de Leipzig” sobre as Cidades Europeias Sustentáveis, definindo as bases de uma nova política urbana europeia.

Com este documento houve um compromisso de (Member States Ministers, 2007):

- Lançar nos respectivos Estados um debate político sobre o modo de integrar os princípios e as estratégias da “Carta de Leipzig” nas políticas de desenvolvimento nacionais, regionais e locais;
- Recorrer a instrumentos de desenvolvimento urbano integrado e às respectivas estruturas de governação para a sua aplicação, criando para o efeito condições gerais necessárias a nível nacional;

- Promover uma organização territorial equilibrada, baseada numa estrutura urbana policêntrica europeia.

Como resultado de todas estas preocupações foi adoptada a nível nacional, em 2008, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - “ENDS 2015” - que se insere na iniciativa global do seguimento para o desenvolvimento sustentável, que se iniciou com a CNUAD, em 1992 (APA, 2008).

Devido à adopção da Agenda 21 na CNUAD, os Estados-Membros foram incentivados a adoptar estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, de forma a aplicar e desenvolver as decisões da conferência. Assim, foi elaborada a ENDS com o desígnio de retomar a trajetória de crescimento sustentado, capacitando o nosso país para ser um dos mais competitivos e atractivos da UE a nível ambiental, social e económico (APA, 2008).

Neste documento foram definidos sete objectivos de acção, de forma a responderem equilibradamente às três vertentes do desenvolvimento sustentável consideradas no ENDS (Protecção e Valorização do Ambiente, Coesão Social e Desenvolvimento Económico), são eles:

- Melhor ambiente e valorização do património natural;
- Administração pública mais eficiente e modernizada;
- Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território;
- Papel activo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional;
- Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social;
- Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”;
- Crescimento sustentado e competitividade à escala global e energética.

Passadas décadas após a publicação do Relatório de Brundtland (1987), o debate sobre o que é realmente o desenvolvimento sustentável, como o colocar em prática e como avaliar o seu progresso, já percorreu um longo caminho (Atkinson *et al.*, 2007).

Neste seguimento, em 2010, realizou-se em França - Dunkerque - mais uma CECVS, a 6ª até ao momento da realização desta investigação. Esta conferência contou com a presença de várias entidades como: políticos, instituições comunitárias, governos nacionais e locais entre outras organizações.

Não divergindo muito das anteriores, foram apresentadas as experiências das várias cidades a nível europeu, sendo divulgados vários exemplos do que de mais inovador se tem realizado a nível local, como contribuição para o desenvolvimento sustentável. Como resultado final surgiu a Declaração de Dunkerque sobre o Desenvolvimento Sustentável na Europa, que se propõe a reforçar o compromisso das cidades e vilas para com a sustentabilidade (CECVS, 2010).

Vinte anos após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizou-se no Rio de Janeiro, em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS) - “Rio + 20”.

O objectivo desta conferência foi assegurar uma renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, avaliando o processo realizado até ao momento e as lacunas ainda existentes. Os Chefes de Estado e do Governo propuseram-se a manter o progresso na implementação dos compromissos já assumidos anteriormente e a acelerar os processos de desenvolvimento onde ainda existiam lacunas, bem como promover a partilha e cooperação internacional.

Os temas discutidos nesta conferência foram particularmente a economia verde num contexto de desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável (UN, 2012).

Após vários anos de debate, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável já são encarados por todos como essenciais e importantes para a boa vivência de qualquer cidadão a todos os níveis implicados neste conceito.

2.2. A Sustentabilidade Local e a Participação

“Para alcançar a sustentabilidade é necessário olhar com novos olhos as políticas e mecanismos existentes, e definir um conjunto de princípios a usar no estabelecimento de metas e na medição e acompanhamento dos progressos em direcção à sustentabilidade em zonas urbanas (CE, 1996).”

O desenvolvimento económico e social está dependente dos serviços fornecidos pela Terra, mas o sistema sócio-ambiental à escala global apresenta um “limite de sustentabilidade” (Figura 2.2), a partir do qual não poderá comportar os impactes humanos, mesmo que sejam consideradas a totalidade de respostas económicas, sociais ou tecnológicas possíveis (GPL, 2005).

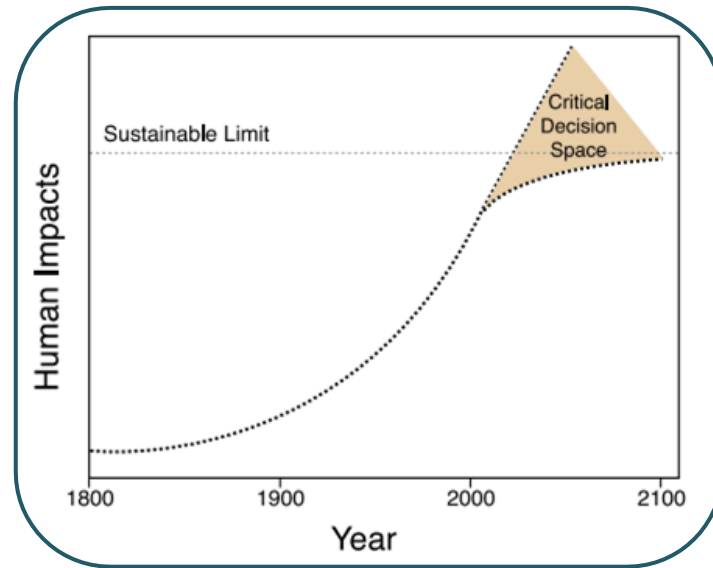


Figura 2.2. Representação do “limite de sustentabilidade” resultante dos impactos humanos
(Fonte: GLP, 2005)

Como se pode verificar, os impactos humanos têm vindo a aumentar ao longo dos anos, tendo já ultrapassado os limites da terra para fornecer recursos e absorver poluição. É premente encontrar um modelo de gestão sustentável que evite perdas irreversíveis para o ambiente e, por conseguinte, para a sociedade e para a economia.

Embora a necessidade de mudança seja urgente e cada vez mais bem aceite por todos, é difícil definir a sustentabilidade e torná-la operacional. Apesar das medidas que têm sido adoptadas, tendo como objectivo principal a sustentabilidade, ainda subsistem várias dificuldades.

A maior parte dos problemas que impedem a sustentabilidade de acontecer possuem as suas raízes a um nível local (Vasconcelos, 2001). De forma a contornar este facto, é indispensável a intervenção local para que seja possível melhorar globalmente a sociedade. É necessário começar de baixo para cima, de um âmbito territorial menor para uma escala maior.

No seguimento desta abordagem é importante e imprescindível actuar ao nível da sustentabilidade local como factor estratégico para uma sustentabilidade global.

De acordo com Gomis *et al.* (2011), o que dá à sustentabilidade a sua importância não é ser um conceito de engenharia, de ambiente ou de gestão, mas sim, ser um conceito ético.

A sustentabilidade refere-se a uma forma moral de agir, em que uma pessoa ou um grupo procura evitar os efeitos prejudiciais sobre os domínios ambiental, social e económico, e a qual

está de acordo com uma relação harmoniosa entre eles, proporcionando uma vida favorável a toda a comunidade (Gomis, *et al.*, 2011).

Na opinião de Burges *et al.* (1998) (em Barr, 2003), a sustentabilidade baseia-se na convicção de que os indivíduos e as instituições podem ser induzidos a aceitar a responsabilidade dos problemas ambientais e, de forma a contornar esta situação, mudarem as suas práticas quotidianas de modo a diminuir impactes futuros.

A sustentabilidade não é simplesmente uma questão de ambiente, de justiça social e de desenvolvimento, trata-se também de pessoas e da sua sobrevivência como indivíduos e culturas. O seu significado representa mais do que um conjunto de objectivos específicos, sendo ainda um processo que envolve a modificação de um comportamento na natureza, na economia ou na sociedade (Barkin, 2002).

Este conceito torna-se mais reconhecido à medida que a comunidade compreende que o crescimento da produção, ou mesmo da riqueza nacional, não garante melhores níveis de vida e consequentemente uma qualidade de vida superior (Barkin, 2002). A sua discussão em várias conferências e cimeiras ao longo dos anos, como as destacadas na Figura 2.3, marcou a evolução da sustentabilidade local, e a aceitação da população a este conceito tem sido reforçada.



Figura 2.3. Marcos históricos para a Sustentabilidade Local
(Adaptado de: APA e TTerra, 2007)

No entanto, ainda há muito a fazer para que as comunidades locais atinjam uma sustentabilidade crescente, nomeadamente através de iniciativas e projectos inovadores que, cada vez mais, usufruem do contributo de todos os actores locais para o seu desenvolvimento.

Um dos desafios é compreender o que é possível fazer de inovador a nível das comunidades locais que contribua para a sustentabilidade. No entanto, as dinâmicas implicadas nas diversas escalas, nacional, regional e local, não são iguais, sendo necessário compreender melhor a vertente local para este trabalho.

Na opinião de Caron (2007), o local constitui um espaço de articulação entre o moderno e o tradicional. Nesta dimensão territorial podem desenvolver-se sinergias produzidas pelas interações e pelas soluções inovadoras aplicadas para a resolução dos problemas da sociedade contemporânea.

Os órgãos locais, através das funções que desempenham, estão numa posição privilegiada que lhes permite promover os objectivos de sustentabilidade. Estas entidades têm também um

potencial elevado de fornecimento directo e indirecto de serviços, podendo actuar como informadoras da comunidade, como parceiras e mobilizadoras de recursos e iniciadoras de diálogos e debate. Para além destas características, apresentam-se ainda numa posição ideal para formular estratégias colectivas para a gestão sustentável do ambiente local (CE, 1996).

A participação de toda a comunidade é cada vez mais importante a nível de decisões públicas, mas também, a nível de participação para o sucesso de projectos que contribuem para uma sociedade melhor e mais sustentável.

Esta participação pode ocorrer a nível individual, do cidadão que sinta motivação para participar em iniciativas que contribuem para um aumento da qualidade de vida do seu bairro ou da sua cidade, e conseqüentemente uma maior qualidade de vida a nível pessoal, podendo participar também através da formação de parcerias comunitárias.

Os vários níveis de participação e acção na sociedade de acordo com Uphoff (1986) apresentam-se na Figura 2.4.

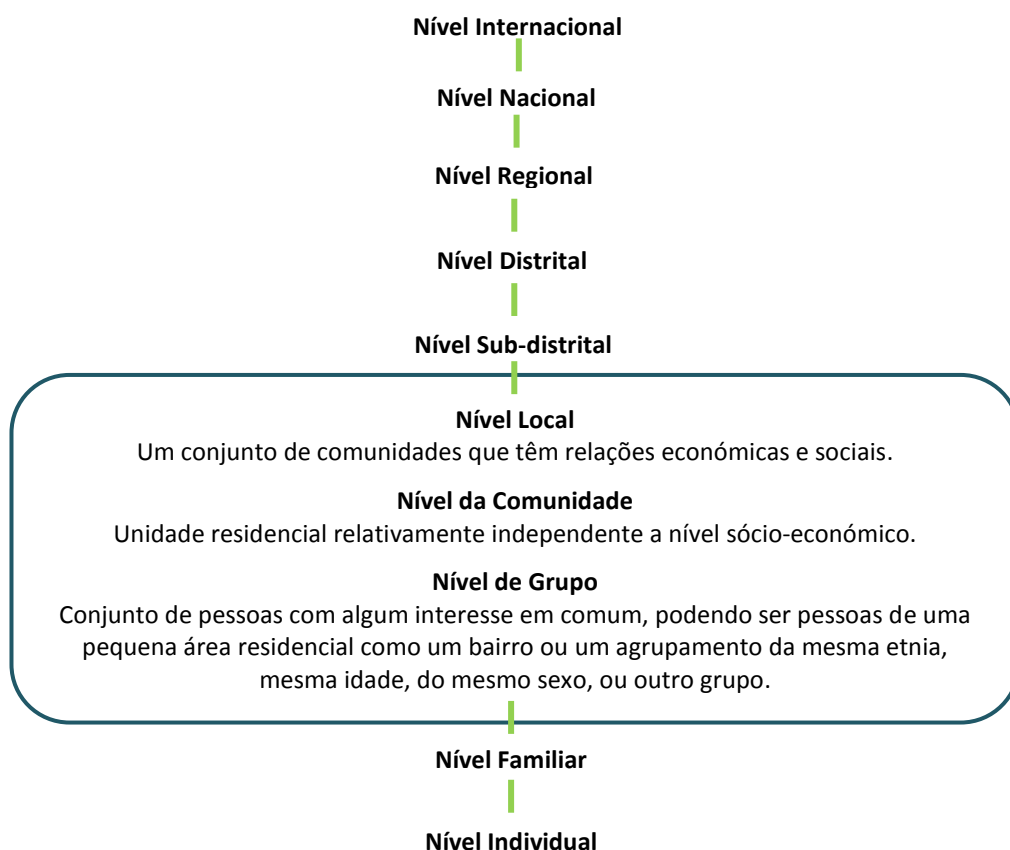


Figura 2.4. Níveis de tomada de decisão e acção
(Adaptado de: Uphoff, 1986 em Uphoff, 1992)

As relações estabelecidas entre as organizações regionais ou locais, e a comunidade trazem uma melhor compreensão dos problemas ambientais (EPA, 1996), permitindo uma melhor estratégia de resolução dos mesmos.

É necessário reverter a tendência frequente no que diz respeito às várias organizações e organismos de realizarem os seus programas de trabalho isoladamente, sem terem em consideração os interesses da população, pois muitos dos problemas só poderão ser resolvidos com sucesso através de uma acção conjunta dos vários *stakeholders* (agentes e organismos de toda a comunidade) (CE, 1996).

O acesso à informação e à participação do público tem sido largamente discutido, sendo que, em 1998, na Convenção da Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas, sobre o Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, foi também reforçada e adoptada esta intenção (CE, 2012).

A convenção foi realizada na Dinamarca - Aarhus, adquirindo assim o nome de Convenção de Aarhus. A sua realização ocorreu durante a 4ª Conferência Ministerial - “Ambiente para a Europa”, entrando em vigor em Outubro de 2001.

Este acordo pressupõe que um aumento e melhoria da participação e da sensibilização dos cidadãos para os problemas ambientais, iria conduzir a uma melhoria a nível da protecção do ambiente. De forma a contornar a falta de participação e sensibilização dos cidadãos, estabeleceu uma série de direitos públicos onde as autoridades (nacionais, regionais ou locais) têm de contribuir para que esses direitos dos cidadãos se tornem efectivos (CE, 2012).

Esta convenção surgiu como um novo tipo de acordo ambiental, sendo que (UNECE, s.d.):

- Estabelece ligações entre os direitos ambientais e os direitos humanos;
- Reconhece a obrigação perante as gerações futuras;
- Estabelece que o desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado através do envolvimento de todos;
- Estabelece ligação entre a responsabilidade dos governos e a protecção ambiental;
- Concentra-se nas interacções entre as autoridades públicas e os cidadãos, num contexto democrático.

Durante os últimos anos, o conceito de participação tem sido amplamente utilizado, referindo-se em grande parte à participação a nível social, na comunidade ou em projectos que contribuem

para o desenvolvimento, sendo que cada vez mais este conceito está a ser relacionado a direitos de cidadania e a uma governação democrática (Gaventa e Valderrama, 1999).

O crescente impulso paradigmático que os instrumentos de governança têm vindo a assumir, devido ao interesse por formas de desenvolvimento cada vez mais sustentáveis, determina uma crescente adopção de formas e incentivos à participação a nível nacional e também local (Guerra, 2009).

Segundo o Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), a experiência nacional e internacional revela-nos que a participação é um processo vital para o êxito das iniciativas políticas (CNADS, 2003).

A participação da comunidade ou participação cidadã é um conceito cada vez mais utilizado, e na opinião de Breuer (2002), com um significado muito claro, apesar de diferentes autores entenderem o conceito de comunidade de formas distintas.

Assim, analisando separadamente este conceito, umas das definições que pode ser utilizada para comunidade é a que se refere a um grupo de pessoas que compartilham um interesse, um bairro, ou um conjunto de circunstâncias, podendo ser conhecidas entre si ou não (Smithies e Webster, 1998 em Breuer, 2002).

Já o termo “participação” pode ser simplesmente entendido como uma contribuição (WHO, 1991 em Breuer, 2002). Porém o seu significado tem transportado, ao longo dos anos, uma grande ambivalência, sendo frequentemente assumido que é pouco clara a sua contribuição e o formato que deve assumir é inconclusivo (Day, 1997, em Vasconcelos *et al.*, 2009).

O conceito de *empowerment* é indispensável tanto a nível individual como a nível colectivo, tendo um valor intrínseco e instrumental que permite que este seja utilizado a nível económico, político, ou social (Narayan-Parker, 2002). No seu sentido mais vasto, pode ser considerado como uma expansão da liberdade de escolha e acção, sendo a chave para uma melhor qualidade de vida, para uma boa governação e um contributo para a eficácia de projectos e melhor prestação de serviços.

Desta forma, este conceito pode não ser traduzido indubitavelmente, visto que pode usufruir de diferentes significados dependendo do contexto social, cultural ou político (Narayan-Parker, 2002).

O *empowerment* num contexto comunitário, na opinião de Seller (2004), é uma estratégia de intervenção a nível da comunidade, que estabelece relações em rede capazes de potenciar

competências e transferir responsabilidades e poder aos diversos actores de um determinado local. Esta abordagem implica a transferência de conhecimentos de profissionais para a população, de modo a que esta desenvolva as capacidades necessárias para tomar decisões, organizar e dirigir os processos a nível local que contribuam para um aumento da qualidade de vida da comunidade.

Relativamente à participação, entende-se que pode ser um processo apenas informativo ao cidadão ou pode referir um grupo de trabalho, sendo que estes formatos de participação não são explícitos na maioria das vezes e contribuem para uma confusão na percepção do conceito, que assume assim excessivamente um âmbito lato. O termo “participação” foi já muito utilizado em situações díspares e por pessoas diferentes, o que pode contribuir para o esgotamento do seu significado (Vasconcelos *et al.*, 2009).

Como demonstrou Cernea (1985) (em Machado *et al.*, 2002), a participação está relacionada com o poder dado às pessoas para mobilizar as suas próprias capacidades e serem actores sociais que geram recursos, tomam decisões e controlam actividades que afectam as suas vidas, ao invés de serem sujeitos passivos.

Este tipo de participação enfatiza um processo de *bottom-up*, ou seja, de baixo para cima e não de cima para baixo - *top-down*, como tem ocorrido maioritariamente na sociedade. Esta abordagem ocorre a um nível local, que surge de iniciativas locais e das relações entre a comunidade, em vez de ocorrer apenas ao nível dos órgãos da administração pública.

A Figura 2.5 ilustra estes dois tipos de abordagem de uma forma prática (Woolcock, 1998).

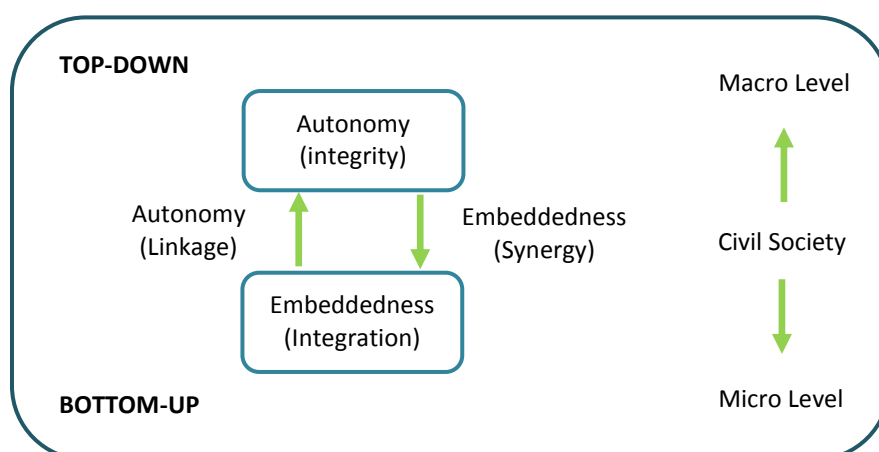


Figura 2.5. Representação da interação dos processos de *bottom-up* e *top-down*
(Adaptado de: Woolcock, 1998)

Uma das características importantes da abordagem *bottom-up* é a integração da comunidade e as relações entre a mesma, enquanto nos processos por *top-down* é a autonomia, tanto a nível financeiro, como de poder.

Assim, é necessário existir uma ligação entre os dois tipos de abordagem para se obter o melhor das duas, ou seja, da primeira a capacitação da população e as conexões da comunidade e da outra extrair os recursos, permitindo uma relação dinâmica e cooperativa a fim de se reunir um conjunto de recursos e pessoas capazes de superar os problemas existentes e aproveitar as oportunidades que emergem (Woolcock, 1998).

Outra abordagem possível para a participação, é a que demonstra que os cidadãos estão profundamente envolvidos nos processos económicos, sociais, culturais e políticos que afectam as suas vidas (UNDP, 1993).

O processo de participação funciona como uma ferramenta transformadora para a mudança social, para além de que o envolvimento dos cidadãos dirige-se a produzir melhores decisões, logo mais benefícios e eficiência para toda a sociedade (Nelson e Wright, 1995 em Irvin e Stansbury, 2004).

Segundo Uphoff (1992), um desenvolvimento sustentável envolve vários factores como: tecnologias apropriadas, políticas de apoio, e mudança no comportamento individual. No entanto, um dos factores que mais contribui, e que merece mais atenção, são as instituições locais e simultaneamente a participação local.

Várias instituições como os órgãos locais, associações de moradores ou outras organizações são importantes para este tipo de desenvolvimento, pelas seguintes razões (Uphoff, 1992):

- As instituições, especialmente a nível local, são importantes para a mobilização de recursos e para regular a sua utilização;
- Os recursos disponíveis podem ser utilizados de forma mais eficiente e sustentável, quando se conhecem as especificidades do local;
- A monitorização dos recursos pode ser mais rápida e menos dispendiosa em locais onde os habitantes estão envolvidos, logo fazer mudanças adaptativas no uso dos recursos é mais rápido onde a tomada de decisão local se torna num hábito institucionalizado;
- Mesmo as instituições locais não sendo capazes de resolver todos os conflitos da gestão dos recursos, elas são fundamentais, pois se não existirem todos os conflitos terão de ser

tratados a níveis mais elevados, produzindo resultados mais lentos e muitas das vezes menos adequados;

- O comportamento dos cidadãos é condicionado pelas normas comunitárias e pelo consenso. Assim, preservar ou instituir práticas ambientalmente correctas requer mais do que apenas incentivos individuais e de persuasão;
- As instituições incentivam os cidadãos a ter uma visão de longo prazo, através da criação de expectativas comuns e uma base de cooperação que vai além dos interesses individuais.

Schmidt *et al.* (2006) realizaram um estudo sobre quem deve ter maior responsabilidade de implementar o desenvolvimento sustentável a nível local. Através da realização de inquéritos, aos responsáveis das várias administrações locais em Portugal, chegaram à conclusão que maioria, mais de 57%, concorda que deveriam ser as autoridades locais, como é possível observar na Figura 2.6.

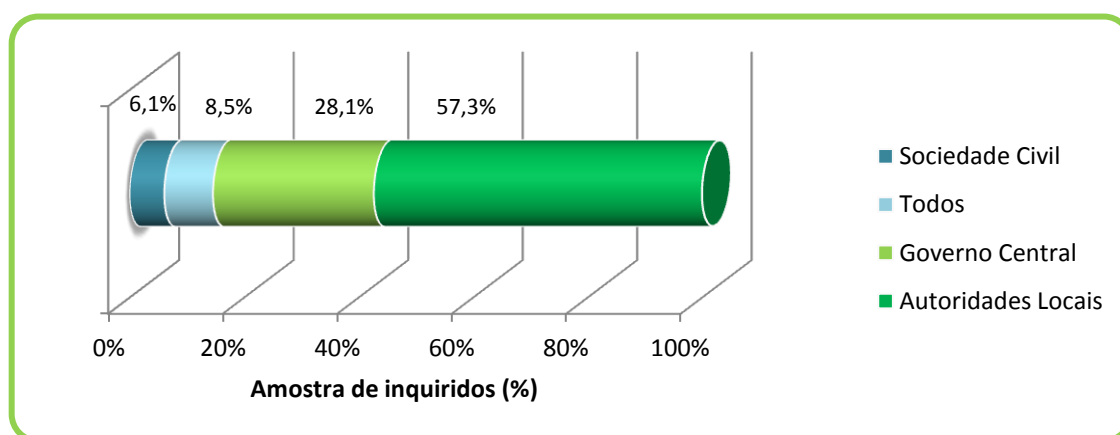


Figura 2.6. Responsabilidade da implementação do desenvolvimento sustentável
(Adaptado de: Schmidt *et al.*, 2005 em Schmidt *et al.*, 2006)

Estes inquiridos justificam-se dizendo que quem está mais perto e conhece melhor os problemas de um determinado local, é quem tem mais capacidade de os resolver. Uma minoria (8,5%), mas um resultado a ter em conta, reconhece que a contribuição para o desenvolvimento sustentável deveria ser de todos.

As autoridades locais desempenham um papel vital na mobilização dos cidadãos para contribuírem para a sustentabilidade, podendo auxiliar na formação, informação, sensibilização e educação ambiental – características essenciais para alcançar a sustentabilidade. A educação ambiental é ainda uma ferramenta fundamental para promover uma democracia participativa, e

para ter uma população mais informada e com um maior sentido de responsabilidade (Catalá e Ferrandis, 2008).

Assim, apesar das autoridades locais desempenharem um papel importante para o desenvolvimento sustentável local, instruir a população para esse papel é essencial, pois a ajuda e o envolvimento de todos é fundamental para se alcançar os resultados pretendidos.

Inquiridos também sobre as dificuldades encontradas na implementação de processos locais de desenvolvimento sustentável, os dirigentes da administração local expressaram que a insuficiência de meios financeiros e recursos (28%) é uma das principais dificuldades, como se pode verificar através da Figura 2.7.

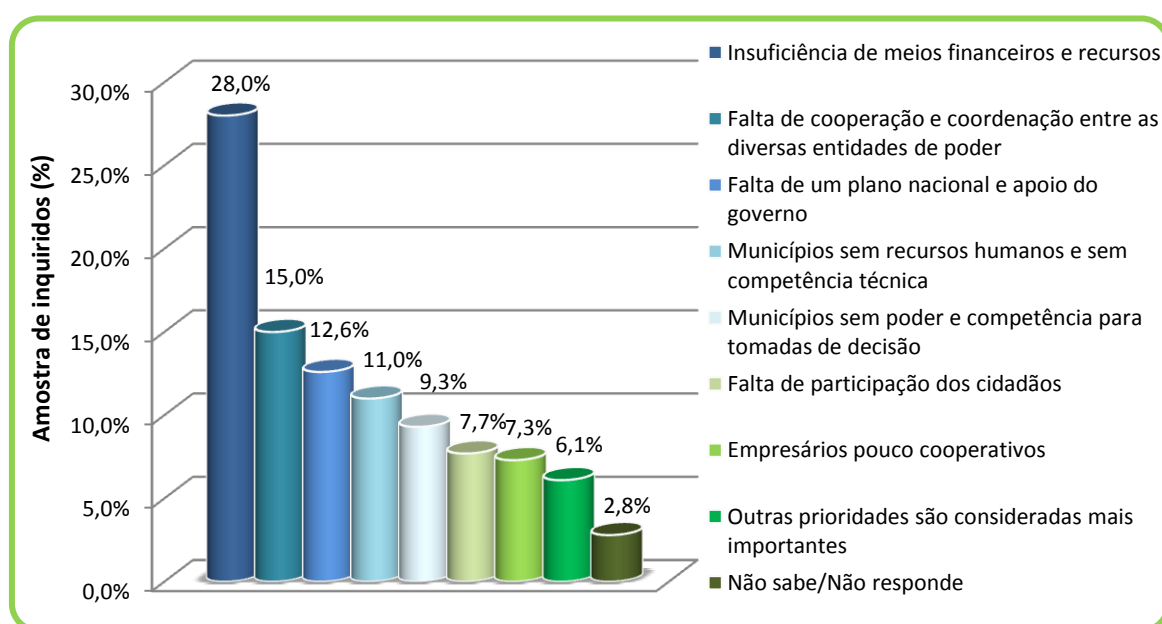


Figura 2.7. Principais obstáculos ao desenvolvimento sustentável local
(Adaptado de: Schmidt *et al.*, 2005 em Schmidt *et al.*, 2006)

Outra das dificuldades manifestadas é a falta de um programa nacional para delinear estratégias e apoiar iniciativas, não desprezando também a insuficiência da participação dos cidadãos locais (Schmidt *et al.*, 2006), pois apesar do progresso realizado neste sentido ainda permanece essa lacuna em alguns projectos nacionais.

É possível concluir que diferentes realidades sociais, diferentes caminhos democráticos e tradições levam a que o comportamento cívico dos cidadãos seja também diferente (Schmidt *et al.*, 2006).

Face ao exposto, a participação nos vários países da Europa difere devido a estas desigualdades, como se pode verificar através da Figura 2.8. No entanto, Portugal apresenta-se muito atrás de outros países em que os cidadãos desempenham um papel mais activo a nível local, como é o caso da Suécia, Holanda, ou mesmo da Espanha, mais aliados à participação em grupos de acção local e activismo em associações.

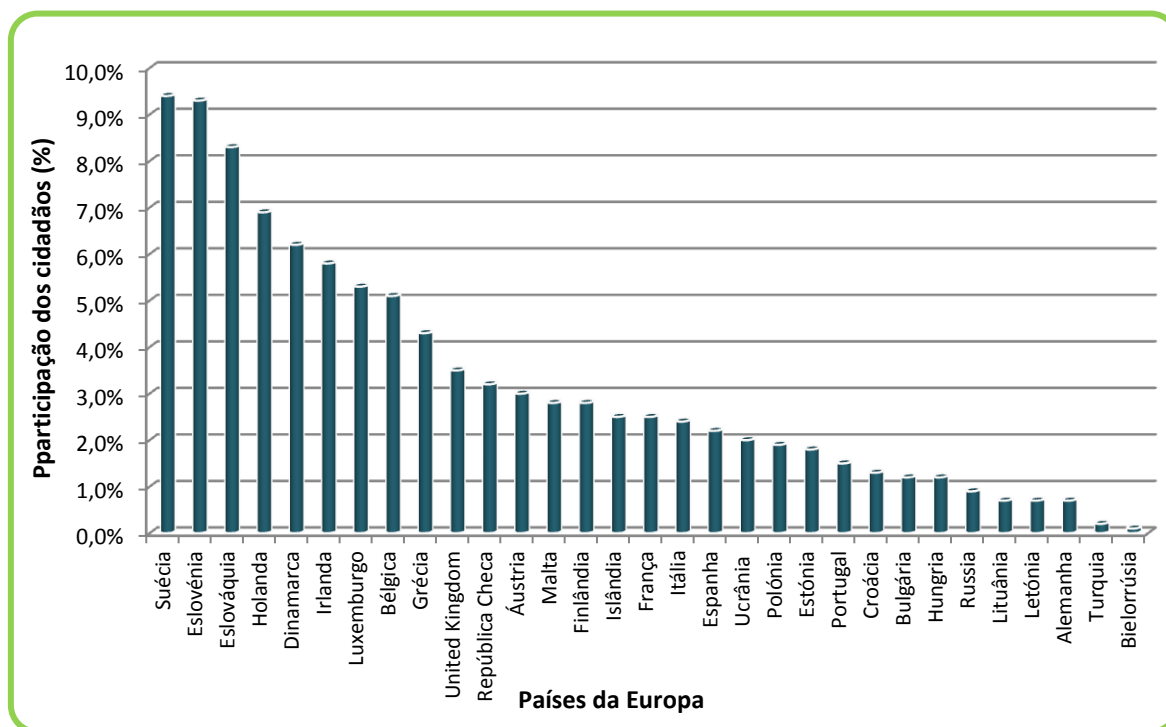


Figura 2.8. Participação dos cidadãos em grupos de acção local na Europa
(Adaptado de: Jowell *et al.*, 2003 em Schmidt *et al.*, 2006)

Através dos resultados apresentados por Jowell *et al.* (2003) (em Schmidt *et al.*, 2006), conclui-se que em Portugal há ainda muito a fazer a nível da sensibilização para a participação, para que todos os cidadãos contribuam para uma maior sustentabilidade a nível local e global.

Consequentemente, a comunidade deve organizar-se em grupos ou parcerias comunitárias, de modo a que em conjunto resolvam os problemas da comunidade e mais facilmente se atinja os resultados pretendidos e uma sustentabilidade local crescente.

A cooperação activa de uma variedade de actores em vários projectos e iniciativas locais, associada a abordagens que têm por base as parcerias, são essenciais para a consecução de um desenvolvimento cada vez mais sustentável.

A participação aplica-se a grupos comunitários dentro da mesma comunidade, incluindo aqueles que geralmente não costumam ter acesso à tomada de decisão nem ao conhecimento e

participação dos projectos locais, referindo-se a uma decisão de empreender sobre as actividades realizadas e sobre as metas a atingir no futuro (Bessette, 2004).

A participação não pode ser limitada apenas “à consulta” dos projectos quando estes ainda estão em fase de planeamento ou execução, pois as comunidades devem ser mobilizadas para participar na definição dos próprios problemas, na pesquisa das possíveis soluções e na sua implementação (Bessette, 2004).

A partir da constituição de formas de organização social inovadoras, baseadas em princípios inclusivos, democráticos e que procurem uma crescente sustentabilidade, as organizações, associações, grupos locais, e o cidadão comum, podem reunir aptidões e recursos em torno de objectivos comuns, fortalecendo o contributo de modo a atingir resultados satisfatórios (Bittencourt, 2008).

A consulta e a participação das comunidades locais são indispensáveis para a definição e decisão do conteúdo do desenvolvimento sustentável, tanto a nível local como global. Todos os cidadãos são responsáveis pelo futuro da humanidade e do planeta, a responsabilidade não incide, nem pode incidir, apenas nos órgãos do governo aos diferentes níveis (CE, 1996), a responsabilidade é de todos, e todos têm de contribuir para um futuro melhor.

2.3. Dinâmicas Sociais e Capital Social

As parcerias comunitárias e o envolvimento de toda a população é essencial para o sucesso dos novos projectos que têm surgido e conseqüentemente para o desenvolvimento sustentável.

Desde há muito tempo que as comunidades ou grupos mais reduzidos se organizam em prol de determinados problemas comuns. As comunidades têm capacidades intrínsecas de se organizarem e mobilizarem recursos, trabalhando em conjunto para a resolução de problemas de interesse comum, muitas das vezes fora do alcance dos sistemas formais (Narayan-Parker, 2002).

Segundo a opinião de Wolff (2001), as parcerias comunitárias têm particularidades importantes, o que permite serem forças potencialmente poderosas para a criação de mudanças na comunidade. Os principais critérios a ter em consideração numa parceria comunitária, e importantes para o seu sucesso, são essencialmente: ser composta por membros da mesma comunidade, focar-se essencialmente em questões locais, basear-se nos recursos comunitários existentes e na resolução de problemas através de processos colaborativos, ser aberta à comunidade e ter representantes de vários sectores.

Hoje em dia, muitas comunidades já possuem parcerias de modo a mobilizar os seus recursos para a resolução de problemas emergentes que o seu bairro ou a sua cidade enfrentam. Estas parcerias têm características únicas que as tornam eficazes no seu objectivo. Essas características apresentam-se na Tabela 2.4 (Wolff, 2001).

Tabela 2.4. Características de parcerias comunitárias de sucesso

Holísticas e abrangentes
Flexíveis e reactivas
Constroem um sentido de comunidade
Constroem e reforçam o empenho dos cidadãos na vida da comunidade
Fornecem um veículo para o <i>empowerment</i> comunitário
Permitem que a diversidade seja valorizada e celebrada como uma base para toda a comunidade
São incubadoras de soluções inovadoras para grandes problemas da comunidade e também para a sociedade como um todo

(Fonte: Wolff, 2001)

Para além destas características, as parcerias comunitárias tendem ainda a ser consideradas como uma face visível da emergência do capital social nas sociedades contemporâneas (Putnam *et al.*, 2003).

A ligação entre as parcerias comunitárias e o capital social surge devido à oportunidade das parcerias poderem ser uma forma de operacionalizar e pôr em prática as potencialidades do capital social, e assim poderem orientá-lo para a resolução de problemas concretos e fornecer um suporte de estruturação dos processos de mudança ancorados na comunidade (Ornelas e Moniz, 2007).

Embora o capital social seja um conceito claramente interdisciplinar, ainda há pouco na literatura que afirme explicitamente e especificamente esta sua qualidade (Castle, 2002).

O capital social está na estrutura dos relacionamentos entre os diversos actores sociais, ao contrário do que acontece nas outras formas de capital (Robison *et al.*, 2002; Coleman, 1988). Por outro lado, o capital social possui em comum com as outras formas de capital a sua característica produtiva, o que torna exequível a realização de certos fins, que na sua ausência seria impossível (Coleman, 1988).

Para Stone (2000) o termo capital social pode ser entendido como um conjunto de redes das relações sociais, caracterizado por normas de confiança e reciprocidade, sendo que para Stewart-

Weeks e Richardson (1998) o capital social refere-se ainda às qualidades das relações entre os cidadãos, que afectam as suas capacidades de enfrentar e resolver problemas comuns em conjunto.

O capital social é uma “matéria-prima” da sociedade civil, sendo desenvolvido através de inúmeras interações diárias entre as pessoas, não sendo propriedade de organizações, do mercado ou do estado, embora todas estas entidades possam contribuir para a sua produção. É um fenómeno de *bottom-up*, originando-se através das pessoas que formam conexões e redes baseadas em princípios de reciprocidade, confiança e determinadas normas de acção (Bullen e Onyx, 1998).

Este conceito pode ser distinguido, segundo alguns autores, em dois tipos de capital social; *bonding capital* e *bridging capital*.

O tipo de capital que resulta numa maior aproximação das pessoas que já se conhecem é o *bonding capital* (Putnam, 2000), que para Healy e Hampshire (2002) refere-se às ligações sociais que são construídas na informalidade, semelhança, e intimidade. Como exemplo deste tipo de capital social destacam-se as relações entre membros da mesma família ou amigos.

Por outro lado, o capital social que reúne pessoas ou grupos que anteriormente não se conheciam, é designado por *bridging capital* (Putnam, 2000), sendo esta uma oportunidade para a ligação de indivíduos e comunidades fora das redes pessoais de cada cidadão (Granovetter, 1983 em Healy e Hampshire, 2002).

Estas ligações sociais contribuem para a qualidade de vida dos cidadãos e encontram-se também relacionadas de forma complexa com os resultados políticos, económicos e culturais da comunidade (Midgley e Livermore, 1998).

Assim, as comunidades com elevado capital social são caracterizadas através da densidade e complexidade das relações de determinada sociedade, das redes de informação e da percepção de estabilidade (Ornelas e Moniz, 2007).

De acordo com Nilsson (2003), compreender o capital social é essencial para a compreensão do modo pelo qual as comunidades produzem novas ideias, e os moldes em que essas ideias se enraízam.

2.4. Cidade em transição rumo a uma comunidade sustentável

A crise actual de sustentabilidade, e a possível continuação e agravamento da mesma no futuro, torna urgente a criação e utilização de novas ferramentas eficazes para colmatar as lacunas existentes até ao momento.

Neste contexto, surgiu a necessidade de criar um movimento sócio-ambiental - “Cidades em Transição” - que promovesse a transição das ideias à acção. O conceito hoje em dia abrange não só as cidades, como também vilas, bairros, comunidades e todas as escalas possíveis que pretendam iniciar uma transição com vista à sustentabilidade (Del Río, 2009).

Devido à actual crise económico-financeira, e considerando também uma crise social e ambiental, como consequência do que tem vindo a acontecer no nosso país, houve uma maior necessidade de reflectir seriamente sobre os problemas e, conseqüentemente, de considerar mudanças que levassem a uma maior sustentabilidade das comunidades.

Deste modo, as “Cidades em Transição” podem ser aplicadas através de várias iniciativas inovadoras, que trazem mudança e renovação da comunidade, sendo que os projectos abordados neste trabalho se englobam neste conceito de inovação como contributo para uma mudança local.

O discurso sobre iniciativas de transição está cada vez mais presente na sociedade, ligado a iniciativas/projectos em que a comunidade local tem um papel fundamental para a sua realização. Estas iniciativas não são mais do que a preocupação e participação de todos os cidadãos na resolução dos problemas locais para a prossecução da sustentabilidade.

As iniciativas de transição podem ser definidas como um processo que é liderado pela comunidade e que ajuda a que uma cidade, vila ou bairro, se torne mais forte e satisfeita (Transition Network, 2011), sendo um bom exemplo do princípio de como pensar global e agir localmente (Brangwyn e Hopkins, 2008).

Estas iniciativas representam o oposto a uma atitude passiva que muitas vezes sucede, a população contesta o que está errado mas não contribui para a mudança. Neste caso, algo de construtivo é produzido conjuntamente com a comunidade, de forma a solucionar os problemas e contribuindo para o bem-estar de toda a sociedade.

Com este tipo de envolvimento, os cidadãos que participam nesta mudança dizem-se mais felizes e envolvidos na sociedade, existindo também um sentimento de comunidade muito mais forte (Transition Network, 2011).

Em todo o mundo o discurso sobre iniciativas de transição começa já a estar presente, inclusivamente em Portugal, sendo que as primeiras localidades a adoptar um modelo de transição foram Kinsale (Irlanda) e Totnes (UK). Este trabalho pioneiro fez com que fosse criada a “Rede de Transição” (Transition Network), uma instituição com o intuito de edificar algo sobre o trabalho que começou a ser realizado nas localidades referidas (Brangwyn e Hopkins, 2008).

A missão desta instituição é informar, inspirar, formar redes e treinar comunidades que considerem seguir e implementar este tipo de iniciativas. Um dos fundadores deste “movimento”, Rob Hopkins (2008), afirma que existem seis princípios que definem o conceito de transição: visão, inclusão, sensibilização, resiliência, percepção e soluções apropriadas e credíveis.

Deste modo, uma iniciativa de transição é uma resposta de uma determinada comunidade local aos desafios ambientais, sócio-económicos e energéticos. A participação dos cidadãos, em grupo, cria uma comunidade mais resiliente e sustentável, dando uma resposta local a estes desafios (Sintra em Transição, 2011).

Uma comunidade sustentável tem que atender às necessidades da população actual, e de uma possível população futura, contribuindo para uma qualidade de vida elevada e proporcionando mais oportunidades e escolhas à população (Egan, 2004).

A produção de comunidades sustentáveis incorpora os princípios do desenvolvimento sustentável a nível local (DEFRA, 2006), mas mais detalhadamente. As sete componentes que integram uma comunidade sustentável são as apresentadas na Figura 2.9.



Figura 2.9. Componentes integrantes das comunidades sustentáveis
(Adaptado de: Egan, 2004)

As sete componentes contribuem com as seguintes perspectivas para uma comunidade sustentável (Egan, 2004):

- **Governância** - Ocorrência de uma participação efectiva e mais inclusiva de toda a comunidade, e uma liderança mais forte e esclarecida;
- **Ambiental** - Fornecimento de espaços onde a comunidade possa viver de uma forma amigável com o ambiente e aumento da protecção e melhoria dos recursos naturais e da biodiversidade;
- **Transportes e conectividade** - Fornecimento de bons serviços de transportes e comunicação que liguem a população aos seus locais de trabalho, escolas, serviços de saúde, entre outros serviços, e facilitação e encorajamento da população para caminhar e andar de bicicleta em locais seguros, promovendo os meios de transportes suaves;
- **Economia** - Fornecimento de uma grande diversidade de empregos e formação, construção de uma comunidade empresarial forte e criação de empresas dinâmicas;
- **Social e cultural** - Criação de comunidades harmoniosas e inclusivas, e aumento do sentido de pertença na comunidade e de cooperação entre a população;
- **Habitação e ambiente construído** - Qualidade na construção e no ambiente natural, espaços públicos e verdes como locais para todos incluindo crianças e idosos, e diversidade e acessibilidade às habitações dentro de um mercado imobiliário equilibrado;
- **Serviços** - Gama completa de serviços acessíveis à comunidade e elevada qualidade, particularmente nos serviços sociais e de saúde.

Ter uma comunidade verdadeiramente sustentável requer uma abordagem conjunta de todas as componentes da sociedade, sobretudo da económica, social e ambiental. No entanto, as organizações locais e os indivíduos têm de actuar dentro da própria comunidade, e os órgãos centrais devem ser flexíveis, permitindo resultados transversais com os vários benefícios a nível das componentes consideradas (DEFRA, 2006).

Apesar dos esforços já efectuados, as comunidades a nível europeu continuam a enfrentar vários problemas económicos, sociais e de degradação do ambiente. Face ao exposto, é necessário agir e encontrar novas formas de gerir o ambiente urbano, para que as cidades europeias possam resolver os seus problemas locais e contribuir para uma sustentabilidade globalizada (CE, 1996).

2.5. Projectos inovadores como forma de inovação social

A inovação é um termo amplamente utilizado e cada vez mais abrangente nas diversas áreas, existindo várias definições para este conceito. Contudo, interessa aprofundar para este estudo a inovação social a nível dos projectos inovadores que contribuem para a sustentabilidade local.

Segundo Oliveira (2008), “o termo é invocado amiúde e não tem um sentido preciso, talvez pela sua banalização e entrada, no discurso do quotidiano.”

O diálogo sobre a inovação está cada vez mais presente nas diversas áreas e sectores, designando aquilo que há uns anos se chamava de “mudança”, e tendo sempre o sentido de um benefício social de carácter quase urgente (Oliveira, 2008).

A inovação pode ser considerada um processo social e interventivo em que a informação, a colaboração e a troca de conhecimentos entre todos os intervenientes da sociedade, desempenham papéis cruciais para o seu desenvolvimento (Hemphälä e Magnusson, 2012).

Na opinião de Mulgan *et al.* (2007), a inovação é dada frequentemente a definições complexas. Estes autores definem a inovação apenas como novas ideias que funcionam, o que diferencia a inovação da melhoria. Esta abordagem ao conceito implica somente mudanças incrementais de criatividade e invenção.

Ao longo de vários anos, a inovação foi vista como estando, quase exclusivamente, ligada à vertente tecnológica. Recentemente, o conceito de inovação social tem vindo a adquirir uma maior importância, surgindo nos mais variados âmbitos, como é o caso das políticas sociais e do ordenamento do território (André e Abreu, 2006).

As perspectivas recentes distanciam definitivamente a inovação social da tecnológica, sendo-lhe atribuída uma natureza “não comercial”, de carácter colectivo e uma intenção e geração de transformações nas relações sociais (André e Abreu, 2006).

A inovação social actua em várias dimensões, sendo que as três mais relevantes são (CE, 2005):

- Satisfação das necessidades humanas, que não estão a ser satisfeitas e que podem variar entre sociedades e comunidades;
- Mudanças nas relações sociais, especialmente, no que diz respeito à governança, permitindo uma maior satisfação e também o aumento do grau de participação de todos;
- Aumento das capacidades sócio-políticas e o acesso aos recursos necessários para melhorar a satisfação das necessidades humanas e da participação.

Assim, a inovação social é resultado de uma necessidade não atendida ou de um problema que se agrave, seja ele social, económico, ou ambiental (Mulgan *et al.*, 2007; Quierós, 2010), surgindo como uma resposta das próprias comunidades e visando a melhoria da qualidade de vida (Quierós, 2010).

Pode concluir-se que a inovação social possui três características centrais que a determinam. Por um lado, conduz a um novo relacionamento entre os governantes, as empresas e a população em geral. Por outro lado, implica mudanças nas relações entre os diferentes actores, que têm a capacidade de melhorar a qualidade de vida da comunidade, sendo os problemas sociais compreendidos e tratados de forma mais inovadora.

Por fim, a inovação social implica ainda uma mudança para modos de acção colectivos, mais democráticos, uma nova aprendizagem, uma governação diferente e também modos de desenvolvimento mais inovadores, tanto a nível das instituições como a nível do território (Klein *et al.*, 2007).

2.6. O Papel do Engenheiro do Ambiente

O Engenheiro do Ambiente no desempenho das suas funções utiliza os princípios científicos e de engenharia para melhorar ou recuperar o ambiente natural e construído, analisando os problemas ambientais de forma integrada nas dimensões económica, social e ambiental, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável.

As competências e habilidades profissionais, e também pessoais (*soft skills*), têm vindo a ganhar uma crescente importância, e para os projectos inovadores que contribuem para a progressão da sustentabilidade, como os estudados neste trabalho, são também uma mais-valia. Estas competências e habilidades têm uma importância vital no seu conjunto, e podem fazer a diferença no seu seguimento e no resultado final.

Segundo Egan (2004), para se construírem melhores comunidades para os cidadãos são necessárias não apenas habilidades profissionais, de arquitectura e planeamento, mas também uma gama de habilidades genéricas, conhecimentos e comportamentos, como: comunicação, governação das comunidades, planeamento económico, e uma capacidade elevada de trabalho em equipa e liderança.

Cada vez mais as competências e habilidades são sinónimo de empregabilidade e de uma maior mobilidade social, sendo também factores importantes para o desenvolvimento pessoal e para uma cidadania activa (CE, 2009).

Considerando estas características cada vez mais importantes, o Concelho Europeu solicitou à Comissão Europeia uma avaliação das competências necessárias na Europa, através do documento intitulado “New Skills for New Jobs”. Neste documento, as habilidades e competências dos trabalhadores europeus são consideradas como uma componente importante na produtividade, competitividade e inovação na UE, sendo o investimento nas competências profissionais e pessoais um pré-requisito para o bom desempenho da economia, a longo prazo, e para o futuro do modelo de crescimento europeu (CE, 2009).

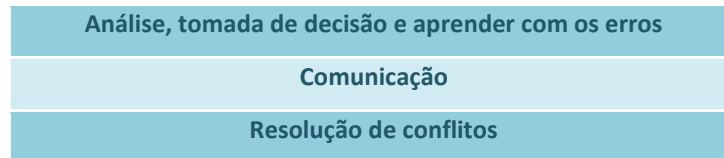
Devido à conjuntura económica que se vive neste momento, e ao conseqüente aumento do desemprego, os profissionais devem ser cada vez mais especializados e serem capazes de se adaptar às mudanças, para poderem ter oportunidades de emprego e garantir também que os empregos disponíveis possam ser ocupados por profissionais com as capacidades certas, maximizando o trabalho realizado e contribuindo para o crescimento da sociedade (CE, 2009).

Contudo, a profissão do Engenheiro do Ambiente não é diferente, e o referido anteriormente aplica-se também a esta profissão. Deste modo, o Engenheiro do Ambiente deve desenvolver várias competências e habilidades e ir actualizando as mesmas, tanto a nível profissional como pessoal, para que o seu trabalho seja ainda mais valorizado e cada vez mais abrangente.

As principais competências e habilidades genéricas que se consideram fundamentais, e que o Engenheiro do Ambiente deve desenvolver para ser parte integrante de projectos inovadores para a sustentabilidade, são as apresentadas na Tabela 2.5.

Tabela 2.5. Habilidades e competências genéricas

Visão inclusiva
Gestão de projecto
Liderança em comunidades sustentáveis
Pensamento inovador
Trabalho em equipa
Fazer acontecer, dadas as restrições
Gestão e acompanhamento do processo dos projectos
Gestão financeira
Gestão de <i>stakeholders</i>



(Adaptado de: Egan, 2004; ASC, 2007)

As características referidas, sendo adquiridas por profissionais de ambiente, podem em muito contribuir para o modelo dos projectos em estudo. Assim, o Engenheiro do Ambiente é uma peça integrante da equipa que os pode desenvolver, podendo contribuir com os seus conhecimentos abrangentes das diferentes áreas em que está habilitado.

2.7. Iniciativa URBAN - Um exemplo a seguir

Ao longo da pesquisa realizada para este trabalho, surgiu a informação sobre um projecto que pensamos ser um bom exemplo do que deve continuar a ser realizado e desenvolvido a nível das cidades e particularmente a nível local.

Deste modo, considerou-se relevante abordar este projecto, essencialmente porque ele vem de encontro a assuntos relevantes desta dissertação, como a inovação, a participação de toda a comunidade para a sua realização e sucesso e a promoção da sustentabilidade local.

Este projecto “não pode, só por si, resolver todos os problemas neste domínio, mas pode servir de modelo à política nacional e facilitar a divulgação de boas práticas” (CCE, 2002).

A iniciativa comunitária URBAN é proveniente de Projectos-Piloto Urbanos que a Comissão Europeia (CE) apoiou, e que proporcionaram aos municípios várias experiências na utilização de novas metodologias para abordar os problemas locais (Pestana *et al.*, 2002).

A iniciativa surgiu, em 1994, devido aos resultados positivos alcançados com os projectos-piloto e ao reconhecimento por parte da CE de que os problemas urbanos são complexos e interdependentes. Assim, devem ser abordados de forma integrada e centrada num território delimitado, para que deste modo seja possível maximizar o seu impacte.

A CE decidiu assim, conferir uma dimensão maior a este tipo de projectos, criando a iniciativa URBAN e consolidando os ensinamentos retirados das inovações que foram ensaiadas nos projectos-piloto (Pestana *et al.*, 2002).

O programa URBAN destina-se a zonas urbanas com problemas complexos, especialmente no que diz respeito à recuperação física e ambiental, inserção social e capacidade empresarial e emprego.

Esta iniciativa conduz a um valor acrescentado nas políticas nacionais, principalmente pelos seguintes aspectos (CCE, 2002):

- Concentração de pequenas zonas com problemas, facilitando a aplicação de uma abordagem integrada e coordenada;
- Incidência em questões de interesse comunitário, nomeadamente a inserção social, integração de minorias e ambiente natural e construído, contribuindo assim para a coesão económica e para o crescimento sustentável do conjunto do território;
- Parcerias locais, verificando-se que em cerca de um terço dos casos são as autoridades locais as responsáveis pela gestão (em 80% dos casos participam na formulação do programa grupos das comunidades locais);
- Uma estrutura em rede para o intercâmbio de experiências e das melhores práticas.

A primeira fase do programa durou cerca de cinco anos (1994 a 1999) e centrou-se em 118 cidades europeias. Este programa beneficiou de mais de 900 milhões de euros de financiamento comunitário, e deu origem a uma participação local mais activa e a muitos projectos com êxito.

Numa segunda fase, o URBAN II baseou-se no êxito do URBAN I, sendo introduzidos vários melhoramentos. Esta segunda fase durou de 2000 até 2006, e os setenta programas abrangeram cerca de 2,2 milhões de habitantes e um investimento total de 1600 milhões de euros (CCE, 2002; CE, 2003).

A selecção dos territórios abrangidos pelo URBAN II foi da responsabilidade dos Estados-Membros, através da análise de indicadores sócio-económicos. No entanto, outros factores também contribuíram para esta escolha como a qualidade do programa proposto, a distribuição equilibrada de programas no próprio Estado-Membro e a coerência com as acções nacionais e da UE.

Os locais onde os programas URBAN se realizaram estão representados na Figura 2.10.

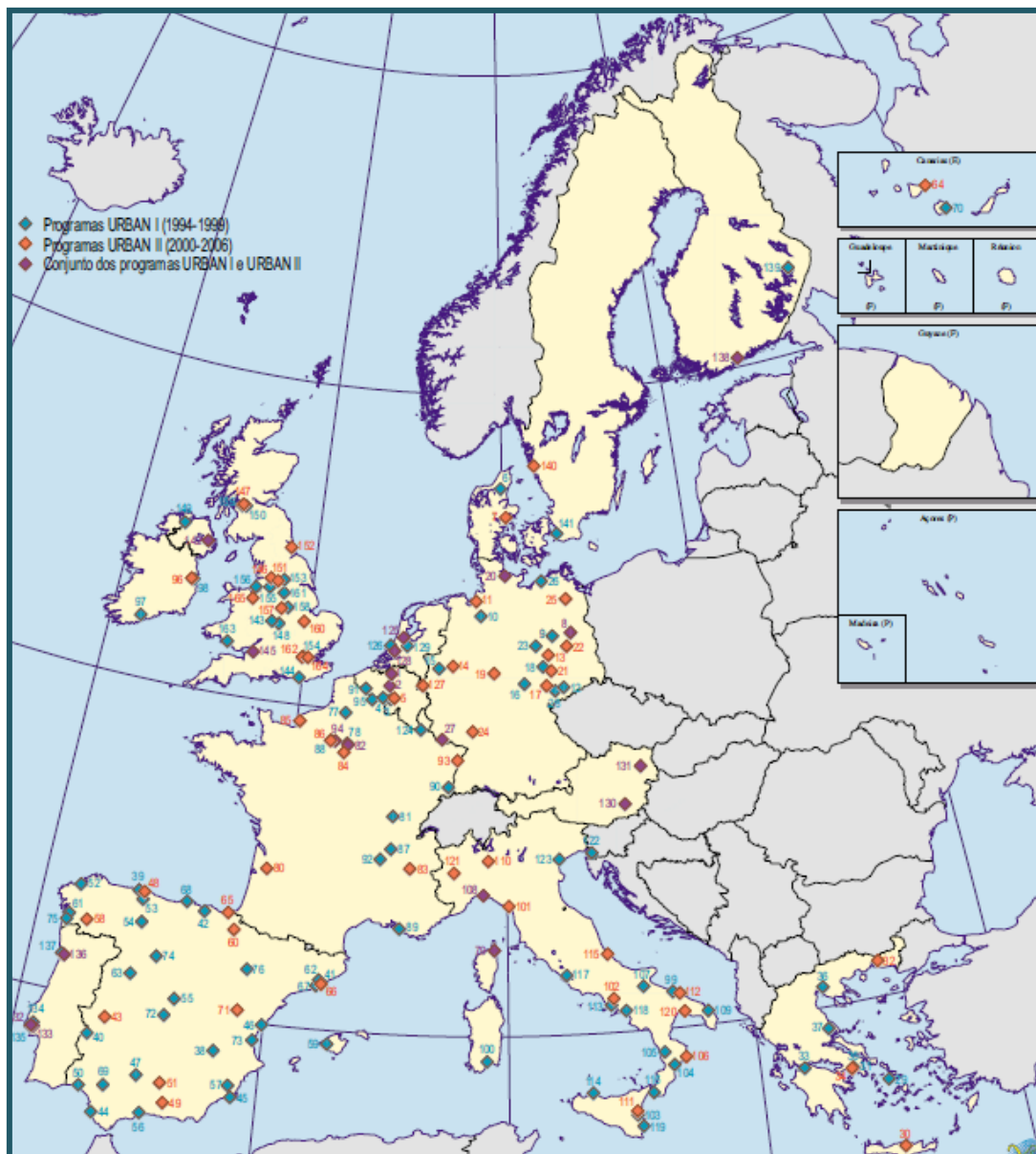


Figura 2.10. Locais onde os programas URBAN se realizaram
(Fonte: CE,2003)

As iniciativas e projectos desenvolvidos no âmbito do programa URBAN, e outras iniciativas comunitárias, transportaram muitos ensinamentos para o futuro das políticas europeias e nacionais, tais como (CCE, 2002):

- Abordagem integrada, em que as medidas sociais, ambientais e económicas, são combinadas num determinado território de forma a obter-se respostas coerentes aos problemas da área;
- Concentração em zonas de âmbito territorial reduzido, intensificando o impacto e o rendimento das intervenções;

- Forte concentração nas parcerias locais, com a integração de grupos da comunidade local, o que permite a construção e desenvolvimento de competências locais e aumenta consequentemente a eficácia dos programas.

Com estas características promovem-se novos modelos europeus de governança, tornando a Europa mais próxima do cidadão. Outra das características fundamentais destas iniciativas reside no facto de darem ênfase à inovação, para resolver os problemas com que se defrontam as zonas e as comunidades urbanas.

Um dos aspectos mais interessantes e inovadores que o URBAN transportou para a sua execução, foi a forte participação dos parceiros locais, que para além de tornar os programas mais eficazes e mais dirigidos às necessidades locais, contribuiu para o desenvolvimento a longo prazo das áreas URBAN (CCE, 2002).

O facto deste programa tornar a comunidade local num parceiro de pleno direito no processo de renovação, é imprescindível. Em mais de 80% dos casos, os parceiros locais - grupos da comunidade, grupos de voluntários e associações de moradores - foram consultados sobre a concepção dos programas. Estes grupos estão também representados nos comités de acompanhamento que são responsáveis pela sua gestão estratégica (CE, 2003).

A constituição de parcerias fortes com as comunidades locais é uma forma de tornar os programas mais eficazes e mais orientados para as necessidades locais, e também de contribuir para o desenvolvimento, a longo prazo, das zonas em questão (CE, 2003).

As parcerias locais, depois de constituídas, têm potencial para desempenhar outros papéis na promoção do desenvolvimento local. Deste modo, as parcerias das comunidades locais incentivam o progresso do modelo europeu de governança e do envolvimento da sociedade civil (CCE, 2002).

Estes factos são já considerados, como se pode verificar através dos casos de estudo analisados neste trabalho. No entanto, há sempre mais que pode ser feito e ainda há muito para evoluir neste campo, principalmente no nosso país.

A aplicação do programa URBAN a um determinado território, exige um conhecimento aprofundado da zona em questão, e também uma coordenação espacial e temporal de todas as intervenções previstas. Em Portugal, foi adoptada uma metodologia inovadora baseada nos seguintes princípios (Pestana et al., 2002):

- Emergência de uma abordagem “de baixo para cima”, *bottom-up*, com identificação dos problemas, escolha de instrumentos de actuação e identificação de actores a partir do local;
- Reforço da articulação entre os diferentes poderes públicos com responsabilidades de intervenção, da administração central ou local;
- Dinamização de novas parcerias para actuar no terreno;
- Selecção de acções inovadoras, com grande potencial de demonstração e principalmente de mobilização, em torno de ideias/projectos credíveis e assimiláveis pelos grupos-alvo dos programas.

Particularmente no que diz respeito ao URBAN II, uma das características mais importantes reside no intercâmbio de boas práticas por toda a Europa, sendo este facto objecto de um programa específico designado por “Rede Europeia de Intercâmbio de Experiências” ou “URBACT” (CE, 2003).

Os objectivos deste programa consistem na execução de boas práticas e na aprendizagem de lições, através dos êxitos obtidos ao nível do desenvolvimento urbano sustentável, não esquecendo os pontos fracos identificados nos programas URBAN.

O alvo deste programa específico foram os agentes urbanos das 216 cidades, que beneficiaram do URBAN I e II e também dos projectos-piloto (CE, 2003). Este programa decorreu no período de 2002 a 2006 (URBACT, 2010).

O Programa URBACT II sucedeu ao URBACT I, e decorre entre 2007 a 2013, reunindo 27 Estados-Membros, bem como a Noruega e Suíça. Um dos objectivos desta 2ª fase do programa, para além das já referidas para o URBACT I, são a contribuição para a implementação da Estratégia de Lisboa-Gotemburgo (URBACT, 2010).

A Estratégia de Lisboa foi lançada inicialmente em 2000, surgindo como resposta aos desafios da globalização e do envelhecimento da população, sendo renovada posteriormente em 2005 (CE, 2010).

Os beneficiários do URBACT podem ser para além de cidades, autoridades regionais, locais, bem como universidades e centros de pesquisa. Este programa pretende contribuir para (URBACT, 2010):

- Facilitar a troca de experiências e de aprendizagem entre os governantes e os actores locais;
- Divulgar amplamente as boas práticas e as lições retiradas dos intercâmbios e assegurar a transferência do *know-how*;
- Apoiar os autarcas, os actores locais e os gestores dos programas operacionais na definição dos planos de acção para o desenvolvimento urbano sustentável.

Na seguinte figura (Figura 2.11) é possível observar os locais onde existem projectos no âmbito do URBACT.



Figura 2.11. Locais onde existem projectos no âmbito do URBACT
(Fonte: URBACT, 2010)

3. Metodologia do Trabalho

De acordo com os objectivos ambicionados para esta dissertação foram seleccionados dez projectos inovadores, os quais constituem o material base para este trabalho.

Neste capítulo são apresentadas as diferentes fases de desenvolvimento do trabalho de investigação, com vista a atingir os objectivos a que foi proposto.

Deste modo, a metodologia aplicada nesta dissertação está representada na Figura 3.1.

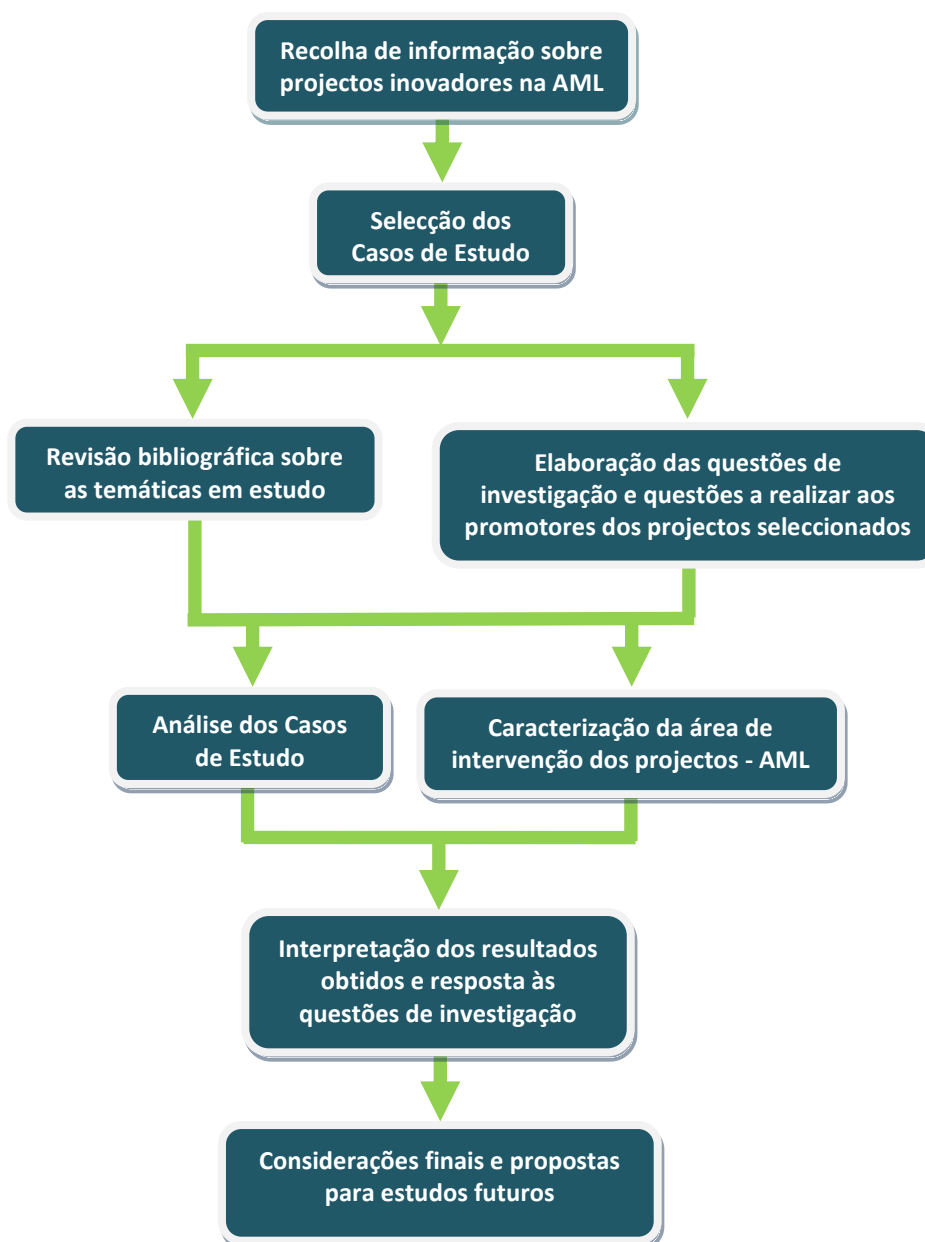


Figura 3.1. Metodologia adoptada para a realização deste trabalho

Inicialmente, após a escolha do tema para este trabalho, procedeu-se a uma pesquisa sobre a existência de projectos inovadores na Área Metropolitana de Lisboa (AML). As principais motivações para a escolha dos projectos recaíram no seu carácter inovador e na contribuição das suas acções para a sustentabilidade local.

Entre um elevado lote de projectos recolhidos (Anexo A) foram seleccionados dez. Para a sua selecção consideraram-se apenas projectos da AML, já realizados ou em realização, de modo a ser possível retirar conclusões e ensinamentos dos seus resultados. Uma abordagem integrada e a incidência das acções a realizar nas várias dimensões da sustentabilidade foram também características consideradas.

No entanto, a prioridade de acção nas várias dimensões da sustentabilidade varia, considerando-se importante analisar projectos em que a dimensão principal em que incidem varie também, tendo sempre em consideração uma prioridade da componente ambiental. Em alguns projectos esta componente não foi uma prioridade, mas mesmo assim foram escolhidos por se considerar que a componente ambiental e as acções a realizar neste âmbito poderiam ser mais aprofundadas.

Outra característica importante para a escolha, foi o carácter inovador dos projectos e a sua diversidade, de modo a que a amostra abrangesse projectos com diferentes objectivos e resultados e também diferentes metodologias para a resolução dos problemas locais.

O carácter inovador que se considerou foi essencialmente a questão de os projectos serem realizados com poucos recursos, devido ao período de recessão que o país atravessa neste momento, mas que mesmo assim conseguem apresentar uma qualidade de resultados semelhantes a outros, que em tempos eram realizados com muitos mais recursos, conseguindo por vezes mais e melhores resultados.

O âmbito territorial que abrangem foi também considerado, sendo que os projectos seleccionados possuem âmbitos territoriais diferentes, tendo como escala mínima o bairro e a máxima a AML, e são promovidos tanto por entidades locais, juntas de freguesia ou câmaras municipais.

Uma questão também considerada importante, é a abordagem de projectos que incidem em problemas complexos com soluções colaborativas, e que de alguma forma o cidadão comum esteja envolvido nesse processo.

Os dez projectos seleccionados foram aprofundados como casos de estudo, dos quais são retirados ensinamentos importantes para o Engenheiro do Ambiente agir a nível da sustentabilidade local e de novos projectos neste âmbito.

Simultaneamente à realização da pesquisa bibliográfica sobre as várias temáticas que a matéria deste trabalho abrange, foram elaboradas as questões de investigação que o sustentam (Anexo B). As respostas a estas questões são a chave para a elaboração de projectos inovadores, que contribuem para a sustentabilidade local, e também para a actuação do Engenheiro do Ambiente nesta temática.

Foram definidas, simultaneamente, questões genéricas que abrangem todos os projectos a abordar e que posteriormente foram colocadas (via e-mail e pessoalmente) aos promotores dos projectos ou a entidades relacionadas com a sua execução (Anexo C). Estas questões actuam assim, concomitantemente com a pesquisa efectuada, como suporte às respostas das questões de investigação.

Posteriormente foi realizada uma análise aprofundada aos projectos seleccionados, onde se analisaram e interpretaram as suas etapas de realização e os seus motivos de sucesso. Desta fase, foram também retirados importantes ensinamentos que podem ser posteriormente aplicados noutros projectos por parte de um Engenheiro do Ambiente.

Foi também realizada uma breve caracterização da área de intervenção dos projectos – AML, a nível histórico, geográfico, económico e ambiental, e foi ainda realizada uma análise SWOT para uma melhor percepção das suas características.

Para finalizar, foram retiradas as principais conclusões após a realização deste trabalho, e enunciadas algumas propostas para pesquisas futuras dentro do mesmo âmbito.

4. Projectos Inovadores na Área Metropolitana de Lisboa – Casos de Estudo

Para este trabalho foram seleccionados dez projectos para investigação, da Área Metropolitana de Lisboa (AML), de modo a compreender as suas dinâmicas, as suas componentes essenciais, os actores envolvidos e quais os principais factores que contribuem para o seu sucesso. O papel que o Engenheiro do Ambiente tem ou pode ter em cada um deles, é também um factor importante analisado no presente capítulo.

4.1. A Área Metropolitana de Lisboa

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) detém uma posição fundamental na região e a nível nacional, pois desempenha um papel específico na medida em que integra grande parte das componentes estruturantes e estratégicas do desenvolvimento do país, tendo também um papel crucial ao nível da sua internacionalização (CCDR-LVT, 2002).

Apesar de hoje em dia já constituir uma região modernizada e possuir um maior desenvolvimento económico, ainda apresenta alguns padrões territoriais marcados pelo desordenamento urbanístico, fortes estrangimentos à mobilidade, riscos ambientais e também graves problemas de exclusão social, sendo assim palco de variadas e profundas divergências (Cunha, 2010).

Nesta secção é apresentada uma caracterização sumária da AML, sendo realizado inicialmente um breve enquadramento histórico, geográfico e económico e de seguida uma sucinta caracterização ambiental.

Enquadramento Histórico, Geográfico e Económico

Em tempos, a ocupação humana da AML, designada na altura como “Grande Lisboa”, era repartida por algumas vilas, e na faixa norte do Tejo por aldeias e lugares. Em 1991, começou-se a designar por AML, o centro principal - Lisboa - rodeado de cidades satélite entre as quais, e mais importantes, se encontram: Almada, Amadora, Cacém, Cascais, Loures, Odivelas, Oeiras, Setúbal e Vila Franca (Marques, 2003).

Este facto deve-se ao desenvolvimento de Portugal e à concentração na região de uma parte dos sectores secundários e terciários em progressão. Estes factores converteram as zonas próximas da cidade em extensos dormitórios, sendo que assim deixou de fazer sentido referir as cidades

satélite como elementos distintos, e passou-se a referir a AML como um conjunto (Marques, 2003).

Actualmente, a AML é constituída por 18 municípios: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira, como se pode verificar através da Figura 4.1 (AML, 2007a).

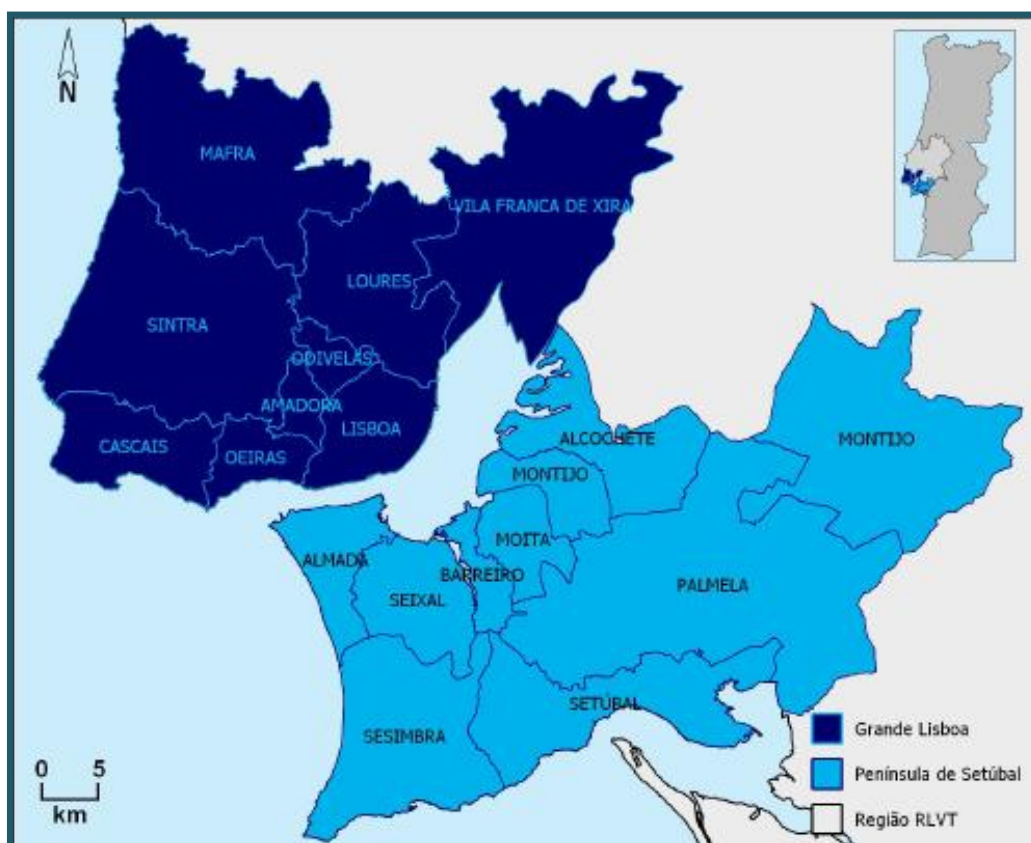


Figura 4.1. Região da AML constituída pela zona da Grande Lisboa e pela Península de Setúbal
(Fonte: PROT-AML, 2010)

Um dos principais indutores da reconfiguração da região de Lisboa, do seu alargamento e da sua área de influência, tem sido a melhoria das condições de acessibilidade, proporcionadas pela expansão e modernização das infra-estruturas de transportes ao longo dos anos (Cunha, 2010).

A maior concentração populacional e económica do nosso país verifica-se na AML, onde nos seus dezoito concelhos, que constituem 3,3% do território nacional (AML, 2007b), residem cerca de 2 839 908 habitantes perfazendo uma densidade populacional de 946 hab/km² (INE, 2012).

Em 2007, a AML concentrava cerca de 25% da população activa, 30% das empresas nacionais e 33% do emprego (AML, 2007b).

A região integra ainda dois grandes portos, Lisboa e Setúbal, que a nível internacional assumem um crescente protagonismo, e três médios portos piscatórios, sendo eles Sesimbra, Cascais e Ericeira (AML, 2007b).

Caracterização Ambiental

A AML é constituída por paisagens rurais e urbanas, litorais e de montanha ou lezírias, conferindo um conjunto de diversidades dos usos do território, que constituem um património rico e variado para esta área.

Possui uma costa atlântica com cerca de 150 km e uma frente ribeirinha de cerca de 200 km, apresentando uma abundante riqueza natural, que lhe confere um potencial ambiental elevado e digno de preservar e valorizar. Relativamente a estes espaços de valor natural, possui dois estuários, o do Tejo e o do Sado, e também cinco áreas protegidas integradas na Rede Natura 2000 (AML, 2007b).

Relativamente ao relevo, a AML pode ser considerada como uma área de relevo moderado, comparando com o resto do país, e em que as altitudes mais elevadas se encontram na Serra de Sintra e da Arrábida, com 528 e 521 m, respectivamente. Na sua fachada Ocidental apresenta um promontório que avança pelo Atlântico, e que é constituído pela península de Lisboa e de Setúbal, encontrando-se separadas pelo Estuário do rio Tejo (Pereira, 2003).

No que diz respeito à litologia, a AML é composta por uma grande variedade de rochas que constituem o substrato do território como arenitos, rochas margosas e calcários, além de rochas constituintes do maciço de Sintra, granitos, sienitos, dioritos e gabros, e do complexo vulcânico de Lisboa. As rochas presentes são de idades posteriores a 260 milhões de anos, e entre as formações mais recentes encontram-se areias de duna e praia, bem como aluviões dos cursos de água, especialmente ao longo do Tejo (Pereira, 2003).

A exploração de pedreiras é resultado desta diversidade litológica, e ocorre na Serra de Sintra com os granitos, os mármore de Pero Pinheiro e a extração de calcários para fabricar cimento na Serra da Arrábida.

Em questões de clima, a AML é uma região seca, pois a maior parte da sua área está contida na região pluviométrica do Sul, com precipitação inferior a 800 mm, que ocorre em menos de noventa dias num ano.

Relativamente às temperaturas existe uma dicotomia litoral – interior, que evidencia a vertente soalheira das costas da Arrábida e do Estoril, sendo que o interior é um local de maiores

contrastes devido ao abrigo do ar marinho - moderador de temperaturas - podendo no verão atingir temperaturas de 35°C e no inverno registar temperaturas negativas (Pereira, 2003).

No que diz respeito ao uso e ocupação do solo, a AML representa um conjunto de usos fragmentados onde coexistem retalhos de áreas edificadas (com zonas densas e contínuas, e outras menos densas e descontínuas) com parcelas de culturas anuais ou permanentes, e também extensas áreas de coberto arbóreo e arbustivo com graus variáveis de intervenção humana. A desigualdade é visível no que diz respeito à estrutura do uso e ocupação, sendo consideradas as grandes classes de uso do solo em: Áreas Edificadas, Áreas Agrícolas e Áreas Florestais (Tenedório *et al.*, 2003).

4.2. Projectos Analisados

De seguida, são apresentados os projectos seleccionados como casos de estudo para este trabalho.

Na Figura 4.2 encontra-se representada a distribuição dos projectos na AML.

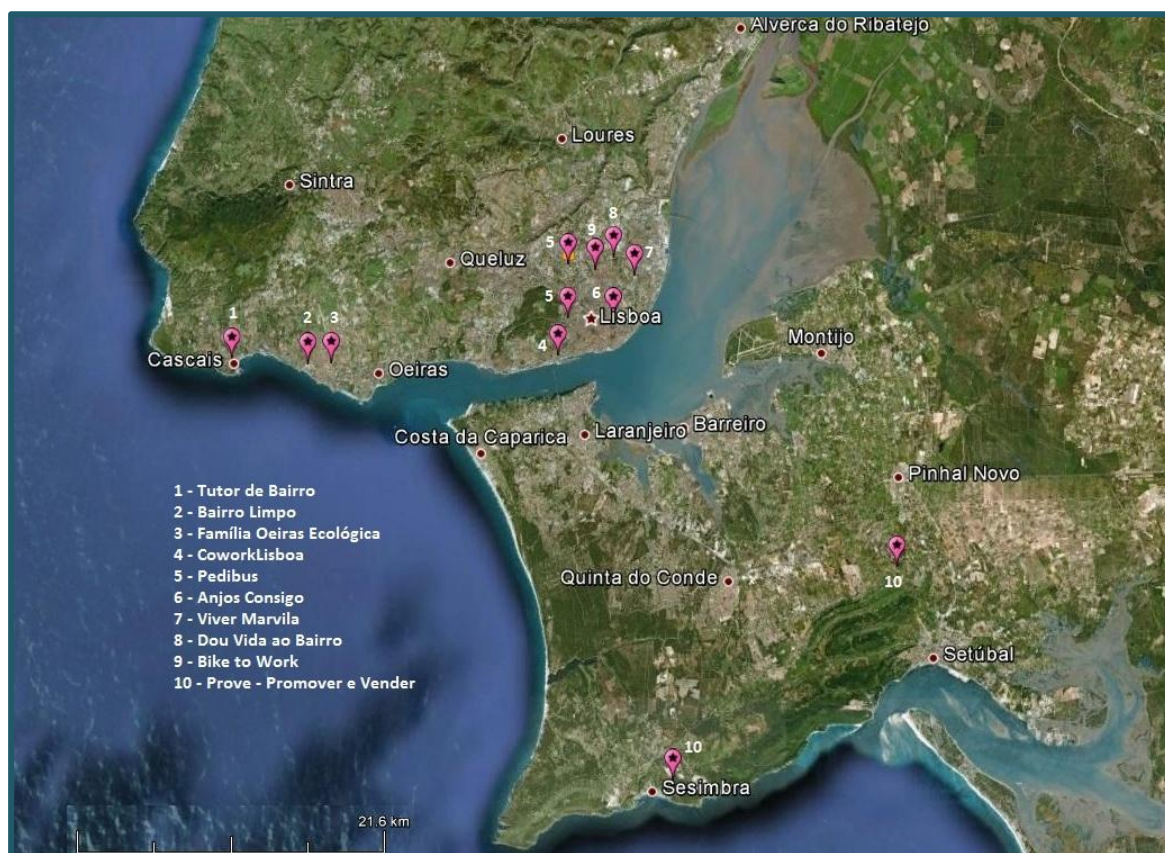


Figura 4.2. Representação espacial dos projectos na AML
(Adaptado de: Google Earth, 2012)

Para uma melhor compreensão dos projectos em estudo, e de forma a ser possível comparar os resultados e retirar conclusões esclarecedoras sobre as suas dinâmicas e os seus sucessos, foram realizadas algumas questões específicas às entidades responsáveis.

A caracterização dos projectos foi realizada através das informações obtidas das questões colocadas às entidades promotoras (Anexo C), seguidamente sintetizadas:

- Qual a génese do projecto, de onde veio o financiamento e quais os motivos do seu sucesso;
- Quando é que começaram a aparecer os primeiros resultados e quais foram;
- Quais são as entidades/actores envolvidos no projecto e a sua colaboração, e quais os mais dinâmicos;
- Se esteve envolvido algum Engenheiro do Ambiente, e de que forma;
- Que qualidades/capacidades são necessárias num gestor deste tipo de projectos.

Foi também realizada uma pesquisa em documentos técnicos e de divulgação sobre os projectos, e efectuada uma pesquisa detalhada sobre informação em meios de comunicação social (jornais, boletins informativos locais e *sites* da Internet).

4.2.1. Viver Marvila

Este projecto é uma operação de regeneração urbana designada inicialmente por Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Marvila (PRDIM), sendo posteriormente simplificado o seu nome para “Viver Marvila”.

O projecto surgiu, em 2008, com uma preocupação partilhada entre o Município de Lisboa e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) (CML e IHRU, 2008), tendo como parcerias a Junta de Freguesia de Marvila, a GEBALIS, as organizações locais e a população em geral.

O financiamento decorre do protocolo camarário PIPARU (Programa de Investimento Prioritário em Acções de Reabilitação Urbana), do IHRU, da Banca e de financiamento do fundo europeu.

A sua emergência deve-se à existência de vários problemas e do estigma social associado à zona de Chelas. De forma a contornar esta situação, foram estabelecidos os seguintes objectivos estratégicos (CML-DMCRU/Unidade de Projecto de Chelas e IHRU, 2009):

- Melhorar a qualidade do edificado e do espaço público;
- Desenvolver uma comunidade segura, inclusiva e ambientalmente exemplar;

- Aumentar a satisfação com os serviços e equipamentos de apoio à população;
- Dinamizar a economia local;
- Melhorar a acessibilidade aos bairros e a mobilidade no seu interior;
- Aumentar a satisfação da comunidade com o acesso à informação e com o resultado do seu envolvimento nos processos de tomada de decisão.

Para a concretização destes objectivos o projecto assenta em três programas operacionais, presentes na Figura 4.3, que têm conduzido à realização de diversas iniciativas.



Figura 4.3. Programas Operacionais do “Viver Marvila”
(Adaptado de: CML-DMCRU/Unidade de Projecto de Chelas e IRHU, 2009)

A área de intervenção do projecto localiza-se em Chelas, na freguesia de Marvila, na zona oriental da cidade de Lisboa. A sua área é de 244 ha, correspondendo a cerca de 38% dos 632 ha da área total da freguesia. Os bairros abrangidos por este programa são Amendoeiras/Olival, Lóios, Condado, Armador e Flamenga (CML e IHRU, 2008).

A zona onde se insere a área de intervenção é delimitada pela Linha de Cintura Ferroviária, a sul e a nascente, e pelos eixos rodoviários Av. Marechal Gomes da Costa, a norte, e a Av. Almirante Gago Coutinho, a poente.

Na Figura 4.4 é possível observar a totalidade da área do projecto, delimitada a amarelo.



Figura 4.4. Área de Intervenção do “Viver Marvila”
(Fonte: CML e IRHU, 2008)

O âmbito territorial que o projecto abrange é a nível de bairro, correspondendo a um âmbito reduzido, onde é possível uma maior concentração de esforços e onde consequentemente os resultados se manifestam mais rapidamente.

Este projecto apresenta já resultados visíveis, como o realojamento de bairros denominados de “lata”, demolição de um edifício com graves problemas a nível social, designado por “corredor da morte”, reabilitação de edifícios e de espaços públicos e também a requalificação de espaços verdes e criação de novos, como se pode observar através da Figura 4.5, Figura 4.6 e Figura 4.7.



Figura 4.5. Reabilitação de lotes e do espaço público no bairro das Amendoiras
(Fonte: Viver Marvila, 2011)



Figura 4.6. Reabilitação dos edifícios do bairro das Amendoiras, resultante da realização de um estudo de cor para o bairro
(Fonte: Viver Marvila, 2011)



Figura 4.7. Requalificação da Praça do Armador
(Fonte: Viver Marvila, 2012)

Este projecto contribui para a sustentabilidade do local na medida em que as suas acções incidem na reabilitação física ambiental e social dos bairros de Marvila.

A reabilitação física e ambiental verifica-se através da requalificação de edifícios degradados e também de espaços verdes e de lazer. A nível social, a participação e colaboração da população em algumas acções e a oportunidade de proporem ideias e sugestões, promove um sentimento de pertença e envolvimento dos cidadãos no seu bairro. Também a eliminação de alguns focos de problemas (ex: demolição do edifício designado por “corredor da morte”) dos bairros contribui para uma melhor vivência e segurança da população.

Apesar desta colaboração, a população neste projecto ainda não obteve um papel de destaque, sendo esse papel desempenhado pela Unidade de Projecto de Chelas da Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana – CML.

Este projecto é uma mais-valia para o local onde decorre, devido ao estigma associado a esta zona da cidade. Através da sua realização o ambiente social e físico do local passa a ser mais acolhedor e proporciona uma melhor qualidade de vida, tanto para moradores, trabalhadores ou mesmo visitantes.

Um aspecto a salientar é o facto de ser um projecto de desenvolvimento integrado entre as várias dimensões da sustentabilidade, o que o torna eficaz na resolução dos problemas existentes na área.

Apesar de não estar presente um Engenheiro do Ambiente na equipa que coordena este projecto, considera-se que a sua colaboração seria muito benéfica nas acções realizadas, principalmente no que diz respeito à sensibilização da população em questões ambientais relacionadas com o espaço público mas também com o espaço habitacional. A colaboração nas acções de requalificação dos espaços públicos e zonas verdes, de maneira a torná-los mais sustentáveis e contribuindo para uma maior qualidade de vida do bairro e para um prosseguimento da sustentabilidade local, seria também uma oportunidade para um Engenheiro do Ambiente desempenhar as suas funções.

4.2.2. Tutor de Bairro

O “Tutor de Bairro” foi criado pela Empresa de Ambiente de Cascais - EMAC, em 2009, e é um programa que consiste na monitorização da limpeza urbana, da recolha de resíduos, de espaços públicos verdes urbanos e parques de jogos e recreio, no concelho de Cascais. A sua realização está inserida no plano estratégico da EMAC – Objectivo 66.

Esta iniciativa tem como objectivo envolver a comunidade local, visto que os moradores são quem possui maior conhecimento sobre os problemas que cada bairro enfrenta, e pode facilmente e de maneira mais eficiente transmitir a informação e o seu ponto de vista à EMAC.

Com este programa a EMAC pretende (EMAC, 2011):

- Promover sinergias entre a EMAC/Câmara Municipal de Cascais e a comunidade local;
- Desenvolver atitudes de protecção do espaço público, como espaço de todos;
- Incentivar a participação pública;
- Fomentar a eficiência e eficácia dos serviços;
- Inculcar nos munícipes os conceitos de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

Deste modo, é possível colmatar algumas lacunas existentes e actuar rapidamente nos problemas identificados.

Numa primeira fase do projecto foram seleccionados 54 Tutores de Bairro, distribuídos pelas seis freguesias do concelho de Cascais. Posteriormente, entraram em actividade, em Setembro de 2009, 41 novos Tutores que perfaziam um total de 95, garantindo uma cobertura de 85% do concelho. Actualmente, a EMAC conta com a colaboração de 101 Tutores do Bairro.

O financiamento para este projecto decorreu de uma parceria com a Fundação Vodafone, que cedeu os telemóveis com ligações limitadas à rede definida para o programa. O material necessário para a actuação dos Tutores como as pastas, blocos de notas, canetas, pen's, cartões identificativos e mapas delimitativos das zonas de intervenção, foram fornecidos pela EMAC.

Este projecto continua a obter resultados positivos, sendo que de Janeiro de 2009 a Dezembro de 2011 se registaram 5.053 pedidos. Os principais serviços solicitados estão representados na Figura 4.8.

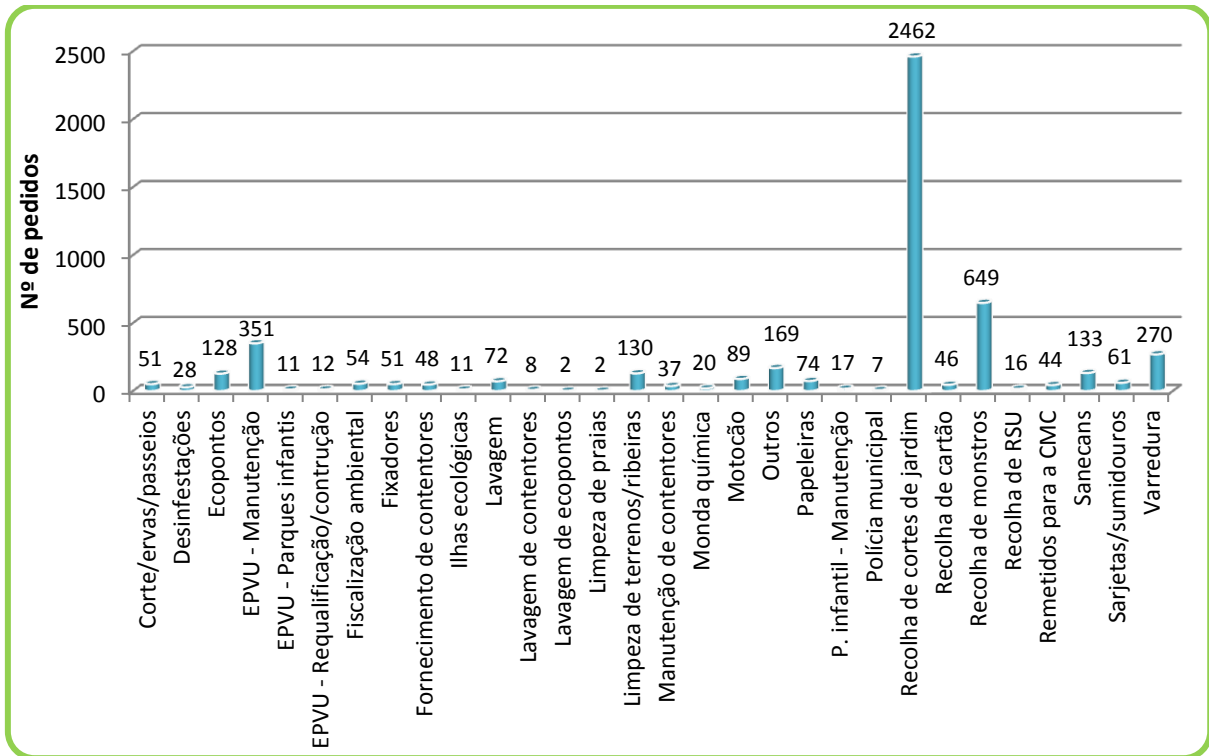


Figura 4.8. Serviços solicitados aos Tutores de Bairro de Janeiro de 2009 a Dezembro de 2011
(Fonte: EMAC, 2012)

A contribuição deste projecto para a sustentabilidade reflecte-se na vertente ambiental, especificamente na proteção e requalificação do espaço público, espaços verdes e de lazer e também na limpeza urbana e recolha de resíduos. A dimensão ambiental é a principal vertente onde incidem as acções realizadas, mas através da dimensão económica este projecto também contribui significativamente para a melhoria da sustentabilidade, pois com as acções realizadas pelos Tutores ocorrem ganhos de eficiência e redução de custos para a EMAC.

O que se considera mais inovador neste projecto é o facto da população ter uma papel determinante para a sua realização, identificando as situações de não conformidade, participando em várias acções de sensibilização e integrando a restante comunidade no programa. A população assume um papel de destaque, individualmente, e também nas associações de moradores, que têm um papel crucial na realização das acções no âmbito da limpeza e recolha de resíduos.

Com esta colaboração entre a população e a EMAC, é possível uma acção mais célere nos problemas e de forma mais eficiente, visto que são os moradores quem melhor conhece a área e mais facilmente identificam as lacunas existentes no local.

O facto da EMAC estabelecer uma ligação de proximidade e confiança com os munícipes, é também um aspecto a valorizar neste projecto, e que contribui para o seu sucesso.

A colaboração de um Engenheiro do Ambiente esteve presente neste projecto, desempenhando este um papel importante na elaboração dos relatórios mensais e na realização e elaboração de acções de sensibilização junto da população. No desempenho das suas funções, o Engenheiro do Ambiente tem contacto com os Tutores de Bairro dotando-os de conhecimentos para as boas práticas ambientais, de modo a inculcar conceitos essenciais na realização das suas funções, e que levam a uma melhor actuação perante os problemas que encontram no seu bairro.

4.2.3. Bairro Limpo

O projecto “Bairro Limpo” surge enquadrado nos projectos de promoção de uma cidadania activa, promovidos pelo Departamento de Ambiente e Equipamento da Câmara Municipal de Oeiras (CMO). O seu principal objectivo é a ocupação dos tempos livres dos jovens e dos reformados através da realização de actividades de limpeza, manutenção dos espaços públicos e verdes, e da sensibilização ambiental, colaborando algumas associações de bairro no recrutamento e gestão dos participantes (CMO, 2009).

A iniciativa teve início em 2005, com os projectos-piloto – “Seniores em Movimento” e “Jovens em Movimento” - promovidos pela CMO. Na realidade, estas duas experiências possuíam objectivos semelhantes, apesar de serem dirigidos a públicos-alvo diferentes. Assim, em 2006, os dois projectos foram reunidos num mais abrangente.

Os objectivos específicos a que o projecto se propõe são (CMO, 2009):

- Ocupação dos tempos livres de jovens e reformados, reforçando em simultâneo os seus rendimentos económicos através da atribuição de um subsídio;
- Promoção da sensibilização ambiental, com o objectivo de estimular uma mudança de atitudes e comportamentos junto dos participantes, e dos restantes cidadãos;
- Contribuição para uma melhoria dos espaços urbanos através de limpeza urbana, manutenção de espaços verdes e acções de informação e sensibilização ambiental.

Todos os custos do projecto são assegurados pela CMO, e a sua duração varia anualmente em cerca de seis meses por ano.

Com este projecto foi possível recolher, em 2011, cerca de 26 toneladas de resíduos indiferenciados, doze das quais recicláveis. O aumento dos rendimentos económicos dos participantes e a ocupação dos seus tempos livres, é umas das consequências positivas que

advém deste projecto, contribuindo também para uma maior valorização pessoal e aquisição de novas competências sócio-profissionais.

Na Figura 4.9 é possível observar algumas das acções já realizadas, a nível de limpeza de calçadas das árvores e da limpeza do espaço público.



Figura 4.9. Acções de limpeza realizadas pelos cidadãos
(Fonte: CMO, s.d.)

A característica que se considera mais inovadora neste projecto é a promoção da ocupação dos tempos livres dos munícipes, jovens e reformados, através da participação em actividades de limpeza e manutenção dos espaços públicos dos seus bairros. Desta forma, é a população que detém o papel principal neste projecto, através da realização destas acções, contribuindo na primeira pessoa para um aumento da qualidade de vida do seu bairro.

O contributo que este projecto transmite para a sustentabilidade local é enfatizado pela promoção da sensibilização ambiental, visando fomentar a mudança de atitudes e comportamentos de toda a comunidade. A componente ambiental apresenta-se neste projecto em destaque também com a limpeza e manutenção dos espaços públicos e verdes, sendo estas características que contribuem conjuntamente para a melhoria do ambiente dos bairros.

A contribuição deste projecto para a sustentabilidade também incide na dimensão social. Com a realização das acções que decorrem do projecto, a coesão social é reforçada, sendo a cooperação e convívio entre a população, para atingir um objectivo comum, uma mais-valia do projecto.

A nível económico, o projecto contribui, ainda que de uma forma menos significativa, para um aumento dos rendimentos de todos os participantes nas acções realizadas, através de um subsídio financiado pela câmara.

Considera-se que os cidadãos são os principais actores neste projecto, pois é através deles que as acções são executadas, e são eles que contribuem em grande parte para a prossecução dos objectivos estabelecidos.

O Engenheiro do Ambiente está presente neste projecto, onde representa um papel importante através do planeamento das actividades promovidas pelo Núcleo de Sensibilização e Promoção Ambiental. Estas actividades são essenciais para um bom desempenho dos munícipes envolvidos, ajudando-os a desenvolver um maior conhecimento a nível ambiental e a familiarizarem-se com determinados conceitos e atitudes amigas do ambiente.

4.2.4. Família Oeiras Ecológica

Este projecto é promovido pela Câmara Municipal de Oeiras (CMO) e coordenado pela OEINERGE em parceria com a Quercus, surgindo na sequência da adesão do município de Oeiras ao “Pacto de Autarcas”. Este compromisso tem como objectivos aumentar a eficiência energética em 20% e incorporar as energias renováveis, reduzindo 20% das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) até 2020.

O projecto “Família Oeiras Ecológica” pretende estimular a alteração de comportamentos e sensibilizar mais de cinquenta famílias do município, para uma utilização racional dos recursos naturais em vertentes como a energia, mobilidade, água, gestão de resíduos, espaços verdes e no consumo sustentável.

O seu início ocorreu em Junho de 2009, e desde então os técnicos da OEINERGE e da Quercus avaliam os comportamentos ambientais e os consumos energéticos das famílias seleccionadas. Esta avaliação é realizada através de duas visitas de monitorização e de aconselhamento de boas práticas ambientais, que contribuem para uma melhoria da eficiência energética e ambiental (Alberto, 2010).

A realização deste projecto assentou em quatro pressupostos (Alberto e Alves, 2012):

- Caracterizar, identificar e analisar os hábitos ambientais e de consumo energético de cinquenta famílias;
- Desenvolver um plano de recomendações de gestão sustentável nas várias vertentes ambientais estudadas;
- Promover a utilização sustentável dos recursos naturais;

- Identificar os potenciais de poupança na habitação e obter uma redução efectiva dos consumos energéticos.

O financiamento para este projecto decorre de um contrato-programa celebrado anualmente entre a OEINERGE e a CMO, e a sua duração, na 1ª edição, foi de 15 meses.

A 2ª edição iniciada em Setembro de 2011, com uma campanha de divulgação (Figura 4.10) realizada no evento “Marginal sem carros”, terminou em Junho de 2012. A 3ª fase deste projecto teve início em Setembro do presente ano.



Figura 4.10. Folheto de divulgação do projecto
(Fonte: CMO, s.d.)

Os resultados obtidos na 1ª edição foram positivos, e revelaram que uma grande maioria das famílias já possui boas práticas ambientais no seu quotidiano, nomeadamente na separação selectiva de resíduos, aquisição de lâmpadas economizadoras, redução dos consumos de água e energia e realização de compostagem.

Para além das equipas técnicas de monitorização da OEINERGE/CMO e Quercus, que têm um papel essencial na sensibilização e realização de visitas e tratamento de dados, os actores que se destacam neste projecto são as famílias seleccionadas. São essas famílias que têm um papel determinante de mudança e melhoria nos seus comportamentos e hábitos de consumo, e são essas mudanças que vão contribuir para a sustentabilidade.

Considera-se que este projecto é um modelo a seguir, pelo seu carácter organizacional e sequência de tarefas realizadas para atingir os seus principais objectivos.

Destaca-se a realização de um Diagnóstico Ambiental onde são avaliados os comportamentos ambientais das famílias e os seus consumos. Desta acção resulta a elaboração de fichas de recomendação específicas para cada família, de acordo com as suas práticas e gastos quotidianos. Assim, as acções que cada família deve realizar para contribuir para a sustentabilidade são específicas para os seus hábitos de consumo, podendo este ser um factor que as incentive à mudança, pois têm presente efectivamente o quanto podem reduzir e poupar se seguirem as recomendações fornecidas pelos técnicos.

Outra acção que se considera importante e inovadora, e como sendo um dos factores que contribui para o sucesso desta iniciativa, é a realização de um encontro entre as várias famílias envolvidas. Neste encontro são partilhadas as experiências entre as famílias, existindo assim uma troca de ideias sobre o projecto e sobre as melhorias verificadas no dia-a-dia dos cidadãos envolvidos.

As famílias podem assim partilhar ideias e medidas adoptadas, resultando numa aprendizagem para todos e uma possível melhoria no que já tinha sido efectuado até então com as recomendações dos técnicos.

Relativamente ao papel que o Engenheiro do Ambiente desempenha neste projecto, ele incide na coordenação, gestão e implementação do projecto. A sua colaboração é também indispensável para uma correcta análise dos dados recolhidos junto das famílias na fase das auditorias de diagnóstico, e também na elaboração das recomendações a fornecer às famílias.

Nesta última questão, um profissional de ambiente é essencial para fornecer as recomendações, pois é a sua formação multidisciplinar que permite abranger as várias áreas sobre o qual o projecto incide e fornecer as recomendações essenciais e eficientes a adoptar para atingir os objectivos deste projecto.

A contribuição deste projecto para a sustentabilidade local provém essencialmente da dimensão ambiental, que apresenta maior destaque neste projecto. O seu contributo para este grande objectivo é visível através da sensibilização das famílias do concelho de Oeiras para a gestão ambiental em suas casas, através das boas práticas incutidas nas seguintes áreas:

- Gestão da Água, Resíduos e Energia;
- Mobilidade Sustentável;

- Gestão sustentável do Jardim.

Este projecto tem como prioridade transmitir boas práticas ambientais às famílias do concelho, adoptando hábitos no seu dia-a-dia que os ajudam a efectuar uma utilização racional dos recursos naturais e a adoptar um consumo mais sustentável.

No que concerne à dimensão económica, este projecto pretende aumentar a eficiência energética e o consumo sustentável, o que contribui consequentemente para uma redução dos custos para as famílias.

A nível social considera-se que os hábitos das famílias são modificados e as boas práticas ambientais passam a fazer parte do seu quotidiano, o que resulta numa educação ambiental da comunidade local. As famílias integradas no projecto podem ainda transmitir alguns conhecimentos a outras e incentivá-las a melhores práticas no seu dia-a-dia, para o bem das famílias e de toda a comunidade.

4.2.5. Dou Vida ao Bairro

Desenvolvido pela Associação para a Valorização Ambiental da Alta de Lisboa (AVAAL), este projecto pretende o envolvimento dos moradores da Alta de Lisboa na valorização ambiental e requalificação de espaços verdes e urbanos, de modo a estimular o sentido de responsabilidade de toda a comunidade. Assim, de acordo com a abordagem adoptada, os moradores participaram sempre nas fases de planeamento, execução e avaliação das acções (AVAAL, 2010).

Este projecto iniciou-se em 2010, e terminou em 2011, sendo financiado pela Gebalis (Acordos de Cooperação e Parceria 2010).

Os principais objectivos a que foi proposto são (AVAAL, 2010):

- Criação de sentido de pertença para com bairro e aumento da coesão social;
- Fazer renascer saberes e/ou formar competências de moradores para a valorização ambiental do bairro.

Este projecto ao longo da sua realização foi composto por várias acções/sub-projectos. Entre eles encontram-se (AVAAL, 2010):

- Projecto Manjericos;
- Formação: Visitas de estudo – Hortas em Cascais, Hortas Portáteis e Hortos Escolares;
- Actividades de Divulgação.

Participaram para além da AVAAL, os moradores e a Gebalis, colaborando também em participações pontuais, dependendo das iniciativas, o grupo comunitário da Alta de Lisboa, K'cidade, Associação de Residentes do Alto do Lumiar, Bidesign, Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas do Alto do Lumiar e a Direcção-geral de Reinserção Social (AVAAL, 2010).

Considera-se que os moradores tiveram um papel preponderante neste projecto, participando na planificação e realização das acções efectuadas. A formação teórica/prática dos moradores, e com os moradores, para a valorização ambiental do local, é uma mais-valia para a aprendizagem e responsabilização da comunidade pelo espaço comum que partilham.

Relativamente à contribuição do projecto para a sustentabilidade local, esta foi visível após a sua realização, tanto a nível ambiental como social.

A nível ambiental este projecto contribuiu para a sustentabilidade e para um aumento da qualidade de vida e do ambiente no bairro, através da realização de acções de valorização e educação ambiental e da requalificação de espaços públicos e espaços verdes.

No que diz respeito à componente social, o projecto estimulou o sentido de responsabilidade e pertença da comunidade em relação ao espaço público, como sendo um espaço comum de todos e onde todos têm responsabilidade. Assim, a coesão social foi reforçada com a realização das iniciativas produzidas no âmbito do projecto.

A partilha e passagem de conhecimentos às gerações seguintes, através da criação de um parque agrícola, hortos escolares, hortas em casa e hortas portáteis, em que os jovens interagem com os idosos, é um ponto de inovação e uma componente que contribui para o sucesso deste projecto.

Quanto à participação de um Engenheiro do Ambiente neste projecto, só participou um Engenheiro do Ambiente como voluntário nas actividades desenvolvidas e não a nível da execução e planeamento.

No entanto, considera-se que este projecto seria um foco de oportunidades para o Engenheiro do Ambiente poder desempenhar as suas funções, visto que um dos objectivos é envolver os moradores na valorização e educação ambiental e na requalificação de espaços verdes e áreas urbanas. Neste sentido, um profissional desta área poderia actuar a nível de acções de sensibilização junto da população, inculcando um sentido de responsabilidade e pertença em relação ao espaço que todos partilham na comunidade. A sua contribuição para uma aprendizagem, por parte da população, de algumas medidas e hábitos amigos do ambiente, que

poderiam adoptar no seu dia-a-dia, seria uma mais-valia para o sucesso do projecto e para a prossecução da sustentabilidade na Alta de Lisboa.

4.2.6. Anjos Consigo

A iniciativa “Anjos Consigo”, realizada pela Junta de Freguesia dos Anjos (JFA), pretende contribuir para uma melhoria da qualidade de vida da população mais idosa da freguesia. A sua população padece de algumas limitações físicas, pouca mobilidade e de um sentimento de insegurança relativamente ao meio exterior. Este serviço surge para colmatar os factores negativos referidos, disponibilizando transporte desde a residência dos utentes até ao local de destino, efectuando posteriormente o seu regresso.

O serviço é de carácter gratuito, destinando-se a todos os eleitores da freguesia que tenham mais de sessenta anos ou tenham motricidade reduzida.

As deslocações que se realizam são entre a residência e os seguintes serviços: actividades e serviços da junta de freguesia, serviços de saúde pública, farmácias, instituições bancárias, correios, entre outros serviços indispensáveis ao dia-a-dia destes cidadãos.

Este projecto iniciou-se em 2008, totalmente financiado pela junta de freguesia, tendo actualmente uma média mensal de 130 serviços.

Considera-se que este serviço contribui para a sustentabilidade através de uma maior coesão social e um sentimento de aproximação entre a população e a junta de freguesia.

Este projecto tem uma grande importância ao nível da freguesia e dos cidadãos locais, pois permite uma mobilidade da população que já não o fazia sozinha, devido a incapacidades, insegurança ou mesmo de dificuldades económicas. Deste modo, a sua contribuição para a sustentabilidade verifica-se essencialmente a nível social e económico.

A característica que se considera como principal motivo de sucesso deste projecto, é o facto de ser gratuito e não necessitar de marcação prévia, constituindo um incentivo acrescido à população beneficiária do serviço. Assim, o deslocamento da população aos principais serviços de que necessita torna-se mais cómodo, mais seguro e também mais rápido.

Face a esta abordagem, os principais actores que se destacam são a população, pois é para eles que o serviço existe e são eles que usufruem do mesmo e dos benefícios no seu quotidiano.

4.2.7. Bike to Work

Esta iniciativa pretende incentivar a mobilidade sustentável, através do uso de bicicleta como meio de transporte da comunidade até aos seus respectivos locais de trabalho.

O seu funcionamento baseia-se no contacto dos interessados à Associação de Residentes de Telheiras (ART), onde a ART faz uma avaliação do melhor percurso de casa até ao local de trabalho, propondo um percurso com o tempo espectável de duração da viagem. A primeira viagem é acompanhada por um voluntário para que os utilizadores se sintam mais seguros e se adaptem ao uso de bicicleta em meios urbanos.

Este projecto não necessitou de financiamento, apenas da colaboração de voluntários na ajuda aos iniciantes deste meio de transporte.

Este serviço inovador, para além da ajuda de planeamento de percursos e acompanhamento, transmite também concelhos sobre o tipo de bicicletas e oportunidades de compra (ART, 2011).

A iniciativa de forma autónoma durou cerca de um ano. No entanto, neste momento os pedidos realizados à ART são encaminhados para a Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta (MUBi) onde é realizado uma iniciativa semelhante – “Bike Buddy”.

Este projecto apresenta objectivos similares aos do “Bike to Work”, em que utilizadores experientes de bicicleta (*Bike Buddies*), em contexto urbano, ajudam os iniciantes nesta actividade de forma gratuita (Mubi, 2011).

Os actores que se destacam neste projecto são os voluntários que acompanham os usuários deste serviço e os próprios utilizadores deste meio de transporte, que se sentem motivados para através desta iniciativa melhorarem a sua qualidade de vida, pela utilização de um transporte que não polui, que faz bem a saúde e que não necessita de gastos em combustível.

Com este projecto considera-se que a sustentabilidade é reforçada tanto a nível ambiental, como económico. No que diz respeito à dimensão ambiental, através da realização de mais viagens em modos suaves de transporte, em detrimento de viatura própria ou mesmo transportes públicos, existe uma diminuição das emissões de gases com efeito de estufa. Este facto pode conduzir a melhorias significativas a nível ambiental, dependendo da adesão da comunidade.

Em termos económicos, a poupança em combustível ou em viagens em transportes públicos é também uma vantagem para os utilizadores da bicicleta como transporte frequente para as suas necessidades diárias. Com esta rotina o utilizador vai conseguir poupar nos gastos com o

transporte diário, estando também a contribuir para uma melhor qualidade de vida para si e para a sociedade.

Um dos pontos negativos deste projecto é ter cessado ao fim de um ano. Considera-se que a falta de divulgação e mesmo de motivação por parte da comunidade seja um ponto fraco que contribuiu para este desfecho.

No entanto, considera-se que a característica mais inovadora nesta iniciativa é a ajuda fornecida a quem quer adoptar a bicicleta como meio de transporte, dentro da cidade e em percursos maiores, mas não se sente à vontade para o fazer sozinho e sem apoio. Assim, este projecto pretende colmatar essa hesitação, promovendo ajuda e acompanhamento no planeamento destas viagens.

O envolvimento de um Engenheiro do Ambiente não se verificou neste projecto, mas considera-se que a sua colaboração seria um benefício que contribuiria para o seu sucesso, pois este incide na temática da mobilidade sustentável onde o Engenheiro do Ambiente tem capacidade para intervir.

Especificamente um profissional desta área poderia auxiliar na realização de acções de sensibilização junto da população, de forma a incutir um sentido de protecção para com o ambiente através de várias medidas, entre elas a utilização de transportes suaves em detrimento de outros mais poluentes e menos económicos.

Desta forma, esclarecer os benefícios que a utilização da bicicleta traz para a sociedade e os impactes positivos no dia-a-dia dos utilizadores, seria uma oportunidade de os motivar mais para esta prática.

4.2.8. Pedibus

A iniciativa “Pedibus” esteve inserida no projecto europeu “MobQua – Mobilité dans les quartiers”, e visava promover iniciativas de viagens em modos suaves à escala do bairro. Este projecto foi implementado no último período lectivo de 2008 em três escolas do ensino básico, em Alvalade e Campo de Ourique, durando apenas até ao final do ano lectivo em que teve início.

Relativamente ao financiamento necessário para este projecto, este foi realizado pela União Europeia e pela Câmara Municipal de Lisboa (CML).

No ano lectivo seguinte não foi possível a sua continuidade por não existir ninguém que liderasse a iniciativa. No entanto, esta iniciativa teve impactes positivos na sociedade, servindo de exemplo para que fosse implementada noutras escolas do país (CML e TIS, 2008).

O “Pedibus” pratica-se em muitos países, dentro e fora da Europa, como é o caso da Suíça, França, Reino Unido, Austrália ou América. Este conceito foi introduzido na sociedade pelo australiano David Engwicht, em 1991, com a finalidade de estimular as crianças a irem a pé para a escola e assim reduzir o tráfego automóvel na sua envolvente.

Este tipo de iniciativa destina-se particularmente aos alunos (principalmente 1º e 2º Ciclos do ensino básico), pais e familiares, e incide num grupo de crianças que fazem o trajecto casa-escola e escola-casa, a pé e com o acompanhamento de um ou mais adultos. O percurso é pré-estabelecido de acordo com as paragens determinadas, onde é realizada a entrega ou recolha de crianças num horário pré-estabelecido (CML e TIS, 2008).

A utilização do serviço pelas crianças é flexível, ou seja, podem utilizar uma vez por semana, todos os dias, ou mesmo ocasionalmente. O acompanhamento pelos adultos é alternado, ao longo da semana, pelos pais e familiares envolvidos.

Assim, o “Pedibus” permite às crianças (CML e TIS, 2008):

- Praticar exercício físico regular, diminuindo o sedentarismo;
- Ganhar autonomia e sentido de responsabilidade;
- Chegar à escola com segurança e a horas, pois não enfrentam filas de trânsito;
- Ganhar experiência enquanto parte de uma equipa;
- Desenvolvimento enquanto indivíduos civilizados, através do envolvimento numa actividade responsável e disciplinada.

Os benefícios para os pais das crianças envolvidas são:

- Poupar dinheiro no combustível das deslocações à escola, que são realizadas a pé em detrimento do automóvel;
- Aumentar o sentido de comunidade através da interacção das famílias envolvidas;
- Poupar tempo por não terem de se deslocar à escola todos os dias para transportar os filhos.

Em suma, esta iniciativa reduz os níveis de congestionamento do tráfego automóvel na envolvente da escola, permitindo uma melhoria das condições ambientais.

Considera-se que este tipo de projecto contribui para a sustentabilidade local através das três dimensões (económica, social e ambiental). A contribuição resultante para o ambiente, assenta

na redução de viagens de automóvel que os pais efectuam com os filhos para a escola, o que gera uma diminuição de emissões de gases com efeito de estufa. Nestas circunstâncias irá ocorrer uma diminuição dos gastos em combustível, o que conseqüentemente tem impactes directos na situação económica das famílias.

Relativamente à questão social, com a realização deste projecto a coesão social é reforçada e a interacção entre os cidadãos do bairro é maior, tanto entre as crianças como entre os pais e familiares que participam nas viagens.

Face ao exposto, os actores com maior destaque são as crianças e os familiares que participam na iniciativa, assumindo a população um papel principal para a mudança de hábitos e contribuindo activamente para a sustentabilidade local.

A participação de um Engenheiro do Ambiente neste processo não se verificou. No entanto, considera-se que seria um contributo importante para o projecto.

Um profissional desta área poderia contribuir com os seus conhecimentos em acções de educação ambiental, junto das crianças e dos pais, para que estes compreendessem melhor o impacto positivo que este projecto pode ter nas suas vidas e no meio ambiente. Deste modo, os cidadãos seriam motivados para as boas práticas ambientais, e mais participantes poderiam aderir a esta iniciativa.

Apesar deste tipo de iniciativa já se praticar há alguns anos noutros países, considera-se que no nosso país é um projecto inovador e que deveria ter seguimento para as escolas de todo o país, sendo que a sua abordagem integrada resulta numa contribuição significativa para a sustentabilidade local.

4.2.9. Prove – Promover e Vender

Este projecto surgiu da necessidade de reforçar a capacidade empresarial dos pequenos produtores para estimular processos de sustentabilidade local, através da comercialização de proximidade e do desenvolvimento de dinâmicas de aproximação entre produtores e consumidores.

A maioria dos pequenos produtores não consegue escoar os seus produtos, devido a produções desajustadas e por vezes de pouca qualidade. A reduzida iniciativa económica, os fracos conhecimentos de gestão e marketing e uma fraca leitura do mercado, levam à dificuldade de escoamento ou mesmo ao abandono de terras agrícolas (Bandeiras *et al.*, 2009).

Por outro lado, verifica-se também uma desvalorização por parte das populações locais relativamente à actividade agrícola e ao consumo dos produtos dos pequenos produtores.

O projecto-piloto do “Prove” decorreu nos concelhos de Palmela e Sesimbra, em 2006, sendo que neste momento já se estendeu a várias zonas do país: Moita, Quinta do Conde, Ermesinde, Amial, Porto, Zona Ocidental do Porto, Felgueiras, Lousada, Penafiel, Paços de Ferreira, Paredes, Montemor-o-Novo, Mafra, Gradil, Ericeira, Ponte de Lima, Abrantes, Caminha, Monção, Paredes de Coura, Valença, Loulé, São Brás de Alportel e Oliveira de Azeméis.

O seu financiamento decorreu da Iniciativa Comunitária Equal, que é co-financiada pelo Fundo Social Europeu, e a sua natureza consiste na comercialização de proximidade, onde os pequenos produtores vendem cabazes de produtos locais cultivados por si, como os que se apresentam na Figura 4.11.



Figura 4.11. Exemplo de um cabaz Prove
(Fonte: Parceria de Desenvolvimento PROVE, 2009)

É do conhecimento dos consumidores a qualidade dos produtos que adquirem, sendo que têm a possibilidade de experimentar um conjunto de produtos variados. A aquisição dos cabazes de frutas e legumes seleccionados e compostos diferenciadamente é feita de modo a surpreender o consumidor (Bandeiras *et al.*, 2009).

Para a interacção entre os produtores e consumidores são destacados mediadores/facilitadores, que têm as capacidades necessárias para acompanhar todo o processo. Essas capacidades pessoais e técnicas, necessárias para guiar este tipo de projecto, encontram-se na Figura 4.12.

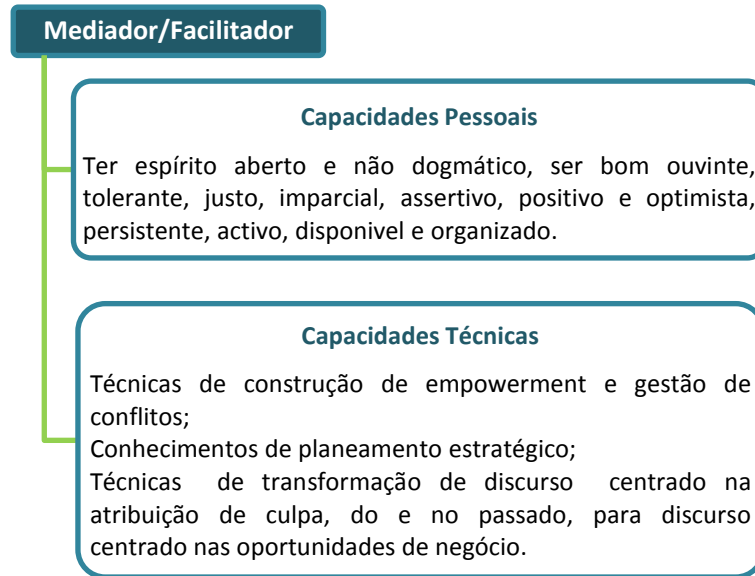


Figura 4.12. Capacidades pessoais e técnicas para liderar o processo
(Adaptado de: Bandeiras *et al.*, 2009)

Com esta iniciativa pretende-se uma articulação de múltiplas perspectivas e parcerias, e um envolvimento dos cidadãos e comunidades de forma activa, promovendo assim a construção de um futuro mais sustentável para as suas comunidades e territórios (Bandeiras *et al.*, 2009).

Considera-se que este projecto é muito importante para um modelo correcto de desenvolvimento, principalmente no momento em que o nosso país se encontra. A inovação está claramente presente, a comercialização de proximidade garante uma maior qualidade dos produtos e um maior escoamento de produtos dos produtores locais. Assim, ambas as partes, consumidores e produtores, têm benefícios e a coesão e a competitividade territorial são reforçadas.

Relativamente ao contributo deste projecto para a sustentabilidade, este é bastante significativo, pois aumenta a qualidade de vida local e proporciona um maior desenvolvimento do território. As relações sociais entre produtores e consumidores são reforçadas, cultivando-se um sentimento de confiança entre ambos em relação à qualidade dos produtos que os produtores comercializam.

A produção e venda dos produtos a nível local contribui para um desenvolvimento da economia local, sendo este o contributo do projecto para a sustentabilidade local no que respeita à vertente económica.

A componente ambiental está também presente no reforço da sustentabilidade, pois com o comércio de proximidade os produtos não necessitam de ser transportados a grandes distâncias,

contribuindo para uma redução das emissões de gases com efeito de estufa. De salientar também, a sensibilização para a utilização de técnicas agrícolas ambientalmente mais correctas junto dos produtores, o que contribui para uma melhoria da qualidade dos produtos e do ambiente.

Neste projecto o papel de destaque pertence aos produtores e aos consumidores, tendo o cidadão comum, mais uma vez, um grande contributo e responsabilidade na prossecução dos objectivos do projecto. É a aceitação por parte da população que o torna um projecto de sucesso e com continuidade.

O seu planeamento e a sua execução não tiveram a participação de um Engenheiro do Ambiente em nenhuma das suas fases. No entanto, a participação de um profissional desta área seria oportuna no contexto do projecto, contribuindo para a execução dos objectivos deliberados.

Deste modo, o Engenheiro do Ambiente poderia colaborar na sensibilização dos agricultores para uma prática agrícola biológica, mais amiga do ambiente, consciencializando-os para os problemas ambientais que assolam o planeta.

A sua colaboração poderia ainda incidir na sensibilização para um consumo sustentável de materiais, como por exemplo o tipo de material mais sustentável a utilizar para os cabazes.

Face ao exposto, considera-se que este projecto é bastante inovador, devido à forma que é concebido e realizado e do modo como atrai os consumidores a aderirem de novo a um comércio de proximidade. O facto dos cabazes serem diferenciados entre si, tendo assim o consumidor uma surpresa em relação ao que efectivamente o constitui, é um factor que também pode influenciar a curiosidade dos consumidores, levando-os a experimentar produtos que não costumam utilizar na sua alimentação.

4.2.10. CoworkLisboa

O *coworking* consiste em espaços de trabalho partilhados por profissionais independentes, das diversas áreas, existindo a oportunidade de partilha de conhecimentos. Este é já um conceito bem estabelecido nos Estados Unidos e em algumas cidades europeias.

O espaço do “CoworkLisboa” localiza-se na LX Factory, tornando-se este local, cada vez mais, um centro criativo de Lisboa, sendo por isso a localização ideal para este tipo de projecto inovador (CoworkLisboa, s.d.).

O “CoworkLisboa” iniciou-se em 2010, sendo o maior e o primeiro espaço deste género a surgir em Portugal. Os seus mentores são gestores experientes, tendo a ajuda de vários *coworkers* residentes com quem estabelecem permutas de serviços.

Segundo o mentor Fernando Mendes, o principal resultado obtido neste projecto é a felicidade no trabalho, que neste espaço é uma realidade. Os resultados foram imediatos e o espaço abriu com uma ocupação de 60%, mantendo-se hoje em dia com 75 a 80% da ocupação total, chegando por vezes a ter lotação completa. Inicialmente, o financiamento derivou de fundos próprios, sendo necessário seguidamente recorrer à banca.

São vários os tipos de profissionais que recorrem a este espaço, sendo alguns de áreas como: design, fotografia, agenciamento, consultoria, advocacia, informática, urbanismo, comunicação, jornalismo, arquitectura e engenharia, entre muitos outros.

Os profissionais decidem qual o tipo de posto de trabalho que pretendem alugar. O aluguer é flexível e pode ser realizado ao dia, semana ou mês de acordo com as necessidades dos profissionais (CoworkLisboa, s.d.).

Este tipo de projecto, apesar de já se realizar noutros países, tem um cariz bastante inovador em Portugal. Considera-se que o facto de vários profissionais, de diferentes áreas, se encontrarem a trabalhar no mesmo espaço, conduz a mais-valias para o trabalho de cada um deles, pois existe uma troca de experiências e ideias que podem ser muito produtivas a nível do trabalho individual de cada profissional.

Os principais actores são os profissionais que beneficiam do espaço para realizar o seu trabalho, tendo estes um papel preponderante para o sucesso deste projecto.

O “CoworkLisboa” contribui para uma sustentabilidade mais globalizada e não tão contida num âmbito local, mas é um bom exemplo de ideias inovadoras no momento de austeridade que atravessamos no presente e que pode trazer uma maior produção e criatividade no trabalho que cada um desenvolve.

Considera-se que este projecto contribui para a sustentabilidade essencialmente através das dimensões económica e social. Deste modo, as relações profissionais são reforçadas, e considera-se que a aprendizagem ao trabalhar com profissionais de diferentes áreas seja mais enriquecedora e que desenvolva capacidades multidisciplinares nos profissionais.

A reabilitação de uma área desocupada, trazendo de novo uma utilização vantajosa ao espaço da LX Factory, é benéfico para os promotores desta iniciativa que lucram com a troca de serviços e

com os pagamentos do aluguer dos espaços de trabalho. Os profissionais têm também vários benefícios, pois podem ter um local de trabalho por um preço acessível e com um ambiente benéfico a uma maior produtividade.

A participação de um Engenheiro do Ambiente neste projecto não se verificou. Esta colaboração poderia ter ocorrido na sua fase de planeamento de modo a criar um espaço mais eficiente a nível energético e mais amigo do ambiente. Poderiam ser realizadas algumas campanhas de sensibilização junto dos utilizadores do espaço, de modo a inculcar conceitos de sustentabilidade e ideias e comportamentos que poderiam melhorar no seu espaço de trabalho no seu dia-a-dia.

Outra das questões poderia ser o aconselhamento dos *coworkers* a praticarem uma mobilidade mais sustentável, por exemplo adoptando um sistema de *car-pooling*. A partilha do automóvel, mais ecológica e sustentável, para além de ser mais económica para todos os que aderem a este conceito também reduz o consumo de combustível e, conseqüentemente, a emissão de gases com efeito de estufa.

5. Síntese e Discussão dos Resultados

No presente capítulo são apresentados e discutidos os resultados derivados da análise dos dez projectos estudados neste trabalho.

As respostas obtidas ao conjunto de questões genéricas dirigidas a todos os projectos (Anexo C) são aqui reunidas, de modo a se efectuar uma comparação dos principais resultados e de identificar os principais factores de sucesso. Estas respostas auxiliaram, em conjunto com pesquisa adicional, a responder às questões de investigação definidas para este trabalho.

Foi ainda efectuada uma análise SWOT para uma melhor compreensão da área onde estes projectos estão inseridos, tornando assim possível um melhor conhecimento da sua dinâmica.

5.1. Análise SWOT da Área Metropolitana de Lisboa

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) é um território que possui várias potencialidades que podem ser utilizadas para melhorar a qualidade de vida da sua população e conseqüentemente a transformar num local mais sustentável. No entanto, se não se agir nesse sentido, várias ameaças podem despoletar e os problemas podem aumentar a um nível mais difícil de agir e de os neutralizar.

Visto todos os projectos analisados ocorrerem na AML, é coerente compreender melhor o local em que estes emergem de modo a compreender melhor as suas necessidades.

Neste contexto, realizou-se uma análise SWOT da AML, sendo esta uma ferramenta que permite identificar de forma clara e rápida quais os pontos fortes e fracos que a área em estudo possui.

A análise SWOT é considerada uma ferramenta de análise estratégica que combina o estudo de pontos fortes e fracos, neste caso de uma área geográfica (podendo ser também utilizada para organizações ou sectores, entre outras aplicações), com as oportunidades e ameaças do seu ambiente. Este instrumento torna-se assim importante para a aplicação de estratégias de desenvolvimento local (CE, 2006).

Em suma, esta análise permite uma síntese dos aspectos internos e externos ao elemento a analisar, de forma a compreender melhor as suas características.

Relativamente ao ambiente interno, ele possui pontos fortes e pontos fracos, sendo necessário contornar os pontos negativos e sustentar os positivos. É fundamental uma adaptação às

mudanças necessárias para se poder usufruir das oportunidade e enfrentar e contornar as ameaças que advêm do ambiente externo. São diversos os factores do ambiente externo que podem afectar a AML, podendo representar oportunidades ou ameaças ao seu correcto desenvolvimento (Goldschmidt e Calfat, 2008).

Na opinião de Goldschmidt e Calfat (2008), os tipos de factores que podem afectar um território são:

- Factores macroambientais: onde se englobam as questões demográficas, tecnológicas, políticas, económicas, entre outras;
- Factores microambientais: entre os quais se encontram as organizações, as famílias, assim como outros grupos da sociedade.

Na Tabela 5.1 é apresentada a análise SWOT da AML.

Tabela 5.1. Análise SWOT da AML

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Boa localização/centralidade; • Destino turístico reconhecido; • Rede de transportes desenvolvida; • Dois portos de grandes dimensões; • Património Histórico, Cultural e Arquitectónico; • Acesso a equipamentos e serviços; • Acesso a formação obrigatória e superior (oferta variada); • Paisagem; • Clima ameno; • Actividades económicas variadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Envelhecimento da população; • Elevado nível de emissões de poluentes atmosféricos; • Intermodalidade reduzida entre os vários transportes públicos; • Excesso de uso do transporte individual; • Desordenamento do território com ocupação fragmentada do território e desordenamento urbanístico; • Áreas urbanas degradadas; • Problemas sociais.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Potencial marítimo e estuarino para desenvolver actividades económicas; • Promoção da utilização de transportes públicos e modos suaves de transporte; • Melhoria da intermodalidade da rede de transportes públicos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas sociais como exclusão e níveis baixos de ensino/abandono escolar; • Aumento do desemprego; • Aumento da criminalidade e consequentemente da insegurança;

<ul style="list-style-type: none"> • Requalificação das áreas degradadas e áreas industriais desactivadas com potencial para novas utilizações; • Maior oferta cultural; • Prática de um desenvolvimento mais sustentável. 	<ul style="list-style-type: none"> • Agravamento da erosão costeira; • Aumento da pressão urbanística no litoral; • Aumento da pressão urbanística sobre solos com aptidão agrícola e florestal; • Não reabilitação de áreas actualmente devolutas; • Dificuldade de sobrevivência do comércio local, em detrimento das grandes superfícies.
---	---

(Fonte: CCDR-LVT, 2010)

Através dos principais pontos fortes identificados, é possível verificar que esta área possui bastantes pontos positivos, o que a torna bastante atractiva a toda a comunidade, sendo necessário actuar nos pontos negativos de modo a contorna-los, melhorando a qualidade de vida na AML e tornando-a cada vez mais sustentável.

5.2. Síntese dos Resultados e Questões de Investigação

Através da análise dos projectos abordados nesta dissertação, foi possível responder às questões a que o trabalho se propunha.

Neste seguimento, é apresentada uma síntese dos principais resultados obtidos que respondem às questões de investigação que guiaram este trabalho.

Questões de Investigação

Quais as novas tendências que estão a emergir na Área Metropolitana de Lisboa para lidar com os desafios da Sustentabilidade?

Vários projectos inovadores estão a emergir na AML para lidar com os desafios da sustentabilidade, tendo em consideração a conjuntura actual marcada pela forte crise económica que se apresenta em todo o país e também na Europa.

É cada vez mais evidente a inclusão activa de todos os cidadãos e a formação de parcerias para a realização deste tipo de projectos, o que conduz a benefícios fundamentais para que estes sejam bem-sucedidos e aceites pela comunidade.

A maioria dos projectos combina as três dimensões da sustentabilidade (económica, ambiental e social) sempre assentes numa base de boa governância. Um exemplo dessa abordagem são os projectos “Família Oeiras Ecológica” e “Prove – Promover e Vender”, em que não só os serviços da administração pública são os responsáveis e colaboram para a obtenção de resultados, mas também incluem a colaboração de serviços privados e essencialmente de toda a sociedade civil.

Um dos aspectos a salientar é a maioria dos resultados surgir logo nas fases iniciais, permitindo uma observação mais rápida das melhorias que os resultados proporcionam. Este facto pode incentivar ainda mais todos os que colaboram, e principalmente os cidadãos, que experimentam directamente as melhorias no seu bairro, freguesia ou concelho.

Assim, as novas tendências incidem essencialmente em projectos que abrangem uma diversidade de problemas da comunidade, seja a nível do ambiente construído e natural, a nível dos problemas sociais ou a nível do estado económico local.

Qual o papel do Engenheiro do Ambiente e as oportunidades de trabalho que se lhe abrem nestas novas práticas de inovação e dinâmicas sociais como contributo para a sustentabilidade local?

O papel que o Engenheiro do Ambiente desempenha ou pode desempenhar no tipo de projectos abordados neste trabalho, pode incidir nas várias vertentes da sua formação.

Assim, relativamente às oportunidades de trabalho que advêm deste tipo de projectos, com novas práticas de inovação e de dinâmicas sociais, o Engenheiro do Ambiente pode ser responsável por incutir conceitos de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, planear actividades de sensibilização e promoção ambiental - de modo a que os cidadãos incluam boas práticas ambientais no seu dia-a-dia - e ainda incutir o respeito e partilha do espaço público.

São exemplos os projectos “Bairro Limpo” e “Tutor de Bairro”, sendo que se considera também que seria importante incluir estas acções nos projectos “Bike to Work”, “Viver Marvila” e “Dou Vida ao Bairro”.

Para além das oportunidades já referidas, o Engenheiro do Ambiente poderia ainda estar presente na coordenação, gestão e implementação dos projectos, como ocorreu no projecto “Família Oeiras Ecológica”.

Deste modo, o Engenheiro do Ambiente pode apoiar e colaborar nestas novas práticas de inovação e dinâmicas sociais, importantes para uma crescente sustentabilidade local,

contribuindo com os seus amplos conhecimentos das áreas a que está habilitado. Um profissional desta área deve ser considerado como uma mais-valia para o tipo de projectos abordados, sendo também a sua participação nestas iniciativas um contributo para o seu crescimento pessoal e profissional.

Apesar de em alguns projectos não ter ocorrido a colaboração de um Engenheiro do Ambiente, como é o caso do “Viver Marvila”, “Dou Vida ao Bairro”, “Bike to Work” ou do “Pedibus”, a sua colaboração pode trazer benefícios para os projectos, visto que um dos objectivos é o seu contributo para a sustentabilidade local. Deste modo, esta é uma área em que o Engenheiro do Ambiente está habilitado com conhecimentos profissionais para actuar, sendo que em conjunto com profissionais de outras áreas pode contribuir para o prosseguimento e sucesso dos projectos.

Os projectos promovem a comunicação e a cooperação entre os cidadãos e destes com as autoridades locais e outras instituições?

Os projectos analisados, na sua maioria, integram os cidadãos, organizações locais e outras instituições, como tendo um papel relevante e activo para a sua realização.

Em projectos mais abrangentes, como é o caso do “Viver Marvila” e do “Família Oeiras Ecológica”, as câmaras municipais podem estar presentes como as principais colaboradoras, entre outras organizações e/ou associações, incluindo sempre a cooperação das juntas de freguesia e dos cidadãos, pois são estes que melhor conhecem as dinâmicas locais e os problemas e lacunas existentes.

Em projectos com um âmbito territorial mais contido, como é o caso do “Anjos Consigo” ou do “Dou Vida ao Bairro”, podem estar presentes na sua realização apenas as juntas de freguesia, as associações locais e grupos comunitários, sendo também a participação de todos os cidadãos essencial para o seu prosseguimento.

Com a realização deste trabalho, foi possível verificar que cada vez mais as instituições camarárias e locais, assim como os cidadãos, estão sensibilizados para uma ajuda conjunta, contribuindo para uma comunidade melhor, mais coesa e mais sustentável.

Cada vez mais, as instituições públicas consideram e necessitam do apoio do cidadão comum para a realização dos projectos que visam a melhoria da sustentabilidade das comunidades locais, pois são estes que mais de perto vivem os problemas que o local apresenta, e são estes que vão usufruir de uma nova vivência com as melhorias realizadas a este nível.

Quais os principais factores de sucesso e os resultados obtidos?

Os principais factores de sucesso verificados com a análise aos projectos foram:

- Envolvimento da população, que começa a ser cada vez maior, devendo-se este facto a um maior interesse e maior sensibilização por parte das instituições para incluir os cidadãos nas várias fases dos projectos. Os próprios cidadãos estão cada vez mais sensibilizados para os problemas locais, e querem sentir-se parte integrante da mudança;
- Projectos de desenvolvimento integrado que abrangem as várias dimensões da sustentabilidade, e contribuem em todos os sentidos, de modo a abranger os vários problemas e lacunas existentes;
- Rápida actuação nos problemas identificados, através de soluções eficazes e com resultados quase imediatos;
- Interesse, preocupação e disponibilidade dos cidadãos em participar e adquirir novos conhecimentos;
- Colaboração conjunta e a formação de parcerias.

Relativamente aos principais resultados obtidos com a realização dos projectos, eles variam de projecto para projecto, sendo que alguns partilham resultados semelhantes como se pode observar na Tabela 5.2.

Tabela 5.2. Principais resultados dos projectos

Projectos	Principais resultados dos projectos
Viver Marvila	<ul style="list-style-type: none">• Regeneração urbana através da reabilitação do espaço construído e natural;• Aumento da mobilização da população e da cidadania;• Dinamização da economia local.
Tutor de Bairro	<ul style="list-style-type: none">• Incentivo à participação dos moradores e inculcar os conceitos de sustentabilidade e responsabilidade ambiental através de acções de sensibilização;• Monitorização de limpeza urbana, recolha de resíduos, manutenção de espaços verdes e parques de recreio.
Bairro Limpo	<ul style="list-style-type: none">• Actividades de limpeza e manutenção de espaços públicos;• Sensibilização ambiental;• Promoção de uma cidadania activa.
Família Oeiras Ecológica	<ul style="list-style-type: none">• Alteração de comportamentos e sensibilização da população a nível da utilização dos recursos;• Boas práticas ambientais ao nível da gestão de resíduos, energia, gestão da água, gestão sustentável de jardim, mobilidade sustentável e consumo sustentável.

Dou Vida ao Bairro	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização e educação ambiental; • Requalificação de espaços verdes e urbanos; • Espaços de agricultura urbana; • Sentido de responsabilidade e pertença da comunidade para com o espaço público; • Maior coesão social.
Anjos Consigo	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à população mais idosa ou com dificuldade de locomoção; • Reforço do sentimento de segurança.
Bike to Work	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo a modos suaves de transporte; • Diminuição da emissão de gases poluentes; • Meio de transporte muito mais económico.
Pedibus	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de viagens em modos suaves à escala de bairro; • Maior coesão social; • Modo de deslocação mais económico; • Diminuição da emissão de gases poluentes.
Prove – Promover e Vender	<ul style="list-style-type: none"> • Maior escoamento de produções locais e promoção dos produtos locais; • Comércio de proximidade que conduz a menor deslocações dos produtos logo a uma maior qualidade de alimentos, e menor emissões de gases poluentes; • Proximidade e confiança entre produtores e consumidores; • Aumento da competitividade territorial; • Maior interacção entre o espaço rural e urbano; • Incentivo aos produtores para a utilização de técnicas ambientalmente mais correctas.
CoworkLisboa	<ul style="list-style-type: none"> • Relações humanas privilegiadas em detrimento do trabalho individual/em casa; • Intercâmbio de conhecimentos entre os diferentes sectores profissionais.

Face ao exposto, verifica-se que os projectos incidem essencialmente na resolução dos problemas sociais, ambientais e económicos do local.

De um modo geral, considera-se que os principais resultados obtidos, ou seja, aqueles que são comuns à maioria dos projectos e que têm mais impacto na sociedade são:

- A requalificação de espaços públicos/lazer e espaços verdes, a criação de novos espaços deste género e também a reabilitação de edifícios degradados e antigos;
- Aumento da mobilização da população e cidadania, através do aumento do sentido de responsabilidade e pertença da comunidade com o espaço público;
- Valorização pessoal e aquisição de novos conhecimentos para os cidadãos envolvidos, assim como sensibilização e aquisição de boas práticas ambientais a nível de resíduos, água e energia;
- Capacitação e formação técnica dos residentes para intervenções na valorização ambiental;

- Maior coesão social;
- Melhorias económicas, ambientais e sociais, que contribuem em conjunto para uma crescente sustentabilidade local.

De forma a contornar os problemas sociais locais, um dos objectivos é o aumento da coesão social, uma característica importante quando se ambiciona transformar um local num sítio mais saudável e atractivo para a vivência da sua população - um local mais sustentável. Só assim é possível alcançar a união de toda a comunidade para que ela se sinta parte do espaço onde vive, tornando o sentimento de responsabilidade pelo espaço público muito mais eficaz na ajuda à resolução de problemas locais. Este facto é visível nos projectos “Viver Marvila”, “Bairro Limpo”, “Dou Vida ao Bairro” e também no “Prove- Promover e Vender”.

Outro dos resultados a destacar é a requalificação do espaço construído e natural. Muitos dos projectos visam a regeneração de edifícios ao abandono e degradados e também a requalificação de espaços de lazer e espaços verdes, verificando-se ainda a criação de novos espaços deste género em áreas desocupadas. Estes resultados são visíveis em vários projectos como por exemplo no “Bairro Limpo” e “Viver Marvila”.

Relativamente à dinamização da economia local, várias são as iniciativas que contribuem para este objectivo, sendo o “Prove – Promover e Vender” o projecto que mais a impulsiona. Com a realização deste projecto, a produção e venda dos produtos locais são uma mais-valia para a dinamização da economia do local onde o projecto ocorre, promovendo também um comércio de proximidade e confiança entre os produtores e os consumidores.

Visto que todos os projectos estudados contribuem de alguma forma para a sustentabilidade local, em conjunto contribuem, por consequência, para um aumento da sustentabilidade global na AML. Todos eles incidem nos principais problemas que se verificam na comunidade e contribuem para a resolução dos mesmos, culminando assim no sucesso destas iniciativas inovadoras.

Que capacidades profissionais e pessoais é possível detectar nos gestores de projectos de sucesso?

No que diz respeito às capacidades necessárias para gerir este tipo de projectos, na Tabela 5.3 é possível observar as principais capacidades pessoais e profissionais encontradas nos gestores dos projectos analisados, e que são essenciais para o seu sucesso.

Tabela 5.3. Capacidades pessoais e profissionais detectadas nos gestores dos projectos

Empreendedorismo
Flexibilidade
Liderança
Inovação
Trabalho em equipa
Boa capacidade de comunicação
Ser activo
Saber ouvir
Responsabilidade
Dedicação
Dinâmica
Persistência
Pensamento crítico
Criatividade
Gestão de conflitos
Organização e Planeamento de actividades
Transversalidade profissional

Das capacidades consideradas pelos próprios gestores dos projectos, considera-se que o trabalho em equipa, persistência, pensamento crítico e criativo, empreendedorismo, inovação e uma transversalidade profissional, são essenciais para o sucesso de um projecto, e para que todos os que nele participam se sintam satisfeitos com o trabalho que realizam e com os resultados obtidos.

As capacidades profissionais e pessoais, são cada vez mais, uma mais-valia para todos os profissionais em qualquer área. Este facto sucede também devido ao estado económico-financeiro que se vive em Portugal e no resto da Europa, sendo necessárias capacidades mais abrangentes e flexíveis, de modo a que com menos recursos se obtenha mais e melhores resultados. Embora o capital disponível seja cada vez menor, os projectos têm o desafio de maximizar a quantidade e qualidade dos seus resultados, devendo contribuir reversamente ao que se tem verificado até à actualidade.

É essencial que para estes projectos os gestores sejam profissionais com prática a nível de trabalho em equipa e liderança, sendo estas duas características fundamentais, pois a cooperação

entre todos é essencial para a sua realização e sucesso. O empreendedorismo, o pensamento criativo e a inovação, são também importantes, sobretudo no período que o país atravessa. Estas características são essenciais para a realização de projectos diferentes e inovadores, e que possam ter resultados satisfatórios e visíveis a curto/médio-prazo, pois é urgente inverter a situação actual, incidindo em todas as dimensões que contribuem para a sustentabilidade.

Qual a dimensão da sustentabilidade que predomina nestes projectos?

Relativamente à abordagem das três dimensões da sustentabilidade, todos os projectos incidem em mais do que uma destas dimensões, visto que se propõem a contribuir para um aumento da sustentabilidade local.

Na Tabela 5.4 é possível observar os projectos analisados e as principais dimensões da sustentabilidade sobre as quais eles incidem.

Tabela 5.4. Principais dimensões da sustentabilidade abrangidas pelos projectos

Projectos	Dimensões da sustentabilidade		
	Ambiental	Social	Económica
Viver Marvila	x	x	x
Tutor de Bairro	x	x	
Bairro Limpo	x	x	
Família Oeiras Ecológica	x	x	x
Dou Vida ao Bairro	x	x	
Anjos Consigo		x	x
Bike to Work	x		x
Pedibus	x	x	
Prove – Promover e Vender	x	x	x
CoworkLisboa		x	x

As dimensões que predominam nos projectos são principalmente a ambiental e a social. Relativamente à dimensão ambiental, a sua ocorrência deve-se ao facto da crescente preocupação ambiental e do estado do ambiente no presente. Por outro lado, a questão social deve-se à crescente ocorrência de problemas sociais. Assim, estas questões têm de ser resolvidas em conjunto para uma melhoria da qualidade de vida da comunidade.

A dimensão económica apesar de não ser menos importante, principalmente devido a crise a que se assiste neste momento, acaba por não ser a principal, ou seja, na maior parte dos projectos os seus objectivos incidem essencialmente nos problemas ambientais e sociais, sendo a economia melhorada como consequência do que foi realizado, e não como consequência principal.

No caso do projecto “Tutor de Bairro” ou “Bairro Limpo”, consideram-se mais relevantes as dimensões ambiental e social. Este facto deve-se aos principais objectivos incidirem essencialmente nestas duas vertentes, sendo eles por exemplo: desenvolver atitudes de protecção do espaço público como sendo de todos, inculcar os conceitos de sustentabilidade e responsabilidade ambiental ou mesmo de incentivar a participação pública.

No entanto, este facto não indica que os projectos não contribuam também para uma melhoria a nível económico, mesmo que seja um contributo mais reduzido do que para as outras duas dimensões, pois nos exemplos descritos ocorrem também ganhos de eficiência e redução de custos, devido a eficácia e celeridade com que os problemas são resolvidos.

Outro exemplo é o caso do “Pedibus”, em que os principais benefícios são ambientais e sociais, como a redução de viagens de carro para levar as crianças à escola e a consequente redução de emissões de gases com efeito de estufa, ou a partilha da viagem e convivência entre as crianças e a participação dos pais, o que se traduz em boas relações de vizinhança a nível de bairro. No entanto, a vertente económica acaba também por ser beneficiada, mas em menor escala, pois este projecto contribui também para um menor gasto de combustível por parte dos pais das crianças envolvidas, visto não terem de realizar as viagens casa-escola de automóvel.

Qual o âmbito territorial que tendem a apresentar (muito contido num pequeno espaço territorial ou de grande abrangência territorial)?

Relativamente ao âmbito territorial abrangido pelos projectos, verifica-se que existem alguns com uma dimensão territorial reduzida, de bairro, como é caso do projecto “Tutor de Bairro” ou do “Pedibus”. Contudo, existem também projectos em que o âmbito territorial é mais abrangente, podendo compreender toda a AML, como por exemplo o “Bike to Work” ou o “CoworkLisboa”.

No entanto, verifica-se também a existência de um âmbito territorial intermédio, freguesia ou concelho, como é o caso do “Anjos Consigo” e do “Família Oeiras Ecológica”, respectivamente (Figura 5.1).

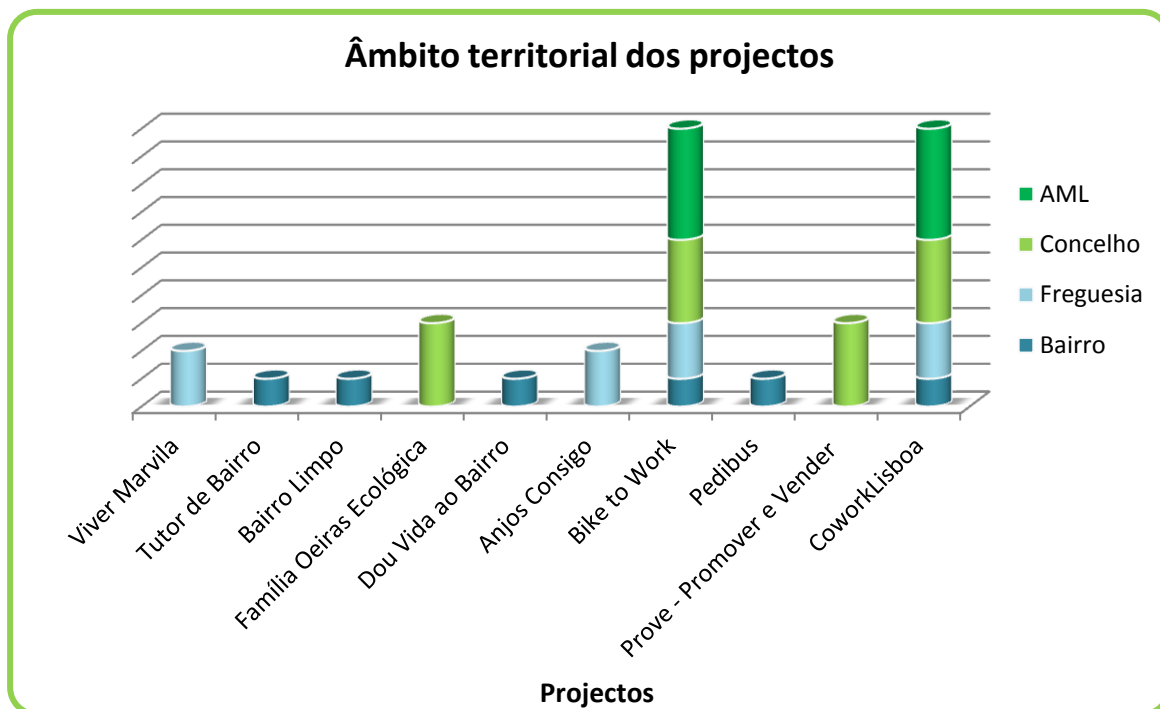


Figura 5.1. Representação do âmbito territorial que os projectos abrangem

Como é possível verificar, a maioria dos projectos tem predominância de um âmbito territorial mais reduzido, entre os níveis de bairro e de freguesia, como é o caso do “Dou Vida ao Bairro” ou “Anjos Consigo”, respectivamente.

Estes projectos são mais facilmente concretizáveis, num pequeno espaço territorial, visto que é mais fácil a sua organização e conhecimento sobre os principais problemas, sendo também relevante o facto de que os resultados ocorrem mais rapidamente.

Com um âmbito territorial mais reduzido é também necessária uma menor disponibilidade de recursos, o que muitas vezes é um dos factores condicionantes de muitos projectos, podendo assim serem concretizados com uma maior eficiência e celeridade.

No entanto, o projecto “Bike to Work” apesar de ter a sua origem em Telheiras, âmbito territorial reduzido, pode abranger outros territórios devido às suas características. Os moradores podem deslocar-se para o seu local de trabalho ou outros locais da AML que já não façam parte do bairro de Telheiras, estando a contribuir para uma redução das emissões de gases poluentes (bicicleta em detrimento de outros tipos de transportes) noutras áreas que não a área de origem do projecto.

O mesmo acontece com o projecto “CoworkLisboa”, que apesar de estar localizado na LX Factory, os profissionais que lá trabalham podem ser provenientes de diversos locais e terem as suas

pequenas empresas sediadas também noutros locais da AML. Relativamente a este facto, é ainda de ressaltar a questão deste projecto ser muito abrangente em termos de áreas profissionais e serviços que nele se desempenham, não sendo por isso muito preciso estabelecer um âmbito territorial limitado.

Assim, independentemente do âmbito territorial, o que é importante neste tipo de projectos é que os seus resultados sejam visíveis para a sociedade e que o seu sucesso contribua para um prosseguimento da sustentabilidade local e global.

6. Conclusões e Perspectivas Futuras

Apesar do que já tem sido realizado no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, ainda há muito por fazer para que exista uma maior evolução das políticas de sustentabilidade. Estas políticas são indispensáveis para uma adaptação contínua a um caminho que nos guie à sustentabilidade, com a finalidade de que toda a comunidade coopere para se atingir esse objectivo.

Verifica-se cada vez mais que a comunidade quer participar neste grande objectivo, e que o sentido de pertença e preocupação com o espaço em seu redor, como um espaço de todos e onde todos têm a responsabilidade sobre a sua manutenção e melhoria, é cada vez maior.

É de notar também uma maior aceitação por parte das autoridades locais e regionais para a integração da sociedade civil na resolução dos problemas da comunidade, existindo uma crescente cooperação entre todos e até a formação de parcerias para a execução das medidas necessárias à resolução dos problemas existentes.

Este facto foi verificado na maior parte dos projectos analisados, em que as entidades responsáveis integram a população local na elaboração dos projectos, pois estão seguros que esta cooperação é uma mais-valia, devido aos cidadãos conhecerem bem o local e as suas condicionantes e problemas. Assim, esta colaboração permite uma análise mais aprofundada dos problemas locais e, como consequência, uma execução de planos de acção mais centrados no essencial e com melhores resultados.

As principais conclusões obtidas, no que diz respeito aos projectos analisados, são que o seu sucesso se deve ao facto de serem projectos de desenvolvimento integrado, em que os seus objectivos incidem nas várias dimensões da sustentabilidade, o que os torna eficazes para muitos dos problemas existentes. Estes projectos, actuando nas várias dimensões, fazem com que seja possível contribuir de forma mais eficaz para a sustentabilidade do local em causa.

Da análise realizada conclui-se ainda que o âmbito territorial que os projectos abrangem, na maioria, é ao nível de bairro ou de freguesia. Infere-se que para um âmbito territorial mais contido os resultados possam ser mais eficientes, pois a colaboração dos cidadãos locais e a formação de parcerias é mais fácil, os resultados obtidos são visíveis mais rapidamente, e o financiamento necessário é mais reduzido.

Relativamente às capacidades dos profissionais que conduzem estes projectos, é de salientar que uma interdisciplinaridade é essencial para a coordenação de todas as vertentes que eles abrangem, sendo que cada vez mais se verifica uma necessidade dos profissionais adquirirem e actualizarem as suas competências e habilidades, tanto a nível profissional como a nível pessoal.

A participação do Engenheiro do Ambiente nestes projectos é uma mais-valia, dado a sua formação académica, e a sua participação para o sucesso dos projectos é essencial devido a estar habilitado para a temática da sustentabilidade e familiarizado com a resolução de problemas do meio ambiente.

Considera-se que as competências e habilidades mais importantes numa altura em que o desemprego é uma realidade para muitos profissionais, e que é necessário trazer algo de novo e ser inovador para se conseguir uma oportunidade, são essencialmente o empreendedorismo, a inovação, a persistência, a criatividade e a transversalidade profissional. São estas capacidades que vão fazer com que o profissional se destaque e tenha qualidades para resolver os problemas da sociedade nestas circunstâncias.

Como conclusão final depreende-se que o tipo de projectos abordados neste trabalho, sendo diferentes entre si, são uma mais-valia para um seguimento da sustentabilidade e para uma vivência cada vez melhor das comunidades onde ocorrem.

É necessário continuar a apostar na inovação como ponto de partida para o sucesso de projectos deste género, e que estes sigam sempre uma abordagem integrada de modo a abranger todos os problemas da sociedade.

Recomendações futuras:

Considera-se no seguimento do trabalho desenvolvido nesta dissertação, que possíveis trabalhos futuros que se realizem no mesmo âmbito possam direccionar os seus esforços para os seguintes aspectos:

- Incidir o estudo em projectos semelhantes mas em que a opinião da população também seja analisada, de modo a compreender exactamente o que estes pensam em relação a este tipo de iniciativas para a sustentabilidade do espaço que lhes pertence (Ex: realização de inquéritos à população local);
- Escolha de uma área de estudo diferente, por exemplo a Área Metropolitana do Porto, com características semelhantes à Área Metropolitana de Lisboa, ou até mesmo áreas

mais divergentes, de modo a verificar o que é realizado no resto do país em termos de sustentabilidade local;

- Comparar os resultados destas duas grandes áreas do nosso país, Área Metropolitana de Lisboa e do Porto, de modo a verificar se existem grandes divergências, a nível do que é realizado e das metodologias utilizadas.

Referências Bibliográficas

Alberto, P. (2010). Família Oeiras Ecológica: 50 Famílias. *OEINERGE*. [Online] [Citação: 24 de Maio de 2012] Disponível em: http://www.oeinerge.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=173.

Alberto, P. e Alves, F. (2012). Projecto Família Oeiras Ecológica: Relatório Final de Avaliação – 2ª Edição.

AML (2007a). O que é a AML?. *Área Metropolitana de Lisboa*. [Online] [Citação: 15 de Junho de 2012] Disponível em: <http://www.aml.pt/web/index.php?&iLevel1=gaml&iLevel2=oQueE&iLevel3=aml&iContent=index.html>.

AML (2007b). Território. *Área Metropolitana de Lisboa*. [Online] [Citação: 18 de Junho de 2012] Disponível em: <http://www.aml.pt/web/index.php?&iLevel1=gaml&iLevel2=territorio&iContent=index.html>.

André, I. e Abreu, A. (2006). Dimensões e espaços de inovação social. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. 41, pp. 121-141.

APA e TTerra (2007). Guia Agenda 21 Local - Um desafio para todos. Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

APA (2008). Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015. Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa.

Aragão, A. (2005). A Governância na Constituição Europeia. Uma oportunidade perdida? Colóquio Ibérico: Constituição Europeia - Homenagem ao Doutor Francisco Lucas Pires. *Boletim da Faculdade de Direito nº84*, Universidade de Coimbra, Coimbra Editora. Em: Vasconcelos, L., Oliveira, R. e Caser, U. (2009). Governância e participação na gestão territorial. Política de Cidades - 5. Direcção - Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), Lisboa.

ART (2011). Bike2Work. *Associação de Residentes de Telheiras*. [Online] [Citação: 28 de Maio de 2012] Disponível em: <http://artelheiras.wordpress.com/bike2work/>.

ASC (2007). Mind the Skills Gap: The skills we need for sustainable communities. Academy for Sustainable Communities, Leeds.

Atkinson, G., Dietz, S. e Neumayer, E. (2007). *Handbook of Sustainable Development*. Edward Elgar Publishing, Cheltenham.

AVAAL (2010). Relatório “Dou Vida ao Bairro”.

Bandeiras, C., Costa, C., Calheiros, J. P., Alvarez, L. e Alter, M. (2009). *Manual Prove - Contributo para um Processo Territorial de Proximidade*. 2ª Edição. Parceria de Desenvolvimento Prove.

Barkin, D. (2002). El desarrollo autónomo: un camino a la sustentabilidad. Em: Alimonda, H. (ed.). *Ecologia Política: Natureza, Sociedad y Utopía*. CLACSO, Buenos Aires, pp. 169-202.

Bessette, G. (2004). *Communication et participation communautaire: Guide pratique de communication participative pour le développement*. Presses de l'Université Laval e Centre de recherches pour le développement international, Québec.

Bittencourt, B. (2008). Dinâmicas sociais contemporâneas: redes, capital social e desenvolvimento local sustentável. Em: *Colóquio Internacional Caminhos de Futuro - Novos Mapas para as Ciências Sociais e Humanas*, Coimbra, 18-21 Junho de 2008. Universidade de Coimbra.

Brangwyn, B. e Hopkins, R. (2008). *Transition Initiatives Primer: Becoming a Transition Town, City, District, Village, Community or even Island*, Version 26. Transition Network, Totnes.

Breuer, D. (2002). Community participation in local health and sustainable development: Approaches and techniques. *European Sustainable Development and Health Series*, Vol. 4. World Health Organization.

Bullen, P. e Onyx, J. (1998). *Measuring Social Capital in Five Communities in NSW: a practitioner's guide*. Management Alternatives, Australia.

Burges, J., Harrison, C. M. e Filius, P. (1998). Environmental communication and the cultural politics of environmental citizenship. *Environment and Planning A*, Vol. 30, pp.1445-1460. Em:

Barr, S. (2003). Strategies for Sustainability: citizens and responsible environmental behaviour. *Area*, Vol. 35, pp. 227-240.

Caron, A. (2007). Inovação social e o papel da indústria: Importância do local diante do global. Em: Jesus, A., Caron, A., Castor, B., Fernandes, B., Rangel, B., Silva, C., Adulis, D., Pinheiro, D., Friebe, E., Martins, K. e Delg, J. (ed.). *Coleção INOVA - Inovações sociais*, Vol.2. SESI/SENAI, Curitiba.

Castle, E. (2002). Social Capital: an interdisciplinary concept. *Rural Sociology*, Vol. 67, pp. 331-349.

Catalá, E. I. e Ferrandis, I. G. (2008). La participación Ciudadana en el desarrollo sostenible. El caso de las agendas 21 locales de la provincia de Valencia. *Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales*, Vol. 22, pp. 219-240.

CCDR-LVT (2002). *PROT - AML: Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa* (Proposta), Vol. 1. Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Lisboa.

CCDR-LVT (2010). *PROT - AML: Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa*. Proposta Técnica Final. Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, Lisboa.

CCE (1995). Prioridades da União Europeia na Cimeira Mundial para o Desenvolvimento Social. Comunicação da Comissão ao Concelho e ao Parlamento Europeu. Comissão das Comunidades Europeias, Copenhaga.

CCE (1999). Comunicação da Comissão - Ambiente da Europa: Que orientações para o futuro? Avaliação Global do Programa Comunitário de Política e Acção relacionado com o Ambiente e o Desenvolviemnto Sustentável, "Para um Desenvolvimento Sustentável". Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.

CCE (2001). Comunicação da Comissão ao Concelho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões sobre o Sexto Programa de Acção da Comunidade Europeia em Matéria de Ambiente. "Ambiente 2010: o nosso futuro, a nossa escolha". Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.

CCE (2002). Comunicação da Comissão ao Concelho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões - Programação dos Fundos estruturais 2000-2006: avaliação inicial da iniciativa Urban. Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.

CE (1996). *European Sustainable Cities - Report*. European Commission, Brussels.

CE (2003). *Partnership with the Cities: The URBAN Community Initiative*. European Commission, Publications Office, Luxembourg.

CE (2005). *EU Research on Social Sciences and Humanities - Social innovation, governance and community building. Final Report*. European Commision, Publications Office, Luxembourg.

CE (2006). Sumário da análise SWOT. *Comissão Europeia: EuropeAid*. [Online] [Citação: 25 de Setembro de 2012] Disponível em: http://ec.europa.eu/europeaid/evaluation/methodology/tools/too_swo_res_pt.htm.

CE (2009). *New Skills for New Jobs: Antecipating and matching labour market and skills needs*. European Commission, Publications Office, Luxembourg.

CE (2010). *Commission Staff Working Document: Lisbon Strategy evaluation document*. European Commission, Brussels.

CE (2012). *Environment - The Aarhus Convention*. *European Commission*. [Online] [Citação: 25 de Julho de 2012] Disponível em: <http://ec.europa.eu/environment/aarhus/index.htm>.

CECVS (1994). *Carta das Cidades e Vilas Europeias para a Sustentabilidade*. Em: *Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis*, Aalborg, 27 de Maio de 1994.

CECVS (1996). *Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção*. Em: *Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis*, Lisboa, 6 - 8 de Outubro de 1996.

CECVS (2000). *Declaração de Hanôver de Presidentes de Câmara de Municípios Europeus na Viragem do Século XXI*. Em: *Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis*, Hanôver, 9-12 de Fevereiro de 2000.

CECVS (2010). *The Dunkerque 2010: Local Sustainability Declaration*. Em: *Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis*, Dunkerque, 19 – 21 de Maio de 2010.

CEE (2007). *Sustainable Development: An Introduction*. Centre for Environment Education, Intership Series, Vol. I, Gujarat.

Cernea, M. M. (1985). *Putting People First: Sociological Variables in Rural Development*. Oxford University Press, USA. Em: Machado, C. R., Lourenço, N., Jorge, M. R. e Rodrigues, L. (2002). *Sustainability: Importance of social networks in the decision-making processes*. Em: *International Conference on Policies and Tools for Sustainable Water Management in the EU*, Venice, 21-23 de Novembro de 2002. Venice International University.

Civitas21 – *Comunidades Sustentáveis* (2012). *Projectos Inovadores Existentes na AML*. Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa.

CML e IRHU (2008). *Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado de Marvila: Documento Estratégico - A Situação de Referência*.

CML e TIS (2008). *Manual do Pedibus*. Câmara Municipal de Lisboa.

CML – DMCRU/Unidade de Projecto de Chelas e IRHU (2009). Programa de Reabilitação e Desenvolvimento Integrado em Marvila – Viver Marvila.

CMO (s.d.). Bairro Limpo. *Oeiras*. [Online] [Citação: 30 de Agosto de 2012] Disponível em: <http://www.cm-oeiras.pt/amunicipal/OeirasRespira/SensAmb/BaiLim/Paginas/BairroLimpo.aspx>.

CMO (s.d.). Projecto Família Oeiras Ecológica. *Oeiras*. [Online] [Citação: 30 de Agosto de 2012] Disponível em: <http://www.cm-oeiras.pt/amunicipal/OeirasRespira/SensAmb/Documents/folheto%20familia%20oeiras%20ecologica.pdf>.

CMO (2009). Actividade Municipal - Sensibilização Ambiental: Bairro Limpo. *Oeiras*. [Online] [Citação: 23 de Maio de 2012] Disponível em: <http://www.cm-oeiras.pt/amunicipal/OeirasRespira/SensAmb/BaiLim/Paginas/BairroLimpo.aspx>.

CNADS (2003). Reflexão sobre o Acesso à informação, a Participação Pública nos Processos de Tomada de Decisão e o Acesso à Justiça. Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, Lisboa.

Coleman, J. (1988). Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, Vol. 94, pp. 95-120.

CoworkLisboa (s.d.). O que é o coworking?. *COWORKLISBOA*. [Online] [Citação: 17 de Julho de 2012] Disponível em: <http://coworklisboa.pt/>.

Cunha, P. C. (2010). *PROT - AML: Diagnóstico Estratégico*. CCDR-LVT, Lisboa.

Day, D. (1997). Citizen participation in the planning process: an essentially contested concept?. *Journal of Planning Literature*, Vol. 11, pp. 421-434. Em: Vasconcelos, L., Oliveira, R. e Caser, U. (2009). Governância e participação na gestão territorial. Série Política de Cidades – 5. Direcção - Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), Lisboa.

DEFRA (2006). Sustainable Communities: A shared agenda, a share of action - A guide for local authorities. Departement for Environment, Food and Rural Affairs, London.

Del Río, J. (2009). De la idea a la acción: Aprendiendo del movimiento Transition Towns. Tesina fin de máster en Sostenibilidad. Universitat Politècnica de Catalunya, Catalunya.

Dresner, S. (2008). *The Principles of Sustainability*. Earthscan, London.

Egan, J. (2004). *The Egan Review: Skills for Sustainable Communities*. Office of Deputy Prime Minister, London.

EMAC (2011). Tutor do Bairro. *EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais*. [Online] [Citação: 5 de Julho de 2012] Disponível em: http://www.emac-em.pt/artigo.aspx?lang=pt&id_object=369&name=Apresentacao-do-programa.

EPA (1996). Community - Based Environmental Protection: Fact Sheet Series. United States Environmental Protection Agency, Chicago.

Farinha, J. e Poeira, L. (2004). Aalborg +10 Inspirando o Futuro : Os Compromissos de Aalborg. Em: *Conferência Aalborg +10*, Aalborg, 12 de Junho de 2004.

Farinha, J. (2005). Agenda 21 Local - Guia Metodológico de Apoio em Contextos Rurais e de Forte Interioridade. AMDE - Associação de Municípios do Distrito de Évora e Diputación de Badajoz.

Fowke, R. e Prasad, D. (1996). Sustainable development, cities and local government. *Australian Planner*, Vol. 33, pp. 61-66. Em: Williams, C. e Millington, A. (2004). The Diverse and Contested Meanings of Sustainable Development. *The Geographical Journal*, Vol. 170, pp. 99-104.

Garzillo, C. e Kuhn, S. (2007). *The Aalborg Commitments Implementation Guide: A 5-step approach*. ICLEI European Secretariat GmbH, Freiburg.

Gaventa, J. e Valderrama, C. (1999). Participation, Citizenship and Local Governance. Em: *Conference Strengthening Participation in Local Governance*, Brighton, 21-24 de Junho de 1999. Institute of Development Studies.

GLP (2005). Science Plan and Implementation Strategy - IGBP Report 53/ IHDP Report 19. Global Land Project. IGBP Secretariat, Stokholm.

Goldschmidt, A. e Calfat, S. (2008). Manual de Captação de Recursos. APOENA Sustentável, São Paulo.

Gomis, A., Parra, M., Hoffman, W. e McNulty, R. (2011). Rethinking the Concept of Sustainability. *Business and Society Review*, Vol. 116, pp. 171-191.

Granovetter, M. (1983). The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited. *Sociological Theory*, Vol. 1, pp. 201-233. Em: Healy, K. e Hampshire, A. (2002). Social capital: a useful concept for social work?. *Australian Social Work*, Vol. 55, pp. 227-238.

Guerra, J. (2009). Sustentabilidade e Participação: O papel dos executivos municipais no envolvimento das populações. *Espacio Abierto - Cuaderno Venezolano de Sociología*, Vol. 18, pp. 605-625.

- Healy, K. e Hampshire, A. (2002). Social capital: a useful concept for social work?. *Australian Social Work*, Vol. 55, pp. 227-238.
- Hemphälä, J. e Magnusson, M. (2012). Networks for Innovation: But what networks and what innovation?. *Creativity and Innovation Management*, Vol. 21, pp. 3-16.
- Hopkins, R. (2008). *The Transition Handbook: From oil dependency to local resilience*. Green Books, Totnes.
- Hopwood, B., Mellor, M. e O'Brien, G. (2005). Sustainable development: mapping different approaches. *Sustainable Development*, Vol. 13, pp. 38-52.
- ICLEI (2002). Local Governments' Response to Agenda 21: Summary report of local agenda 21 survey with regional focus. International Council for Local Environmental Initiatives, Canada.
- INE (2012). *Portugal em Números 2010*. Edição 2012. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- IUCN (1980). World Conservation Strategy: Living Resources Conservation for Sustainable Development. International Union for Conservation of Nature and Natural Resources, Gland.
- Jowell, R. e Central Co-ordinating Team (2003). European Social Survey 2002/2003: Technical Report. Centre for Comparative Social Surveys, City University, London. Em: Schmidt, L., Nave, J. G. e Guerra, J. (2006). Who's afraid of Local Agenda 21? Top-down and bottom-up perspectives on local sustainability. *International Journal of Environment and Sustainable Development*, Vol. 5, pp. 181-198.
- Klein, Juan-Luis, Harrison, D., Boucher, J., Comeau, Y. e Fontan, Jean-Marc (2007). Introduction. Em: Klein, Juan-Luis e Harrison, D. (ed.). *L'innovation Sociale: Émergence et Effets sur la Transformation des Societies*. Presses de l'Université du Québec, Québec.
- Lee, K. (2000). Global Sustainable Development: Its Intellectual and Historical Roots. Em: Lee, K., Holland, A., e McNeill, D. (ed.). *Global Sustainable Development in the 21st Century*. Edinburgh University Press, Edinburgh.
- Lei n.º 48/98. *D.R. I Série*. 184 (11 de Agosto de 1998) pp. 3869-3875.
- Madureira, H. (2005). Paisagem Urbana e Desenvolvimento Sustentável: Apontamentos Sobre uma Estreita Relação entre Geografia, Desenvolvimento Sustentável e Forma Urbana. Em: *X Colóquio Ibérico de Geografia: A Geografia Ibérica no Contexto Europeu*, Évora, 22-24 de Setembro de 2005. Associação de Geógrafos Espanhóis, Universidade de Évora e Associação Portuguesa de Geógrafos.

Marques, A. H. (2003). Enquadramento Histórico. Em: Tenedório, J. A. (ed.). *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. AML, Lisboa.

Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J. e Behrens III, W. W. (1972). *Os Limites do Crescimento* (Título original: *The Limits to Growth*). Publicações Dom Quixote, Lisboa.

Member States Ministers (2007). Leipzig Charter on Sustainable European Cities. Em: *Informal Ministerial Meeting on Urban Development and Territorial Cohesion*, Leipzig, 24 e 25 de Maio de 2007.

Midgley, J. e Livermore, M. (1998). Social capital and local economic development: Implications for community social work practice. *Journal of Community Practice*, Vol. 5, pp. 29-40.

Mubi (2011). Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta. *Bike Buddy*. [Online] [Citação: 5 de Julho de 2012] Disponível em: <http://bikebuddy.mubi.pt/sobre/>.

Mulgan, G., Tucker, S., Ali, R. e Sanders, B. (2007). *Social Innovation: What is why it matters and how can be accelerated*. The Young Foundation, London.

Munasinghe, M. (1993). *Environmental Economics and Sustainable Development*. World Bank Environment Paper Number 3. World Bank Publications, Washington, D.C.

Narayan-Parker, D. (2002). *Empowerment and Poverty Reduction: A Sourcebook*. World Bank Publications.

Nelson, N. e Wright, S. (1995). *Power and Participatory Development: Theory and Practice*. Intermediate Technology Publications, London. Em: Irvin, R. A. e Stansbury, J. (2004). Citizen participation in decision making: Is it worth the Effort? *Public Administration Review*, Vol. 64, pp. 55-65.

Nilsson, W. O. (2003). Social Innovation: An Exploration of the Literature. Prepared for the McGill - Dupont Social Innovation Initiative. McGill University, Québec.

Norton, B. (2007). Ethics and Sustainable Development: an adaptive approach to environmental choice. Em: Atkinson, G., Dietz, S. e Neumayer, E. (ed.). *Handbook of Sustainable Development*. Edward Elgar Publishing Limited, Cheltenham.

Oliveira, L. (2008). *Sociologia da Inovação: A Construção Social das Técnicas e dos Mercados*. Celta, Lisboa.

Ornelas, J. H. e Moniz, M. J. V. (2007). Parcerias comunitárias e intervenção preventiva. *Análise Psicológica*, Vol. 25, pp. 153-158.

- Parceria de Desenvolvimento PROVE (2009). Contributo para um Processo Territorial de Proximidade. *Prove – Promover e Vender* [online] [Citação: 30 de Agosto de 2012]. Disponível em: http://www.prove.com.pt/files/PROVE_Brochura_Definitiva.pdf.
- Pereira, A. R. (2003). Geografia Física e Ambiente: Diversidade do meio físico e recursos naturais. Em: Tenedório, J. A. (ed.). *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. AML, Lisboa.
- Pestana, I., Caleiro, M. e Costa, T. (2002). Iniciativa Comunitária URBAN: Relatório Final 1994 - 1999. Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa.
- PROT-AML (2010). Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa – Proposta Técnica Final.
- Putnam, R. (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Simon & Schuster, New York.
- Putnam, R., Feldstein, L. e Cohen, D. (2003). *Better Together: Restoring the American Community*, Simon & Schuster, New York.
- Quierós, M. (2010). Integrated urban revitalisation in Montreal: Lessons from local development initiatives. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, Vol. 45, pp. 47-77.
- Robison, L., Schmid, A. e Siles, M. (2002). Is social capital really capital?. *Review of Social Economy*, Vol. 60, pp. 1-21.
- Ruta, G. e Hamilton, K. (2007) The capital approach to sustainability. Em: Atkinson, G., Dietz, S. e Neumayer, E. (ed.). *Handbook of Sustainable Development*. Edward Elgar Publishing, Cheltenham.
- Schmidt, L., Guerra, J. e Nave, J. G. (2005). *Autarquias e Desenvolvimento Sustentável: Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*. Fronteira do Caos, Porto. Em: Schmidt, L., Nave, J. G. e Guerra, J. (2006). Who's afraid of Local Agenda 21? Top-down and bottom-up perspectives on local sustainability. *International Journal Environment and Sustainable Development*, Vol. 5, pp. 181-198.
- Schmidt, L., Nave, J. G. e Guerra, J. (2006). Who's afraid of Local Agenda 21? Top-down and bottom-up perspectives on local sustainability. *International Journal Environment and Sustainable Development*, Vol. 5, pp. 181-198.
- Seller, E. P. (2004). La participación ciudadana en el ámbito local, eje transversal del trabajo social comunitario. *Alternativas: Revista Cuadernos de Trabajo Social*, Vol. 12, pp. 103-137.

Sintra em Transição (2011). O que já estamos a fazer?. *Sintra em Transição*. [Online] [Citação: 8 de Maio de 2012] Disponível em: <http://sintraemtransicao.blogspot.pt>.

Smithies, J. e Webster, G. (1998). *Community Involvement in Health: From passive recipients to activate participants*. Ashgate, UK. Em: Breuer, D. (2002). Community participation in local health and sustainable development: Approaches and techniques. *European Sustainable Development and Health Series*, Vol. 4. World Health Organization.

Stewart-Weeks, M. e Richardson, C. (1998). *Social Capital Stories: How 12 Australian Households Live Their Lives*. The Centre for Independent Studies, Australia.

Stone, W. (2000). Social Capital, social cohesion and social security. Em: *The Year 2000 International Research Conference on Social Security: Social security in the global village*, Helsinki, 25-27 de Setembro de 2000. International Social Security Association.

Tenedório, J. A., Pontes, S. e Estanqueiro, R. (2003). Uso do Solo: uma imagem do território metropolitano. Em: Tenedório, J. A. (ed.). *Atlas da Área Metropolitana de Lisboa*. AML, Lisboa.

Transition Network (2011). What is a Transition Initiative?. *Transition Network*. [Online] [Citação: 8 de Maio de 2012] Disponível em: www.transitionnetwork.org.

UN (1992). Agenda 21. Em: *United Nations Conference on Environment & Development*, Rio de Janeiro, 13-14 de Junho de 1992. United Nations.

UN (2000). Resolution adopted by the General Assembly: United Nations Millennium Declaration. Em: The Millennium Summit, New York, 6 a 8 de Setembro de 2000. United Nations.

UN (2010). The Millennium Development Goals Report. United Nations, New York.

UN (2012). The future we want. Em: *United Nations Conference in Sustainable Development*, Rio de Janeiro, 20-22 de Junho de 2012. United Nations.

UNDP (1993). *Human Development Report*. United Nations Development Programme. Oxford University Press, New York.

UNECE (s.d.). Public Participation - Aarhus Convention. *UNECE - United Nations Economic Commission for Europe*. [Online] [Citação: 25 de Julho de 2012] Disponível em: <http://www.unece.org/env/pp/introduction.html>.

Uphoff, N. (1986). *Local Institutional Development: An Analytical Sourcebook, with Cases*. Kumarian Press, West Hartford. Em: Uphoff, N. (1992). *Local Institutions and Participation for Sustainable Development*. International Institute for Environment and Development, London.

Uphoff, N. (1992). *Local Institutions and Participation for Sustainable Development*. International Institute for Environment and Development, London.

URBACT (2010). *The URBACT II Programme*. URBACT, Fifth Issue, Saint-Denis La Plaine.

Vasconcelos, L. T. (2001). *Participação Rumo à Sustentabilidade – A experiência da AL21*. Comunicação apresentada no VI Congresso Nacional de Engenharia do Ambiente, Lisboa, 8-9 de Novembro de 2001.

Vasconcelos, L., Oliveira, R. e Caser, U. (2009). *Governância e participação na gestão territorial. Política de Cidades - 5*. Direcção - Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), Lisboa.

Viver Marvila (2011). *Viver Marvila* [online] [Citação: 30 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://vivermarvila.blogs.sapo.pt/2011/03/>.

Viver Marvila (2012). *Viver Marvila* [online] [Citação: 30 de Agosto de 2012]. Disponível em: <http://vivermarvila.blogs.sapo.pt/2012/04/>.

WCED (1987). *Our Common Future*. Oxford University Press, Oxford, New York.

WHO (1991). *Community involvement in health development: challenging health services*. Report of a WHO study group. World Health Organization, Geneva. Em: Breuer, D. (2002). *Community participation in local health and sustainable development: Approaches and techniques*. *European Sustainable Development and Health Series*, Vol. 4. World Health Organization.

Williams, C. e Millington, A. (2004). *The Diverse and Contested Meanings of Sustainable Development*. *The Geographical Journal*, Vol. 170, pp. 99-104.

Wolff, T. (2001). *Community Coalition Building - Contemporary Practice and Research: Introduction*. *American Journal of Community Psychology*, Vol. 29, pp. 165-172.

Woolcock, M. (1998). *Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework*. *Theory and Society*, Vol. 27, pp. 151-208.

Anexos

Anexo A – Projectos inovadores existentes na AML.

Parte do levantamento dos projectos presentes neste anexo foi realizado por Civitas21 – Comunidades Sustentáveis (Civitas21, 2012). Este levantamento enquadrou-se num projecto de colaboração com a Área Metropolitana de Lisboa, sendo que os projectos, exemplos de boas práticas, foram apontados pelos próprios municípios envolvidos. Os restantes projectos que se encontram assinalados com * foram inventariados pela autora deste trabalho.

Município	Projecto	Descrição
Lisboa	Prédios que Falam	Prédios Que Falam é uma actividade criada para ajudar a transformar os prédios citadinos em comunidades vivas, onde existe suporte e amor. Com esta iniciativa pretende-se pôr os vizinhos de cada prédio a conhecerem-se e apreciarem a presença uns dos outros. (http://prediosquefalam.blogspot.pt/)
	Barómetro de Segurança e Risco na Cidade de Lisboa	O Barómetro de Segurança e Risco na Cidade de Lisboa, a ser coordenado pela Polícia Municipal de Lisboa, visa a criação de um repositório único que centralize a recolha e categorização de toda a informação de ocorrências de incivildades/risco, registadas pelos vários serviços da CML, permitindo projectar dados estatísticos que apoiem a decisão política no desenvolvimento de medidas para a prevenção de comportamentos de vandalismo e violência.
	Baixa-Chiado mais seguros	O Projecto de Policiamento Comunitário “Baixa-Chiado mais Seguros”, a decorrer desde 23 de Novembro de 2007, visa contribuir para a melhoria da segurança e da mobilidade numa das principais zonas comerciais e turísticas da cidade de Lisboa. A estratégia de intervenção adoptada pela Polícia Municipal de Lisboa - em articulação com os representantes dos comerciantes da zona – é realizada através do recurso a veículos eléctricos – <i>segways</i> e quadriciclos – que permitem um policiamento preventivo de maior visibilidade, contribuindo para a manutenção da tranquilidade pública no local. (http://www.cm-lisboa.pt/viver/seguranca/policia-municipal/policiamento-comunitario)
	Alvalade Mais	Na sequência dos resultados positivos obtidos com o policiamento comunitário realizado na zona da Baixa-Chiado (Projecto

	<p>Seguro “Baixa-Chiado mais Seguros”), foi iniciado a 22 de Dezembro de 2008, o Projecto Alvalade Mais Seguro, pela Polícia Municipal de Lisboa.</p> <p>O Projecto visa contribuir para a melhoria das condições de mobilidade e de segurança na zona de Alvalade, uma das principais zonas comerciais da cidade. O policiamento comunitário é realizado com o recurso a veículos eléctricos – <i>segways</i> – procurando-se através de um policiamento preventivo e de maior visibilidade, contribuir para a manutenção da tranquilidade pública no local.</p> <p>(http://www.cm-lisboa.pt/viver/seguranca/policia-municipal/policiamento-comunitario)</p>
<p>Alta de Lisboa Mais Segura</p>	<p>No seguimento dos Projectos “Baixa-Chiado mais Seguros” (Novembro de 2007) e “Projecto Alvalade Mais Seguro” (Dezembro de 2008), a estratégia de policiamento de proximidade foi alargada a outra zona da cidade, nomeadamente a Alta de Lisboa. Realização de policiamento preventivo e de visibilidade, através de patrulhas apeadas na zona identificada e da realização de um conjunto de actividade como <i>workshops</i>, visitas de estudo à Polícia Municipal, acções de formação e reuniões com parceiros.</p> <p>(http://grupocomunitarioalta.wordpress.com/2012/07/10/policiamento-co/)</p>
<p>Participação Comunitária</p>	<p>A Polícia Municipal de Lisboa têm vindo a alargar a sua intervenção de proximidade a vários territórios da cidade, participando, desde Fevereiro de 2007, nas reuniões mensais do Grupo Comunitário de Carnide Centro (GCCC), constituído por várias entidades que procuram, através da reflexão conjunta, contribuir para a resolução das problemáticas da zona, designadamente nas áreas da mobilidade, ordenamento do Centro Histórico, desenvolvimento cultural e comunitário.</p> <p>Da mesma forma, desde Maio de 2009, participa no Grupo Comunitário da Alta de Lisboa (GCAL). O GCAL é constituído por várias entidades que em conjunto procuram contribuir para a promoção de uma melhor qualidade de vida da população.</p> <p>A participação no Grupo Comunitário permite um melhor conhecimento do território, bem como a planificação e intervenção concertada com os vários parceiros locais, possibilitando responder de forma mais eficaz às necessidades da população.</p>
<p>Rede L&M – Bairros Quinta das Laranjeiras e Casal dos Machados</p>	<p>A Polícia Municipal de Lisboa participa na Rede L&M dos Bairros do Casal dos Machados e Quinta das Laranjeiras, constituída em 2009, por várias entidades que intervêm nos Bairros, bem como por associações de moradores.</p> <p>A Rede apresenta como eixo principal de actuação, o desenvolvimento de estratégias de promoção da cidadania, segurança e incremento da participação da comunidade na melhoria das suas condições de vida.</p> <p>Através da participação nas reuniões alargadas do grupo de parceiros,</p>

	<p>nas reuniões do Grupo de Diagnóstico e em várias iniciativas comunitárias promovidas pela rede, a Polícia Municipal procura contribuir para a sensibilização e informação da comunidade sobre diversas temáticas de interesse geral, que contribuam para a manutenção da tranquilidade pública.</p>
<p>Programa Escola Segura</p>	<p>O Programa “Escola Segura” é uma iniciativa conjunta do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Educação que visa garantir as condições de segurança da população escolar e promover comportamentos de segurança escolar, através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vigilância das escolas e das áreas envolventes; • Policiamento dos percursos habituais de acesso às escolas; • Acções de sensibilização junto dos alunos para as questões da segurança. <p>(http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/escolasegura.aspx)</p>
<p>Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança</p>	<p>É uma iniciativa do Ministério da Administração Interna que visa: Garantir as condições de segurança e a tranquilidade das pessoas idosas; Promover o conhecimento do trabalho da GNR e da PSP junto desta população; Ajudar a prevenir e a evitar situações de risco.</p> <p>Com estes objectivos, o programa consiste no: Reforço de policiamento dos locais públicos mais frequentados por idosos; Criação de uma rede de contactos directos e imediatos entre os idosos a GNR e a PSP, em caso de necessidade; Instalação de telefones nas residências das pessoas que vivem mais isoladas e tem menores defesas; Colaboração com outras entidades que prestam apoio à 3a idade.</p> <p>O Programa é assegurado por equipas de agentes policiais que estão especialmente preparados para lhe dar o apoio e os conselhos úteis para melhorar a segurança.</p> <p>(http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/apoio65.aspx)</p>
<p>Programa Integrado de Policiamento de Proximidade</p>	<p>O Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) é um projecto da PSP que visa uma ampliação da actuação policial em articulação e colaboração directa com a comunidade.</p> <p>Consiste na criação de equipas/patrolhas de dois elementos policiais que, em sistema de rotatividade, têm como missão o policiamento de visibilidade, a resolução e gestão de ocorrências/conflitos, o reforço da relação polícia — cidadão e a detecção de situações que possam constituir problemas sociais.</p> <p>Os elementos policiais que constituem estas equipas são designados por Agentes de Proximidade. Estes agentes estão mais próximos da população, nomeadamente daqueles mais frágeis e carenciados</p>

(crianças, jovens, idosos, habitantes de bairros problemáticos, etc.) e conhecem as fragilidades, necessidades e as potencialidades do meio.

(<http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/pipp.aspx?menu=1>)

Verdinhos – Em Segurança para a Escola

Os “Verdinhos” (nome associado ao sinal de passagem para peões de cor verde) têm como função o apoio no atravessamento em segurança dos alunos no seu acesso à escola, sinalizando o seu atravessamento com auxílio de uma raquete sinalizadora.

No processo de selecção das Juntas de Freguesia e dos estabelecimentos de ensino foram considerados diversos aspectos, sendo o risco de sinistralidade rodoviária envolvendo o peão, efectivamente um dos mais determinantes. Também se efectuaram visitas às escolas, de forma a avaliar as necessidades específicas de cada estabelecimento.

Em termos operacionais, este projecto-piloto está a ser implementado com o apoio de 7 Juntas de Freguesia (Alcântara, Benfica, Campolide, Carnide, Graça, Marvila, São Jorge de Arroios) e, sempre que possível, também em parceria com Associações Locais de Reformados/Idosos. As Juntas têm como principal responsabilidade recrutar os “Verdinhos”.

(<http://www.cm-lisboa.pt/viver/mobilidade/seguranca-rodoviaria/verdinhos>)

Tinoni – Crescer em Segurança

A actividade de animação infantil Crescer na Segurança tem vindo a ser desenvolvida pela CML desde 1992.

Neste espaço, também conhecido como “Casa do Tinoni”, cada criança aprende a identificar os riscos que corre no seu dia-a-dia e as regras mais ajustadas a cada situação.

No decorrer da actividade são abordados os seguintes temas:

- Segurança na rua e em espaços públicos;
- Segurança em casa;
- Sismos e comportamentos de auto protecção;
- Prevenção de incêndios e comportamentos de auto protecção.

(<http://www.tinoni.com/casa-do-tinoni.php>)

Extintores Comunitários

Em algumas áreas do centro histórico de Lisboa, as Juntas de Freguesia organizaram-se para facilitar à população o combate a incêndios. Foi o caso das Juntas de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço ao proceder à distribuição de extintores comunitários, que permitem uma primeira actuação em caso de emergência.

(http://www.jf-scrivovao.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=44&Itemid=41)

	<p>No âmbito da protecção civil, criou-se o Projecto-piloto “BALA” – Criação de Brigadas de Apoio Local de Alfama em parceria com os serviços de Protecção Civil, Juntas de Freguesia, Gabinete Local de Alfama e Colina do Castelo e Bombeiros de Sapadores.</p> <p>Considerando que o sucesso demonstrado por esta experiência piloto despertou o entusiasmo e interesse de outras Juntas de Freguesia, também inseridas em núcleos históricos da cidade foi proposto que a Câmara Municipal de Lisboa deliberasse submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento Geral de Funcionamento das BALA. A Deliberação n.º 93/AM/2001 apresenta a proposta de Regulamento para a actividade dos voluntários que integram as Brigadas de Apoio Local.</p>
<p>Escola de Trânsito</p>	<p>A CML, por intermédio da Divisão de Formação e Segurança Rodoviária (DFSR), dispõe de Escolas Municipais de Trânsito situadas no Parque da Serafina e no Parque da Bela Vista.</p> <p>(http://www.cm-lisboa.pt/viver/educacao/fora-da-escola/escolas-de-transito)</p>
<p>B'ina – Estacione e Siga Caminho</p>	<p>A EMEL, em parceria com a ENGELMA, apresentam uma solução de mobilidade sustentável para a cidade de Lisboa, que passa pela utilização de bicicletas a partir de parques de estacionamento EMEL (Universidade; Campo Grande; Carlos Lopes; Biblioteca; Corpo Santo; Sete Rios; Colégio Militar; Teixeira de Pascoais; Portas do Sol).</p> <p>O serviço "B'ina - Estacione e siga caminho", sugere que os condutores, que sejam assinantes de Parques EMEL, estacionem o carro num dos Parques EMEL e "sigam caminho" de bicicleta, seja para o trabalho, numa curta deslocação ou simplesmente por puro lazer.</p> <p>(http://www.emel.pt/pt/mobilidade/bicicletas.html)</p>
<p>Mob Car Sharing</p>	<p>O “Mob Carsharing” é um serviço de aluguer de automóveis à hora (com combustível incluído), criado pela Carris, que permite aos clientes reservar um automóvel através da internet ou do telefone e tê-lo disponível no minuto seguinte, 365 dias por ano, 7 dias por semana.</p> <p>Com o objectivo de promover uma mobilidade mais sustentável na cidade de Lisboa, a EMEL associou-se ao projecto e os clientes do serviço passaram a beneficiar de estacionamento nas zonas de estacionamento geridas pela EMEL na via pública. Em termos práticos, significa que ao fazer uma reserva Mob Carsharing, os clientes já têm o valor do estacionamento do parquímetro incluído, não necessitando de se dirigir ao parquímetro quando estacionarem.</p> <p>Estas condições especiais no parqueamento, tornam mais simples, e mais económica a deslocação e o estacionamento dentro de Lisboa.</p> <p>(http://mobcarsharing.pt/pt/default.aspx)</p>

**Bus'ina –
Mobilidade à
sua medida**

A iniciativa “Bus'ina – Mobilidade à sua medida”, desenvolvida pela EMEL em parceria com a entidade Easy Bus, garante o transporte escolar dos filhos que todos os dias se deslocam de carro com os pais para ir para a escola.

Assim, sempre que os pais estacionem o seu carro num dos parques da EMEL, os filhos podem ser transportados numa carrinha até à escola, num projecto que combina o estacionamento nos parques da empresa com o transporte escolar. O cliente poderá adquirir este serviço ao comprar o pack estacionamento e de transporte.

(http://www.emel.pt/pt/noticias/noticia0054.html?uri=/pt/noticias/todas_noticias.jsp)

Bike Buddy

O Bike Buddy (*BB*) é uma iniciativa da MUBi – Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta, que consiste no aconselhamento e acompanhamento de novos utilizadores de bicicleta nas suas primeiras deslocações em contexto urbano.

Consiste num tutor temporário que acompanha o utilizador inexperiente durante duas semanas (duas/três vezes por semana) nos trajectos casa-trabalho-casa, com o objectivo de familiarizá-lo com a bicicleta como meio de transporte em contexto urbano. Este é um serviço prestado pela MUBi de forma gratuita (todos os *buddies* são voluntários).

(<http://bikebuddy.mubi.pt/>)

Bike2Work

Serviço disponibilizado pela Associação de Residentes de Telheiras (ART) que pretende incentivar a mobilidade suave e o desfrutar da viagem até ao trabalho. Para isso, auxiliam os sócios da associação no planeamento do percurso e fornecem acompanhamento nas primeiras viagens, além de partilharem o seu conhecimento sobre a mobilidade em bicicleta na cidade.

(<http://artelheiras.wordpress.com/bike2work/>)

Park & Ride

O modelo “Park & Ride” é um serviço resultante da associação de várias entidades e que permite deixar o carro parqueado e, com um único título de transporte de baixo custo (49 euros por mês) utilizar em todas as deslocações vários modos de transporte.

As entidades que suportam esta iniciativa são, além da CML e da EMEL, a CP, o Metro, a Transtejo, a EMPARK e a OTLIS (Operadores de Transportes da Região de Lisboa). Os parques principais em que o Park & Ride funciona são os seguintes: Avenida Álvaro Pais, Areeiro, Biblioteca, Campo Grande, Colégio Militar, Sete Rios e Universidade.

(<http://www.cm-lisboa.pt/viver/mobilidade/estacionamento/pare-siga-park-ride>)

	<p>Pedibus</p> <p>O “Pedibus” é como um “autocarro humano” gratuito, em que as crianças, acompanhadas de um ou mais adultos (familiares dos alunos em sistema de rotatividade), seguem a pé para a escola, segundo um trajecto com paragens pré-definidos. O “PediBus” encontra-se dependente do número de alunos envolvidos e do voluntarismo de pais e encarregados de educação para servirem de condutores do “Pedibus”.</p> <p>(http://www.cm-lisboa.pt/viver/mobilidade/seguranca-rodoviaria/pedibus)</p>
	<p>LX Porta-a-Porta</p> <p>Constituído por uma frota de 22 Mini-autocarros, o “Lx Porta-a-Porta” foi criado pela CML em 2004, com base em solicitações da população e com o objectivo de resolver necessidades de transporte em Bairros Históricos de difícil acesso, que não se encontravam suficientemente satisfeitas com o sistema de transportes público.</p> <p>É um serviço gratuito, prestado por viaturas de pequena dimensão, que efectuam percursos locais, predefinidos. Destina-se prioritariamente a reformados, carenciados e às crianças que vão ou voltam da escola.</p> <p>Os percursos que existem actualmente são: Lumiar/Cruz Vermelha; Bela Flor; Marvila; Campo de Ourique; Bairro Alto; Pena; Alfama/Castelo; Bica.</p> <p>(http://drmm.cm-lisboa.pt/index.php?id=5555)</p>
	<p>O meu bairro é a minha Cara</p> <p>“O Meu Bairro é a minha Cara” é uma iniciativa lançada no Viver Alta de Lisboa e que o GCAL assumiu e está a procurar dinamizar.</p> <p>Este projecto está orientado para envolver todas as faixas etárias dos moradores, trabalhadores e outros voluntários desta zona, com o intuito de melhor qualificar o bairro onde habitam e trabalham.</p> <p>A ideia consiste em juntar todos os cidadãos dispostos a colaborar para restaurar espaços vandalizados, reabilitar espaços abandonados, criar novos espaços para a população.</p> <p>(http://www.cidadaosporlisboa.org/index.htm?no=10100002495:062012)</p>
	<p>Viver Marvila</p> <p>O “Viver Marvila” é um programa de reabilitação e desenvolvimento integrado promovido pela CML e pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e que tem como parceiros a Junta de Freguesia de Marvila, a GEBALIS, as organizações locais e a população em geral.</p> <p>Este programa abrange os bairros das Amendoeiras / Olival, Armador, Condado, Flamengo e Lóios e surgiu da necessidade de responder a diversos problemas que se verificam de forma generalizada um pouco por todos estes bairros e que se prendem com: a insuficiente qualificação profissional, com o abandono escolar, com as dependências e a falta de equipamentos de apoio social (nomeadamente para crianças, jovens e idosos), com a pouca diversidade de usos do edificado (dominante habitacional), com o</p>

	<p>predomínio de população com origem em processos de realojamento, com a pouca qualidade geral do edificado e do espaço público, com o relativo isolamento físico e com o estigma social associado a Chelas.</p> <p>(http://vivermarvila.blogs.sapo.pt/)</p>
Happy Liberdade	<p>“Happy Liberdade” é o nome do projecto de reabilitação urbana que a marca de tintas Dyrup realizou em parceria com a CML. O objectivo deste projecto é transformar a Avenida da Liberdade num espaço mais agradável através da sua revitalização, renovando o mobiliário urbano, designadamente os bancos de jardim, pilaretes e candeeiros.</p> <p>(http://www.dyrup.pt/diy/happy%20liberdade.aspx)</p>
The Walls – Telheiras Graffiti	<p>A ART, juntamente com a CML, a Junta de Freguesia do Lumiar e um residente do bairro iniciaram um projecto-piloto que permite a utilização de espaços no bairro para Arte Urbana.</p> <p>O projecto que dispõe de um Regulamento próprio, inclui a legalização de <i>graffitis</i> em locais definidos para o efeito, mas também a sensibilização ao não vandalismo e a reabilitação (pintura/lavagem) das restantes paredes no bairro. Pretende-se estabelecer uma boa convivência entre a preservação do património e a expressão da cultura urbana.</p> <p>(http://telheirasgraffiti.blogspot.pt/2011_04_01_archive.html)</p>
Campanha “Cocós...Não!”	<p>Campanha de sensibilização itinerante, realizada pela Junta de Freguesia de Carnide, junto dos donos de cães e da população em geral, sobre os dejectos caninos na via pública e a manutenção da higiene pública. Consiste na colocação de material de informação e sensibilização num espaço verde da freguesia durante um período de tempo determinado, após o qual a campanha é deslocada para outro espaço da freguesia.</p>
Dou Vida ao Bairro	<p>Projecto desenvolvido pela AVAAL que pretende envolver moradores da Alta de Lisboa na valorização ambiental, qualificação de espaços verdes e áreas urbanas, estimulando o sentido de responsabilidade e de pertença do espaço público à comunidade.</p> <p>Todos os intervenientes deverão ter um papel activo tanto na planificação como na dinamização das acções planeadas, privilegiando-se a partilha de conhecimentos e convívio entre os mesmos.</p> <p>(http://avaal.wordpress.com/projectos-transversais/objectivos/)</p>
Altas Hortas	<p>A AVAAL desenvolveu o projecto das “Altas Hortas”, um dos sete escolhidos no Programa Entre Gerações, promovido e financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian.</p> <p>O presente projecto visa atingir os objectivos propostos através da</p>

	<p>agricultura urbana, enquanto prática de ligações entre gerações, através da criação de três dimensões diferentes e complementares: Hortas Escolas, Hortas em Casa, Horta Comunitária.</p> <p>(http://altashortas.wordpress.com/)</p>
<p>Passaporte Escolar</p>	<p>Promotor da oferta socioeducativa da cidade de Lisboa, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e informados, tendo como destinatários os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública.</p> <p>As suas principais metas são: promoção de uma visão integrada da Oferta Educativa da cidade; promoção da aprendizagem não formal; promoção de sinergias entre a CML e entidades externas com Oferta Educativa; contribuição para o desenvolvimento de aptidões e competências das crianças nas suas quatro áreas (Educação Cultural, Educação Desportiva, Educação Científica e Ambiental e Educação Cívica).</p>
<p>Plano Integrado de Apoio à Família</p>	<p>É um plano de intervenção social criado pelo Executivo da Junta de Freguesia de Benfica, para dar a necessária resposta de proximidade aos problemas da população, no actual contexto económico-social.</p> <p>(http://www.jf-benfica.pt/piaf/piaf.html)</p>
<p>Programa de Criação de Negócios</p>	<p>Desenvolvido e utilizado no K'CIDADE durante dois anos, foi recentemente reformulado e transformado no Programa de Apoio ao Auto-Emprego, que se apoia em algumas estratégias básicas: utilização de metodologias activas/construtivistas nas acções de formação, apoio aos potenciais empreendedores na elaboração de um plano de negócios, disponibilização de tutoria por empresários experientes e consultadoria entre-pares e/ou formação de grupos de entreajuda.</p> <p>O Programa de Apoio ao Auto-Emprego tem como directrizes fundamentais do processo o fortalecimento das competências empreendedoras pessoais e a promoção de uma reflexão crítica sistemática sobre condições e recursos individuais, para a tomada de decisão sobre a actividade económica a criar.</p>
<p>Empréstimo Domiciliário de longa duração de Manuais Escolares</p>	<p>A Junta de Freguesia de Benfica em parceria com os Agrupamentos de Escolas Quinta de Marrocos e Pedro de Santarém e também com a Escola Secundária José Gomes Ferreira implementou o Programa de Empréstimo de Manuais Escolares para os 3º e 4º anos do 1º Ciclo, bem como para todos os anos dos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, com a duração de um ano lectivo, sendo o mesmo aplicado anualmente.</p>
<p>Autocarro Multimédia da</p>	<p>Espaço móvel e funcional ao dispor de todos os jovens do concelho de Lisboa que se encontra equipado com 15 computadores e dispõe de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acesso à Internet com tecnologia <i>wireless</i>;

Juventude

- Teclado em Braille para invisuais;
- Plataforma elevatória para acesso de pessoas com mobilidade reduzida;
- Possibilidade de agendamento de visitas mediante marcação prévia.

Projecto Intervir

O Projecto Intervir em Marvila da Junta de Freguesia de Marvila tem como objectivo a prevenção de comportamentos de risco e/ou a promoção de hábitos de vida saudáveis e é apoiado técnica e financeiramente pela Equipa de Dependências do Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa.

Este projecto intervém junto de crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 anos e os 18 anos, nas escolas da freguesia, nomeadamente, na Escola EB1/JI Dr. João dos Santos, na Escola EB1 N.º 195 e na Escola EB1 do Bairro do Armador, com alunos do 1.º ciclo, na Escola Básica 2+3 de Marvila com alunos do 2.º e 3º Ciclo e na Escola Secundária D. Dinis com alunos do Secundário.

Para além das actividades nas escolas (Programas de Promoção de Competências Pessoais e Sociais; Conversas com Pais e Gabinete de Apoio à Criança), o projecto trabalha com os jovens da freguesia através da ocupação de tempos livres, no Espaço Jovem do Intervir, onde também existe um Gabinete de Apoio ao Jovem.

(http://jf-marvila.pt/index/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=88&Itemid=158)

Co – Working LX

Co-working é uma forma de organização do trabalho que envolve um espaço de trabalho partilhado, à imagem de um escritório comum, mas onde os utilizadores são independentes. O *Co-working* atrai empreendedores independentes que partilham de uma série de valores comuns e que estão interessados nas sinergias que podem resultar da partilha de experiências diversas e da reunião de capital humano com backgrounds completamente diferentes.

Através da reabilitação do Mercado do Forno do Tijolo a CML pretende garantir a sua actividade económica de referência, mas dotando-o, simultaneamente, de uma nova vocação, promovendo assim o surgimento de mais um espaço de referência para talento e o empreendedorismo na cidade de Lisboa.

No Mercado do Forno do Tijolo vai, assim, surgir uma ampla área de trabalho partilhado, complementado por outras valências, a valorizar no âmbito do concurso público lançado, como restauração, comércio, actividades sociais ou outras que permitam dinamizar o espaço do Mercado e a sua envolvente, atraindo novos públicos e melhor servindo a população residente.

No mesmo espaço, vai ser instalado um *Fab Lab*, de modo a que, com baixos custos, sejam criados protótipos de produtos susceptíveis de

	<p>serem apresentados ao sector industrial para futura comercialização.</p> <p>(http://www.lisboaparticipa.pt/pages/smartlx.php/A=9_collection=cml_article_smartlx)</p>
<p>Cowork Lisboa*</p>	<p>O “CoworkLisboa” é uma solução inovadora que aposta no <i>networking</i>, e que consiste essencialmente na instalação de espaços de trabalho partilhados por profissionais independentes das mais variadas áreas.</p> <p>(http://coworklisboa.pt/)</p>
<p>Anjos Consigo*</p>	<p>A Junta de Freguesia dos Anjos apresenta este serviço como uma iniciativa contributiva para a melhoria de qualidade de vida da população local. Este serviço, efectuado com meios próprios, é um precioso complemento à mobilidade da população sénior residente, habituada a ter dificuldades no seu quotidiano devido às deslocações efectuadas em piso acidentado. Este serviço de carácter gratuito é prestado com recurso a uma carrinha de passageiros devidamente identificada, em horário laboral, a todos aqueles que tenham mais de 60 anos ou tenham motricidade reduzida e sejam eleitores da Freguesia. Os trajectos de origem e destino são a residência do beneficiário, os serviços e actividades da Junta de Freguesia, os serviços de saúde públicos e outros locais de acesso indispensável como instituições bancárias, Correios e farmácias.</p> <p>(http://www.jfanjos.pt/conteudos/templates/Estrutura.asp?articleid=272&zonedid=64&z=64&sz=&n=1)</p>
<p>Alta pelo Emprego*</p>	<p>Este projecto surge fruto do trabalho desenvolvido pela Rede para a Empregabilidade da Alta de Lisboa - REAL (grupo de trabalho do Grupo Comunitário da Alta de Lisboa) cuja intervenção se baseia nas potencialidades locais e na implicação de todos os intervenientes no território (instituições públicas e privadas, associações locais, associações de moradores e condóminos, comércio e empresas), procurando com este projecto trabalhar quer do lado das empresas potenciando a empregabilidade mas também e sobretudo do lado das pessoas reforçando as suas competências de empregabilidade e de acesso ao mercado de trabalho.</p> <p>Apostando nas potencialidades de cada indivíduo e no contributo das empresas e de Instituições, o projecto “Alta pelo Emprego” visa a construção de soluções de empregabilidade e formação de adultos, estabelecendo a ponte entre entidades parceiras e as pessoas, facilitando o diálogo entre as duas partes.</p> <p>Tem como principais objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar as competências para a empregabilidade da população local através de um acompanhamento centrado na pessoa; • Maximizar as oportunidades de empregabilidade de pessoas em contexto de exclusão social potenciando a colaboração entre o

	<p>tecido empresarial e o terceiro sector.</p> <p>É um projecto que conta com vários parceiros (empresas e instituições) implementado no território da Alta de Lisboa e financiado pelo Programa BIP ZIP da CML.</p> <p>(http://altapeloemprego.wordpress.com/author/altapeloemprego/)</p>
TPC Jovem*	<p>Projecto de apoio escolar desenvolvido em Carnide, onde voluntários locais se disponibilizam a prestar apoio escolar aos jovens estudantes nas disciplinas do 1º ao 9º ano.</p> <p>(http://www.jf-carnide.pt/para-a-populacao/espasmus/valencias/TPC-JOVEM/696/)</p>
Projecto AUGUSTA (AVAAL)*	<p>O projecto visa desenvolver uma verdadeira intergeracionalidade entre jovens e séniores, através da agricultura urbana. Pretende-se que crianças e séniores realizem um trabalho conjunto, executando uma horta portátil cada um, lado a lado e que esta deva ser mantida e cuidada com um trabalho contíguo entre ambos, que perdurará um tempo indefinido após a realização da mesma, seja no cuidado da mesma, seja na realização de actividades complementares, mantendo a temática da agricultura urbana intergeracional.</p> <p>(http://altashortas.wordpress.com/hortas-em-casa/projecto-augusta/)</p>
Núcleo Criativo de São José*	<p>A Junta de Freguesia de São José iniciou um projecto de cooperação e empreendedorismo nas instalações da junta, acreditando na possibilidade de vitória perante a crise através de novas formas de interacção e trocas com a comunidade. Aproveitando os espaços inutilizados da própria junta, estabeleceu acordos com empreendedores, que iriam ocupar os mesmos espaços em troca de serviços prestados à comunidade e junta de freguesia.</p> <p>(Exemplo de actividades: Academia de Palco, Dress for Sucess, Festival “A Mostra”, Oficina de Costura Criativa, etc.)</p> <p>(http://www.jf-sjose.pt/inicio/index.php?option=com_content&view=article&id=178&Itemid=87)</p>
Bairro empreende – Bairro Padre Cruz*	<p>Programa de apoio à criação e desenvolvimento de negócios no Bairro Padre Cruz que pretende promover projectos empresariais inovadores promovidos por potenciais empreendedores tendo como principais objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Combater o desemprego e as situações de carência económica;• Estimular a criatividade;• Fixar capital humano;• Desenvolver ideias que dinamizem a actividade económica. <p>Este projecto visa promover o empreendedorismo, em particular no</p>

	<p>que concerne à reabilitação de profissões tradicionais que contribuam decisivamente para a dinamização económica de um Bairro que se apresenta como uma zona exclusivamente habitacional, com total ausência de espaços funcionalmente ligados às actividades económicas dos seus residentes.</p> <p>(http://audax.iscte.pt/?pt=bairro_emprende)</p>
<p>A Minha Rua (Anjos)*</p>	<p>É um projecto desenvolvido pela Plataforma eCivitas, em conjunto com um agregado de Autarquias piloto que permite a todos os cidadãos participar activamente na gestão da sua Rua/Freguesia/Município, comunicando problemas e propondo resoluções e melhorias directamente à Administração Local Autárquica.</p> <p>(http://jfa.aminharua.pt/Public/Amr_Faq.asp)</p>
<p>Compostagem na Alta*</p>	<p>A AVAAL juntamente com a Valorsul desenvolveu o projecto “Compostagem na Alta”, ou seja, implementar a compostagem em várias instituições</p> <p>A AVAAL em parceria com a Valorsul vai desenvolver um novo projecto na Alta de Lisboa, ao longo de 2012. Vai ser implementada a compostagem, através do fornecimento de compostores, formação e documentação, a instituições e particulares que tenham interesse e condições para usufruir de um ou mais compostores nos seus terrenos.</p> <p>(http://avaal.wordpress.com/projectos-transversais/compostagem-na-alta/)</p>
<p>Hortas acessíveis*</p>	<p>O projecto da “Horta Acessível” visa a disponibilidade de talhões agrícolas a pessoas com mobilidade reduzida ou deficiência motora, individuais ou integrados em associações e entidades colectivas que sejam activas nesta área.</p> <p>As hortas acessíveis vão estar inseridas no Parque Agrícola da Alta de Lisboa (PAAL), como um módulo do mesmo. O PAAL vai englobar várias valências, sempre em modo de agricultura orgânica, visando contribuir para o reforço da economia familiar e a coesão social da comunidade Alta de Lisboa através da produção localizada de bens hortícolas alimentares e correspondente auto-consumo, bem como um espaço de lazer e aprendizagem.</p> <p>No sentido de ser um projecto inclusivo foi criado este módulo designado por “Horta Acessível” o qual pretende disponibilizar talhões hortícolas a pessoas com algum tipo de necessidades especiais.</p> <p>(http://avaal.wordpress.com/projectos-transversais/horta-acessivel-edp-solidaria-2011/)</p>
<p>Parque Agrícola da Alta de Lisboa*</p>	<p>A Horta Comunitária será um espaço Hortícola comunitário, com talhões de diversas dimensões para séniores, adultos e jovens, estruturada no sentido da diversidade de práticas culturais e integração</p>

	(Horta Comunitária)	<p>de emigrantes. Sendo actualmente mais conhecido como PAAL, tem como principal objectivo a partilha de conhecimentos e de excedentes de produção.</p> <p>(http://altashortas.wordpress.com/horta-comunitaria/)</p>
	Cartão Freguês*	<p>O “Cartão Freguês” é uma iniciativa que tem por objectivo promover o comércio tradicional da freguesia de S. Domingos de Benfica.</p> <p>A posse deste cartão permitirá ao seu titular a aquisição de produtos e serviços a preços mais acessíveis, nos estabelecimentos comerciais, empresas e instituições de saúde existentes na freguesia que aderirem a esta iniciativa.</p> <p>(http://www.jf-sdomingosbenfica.pt/cartao_fregues.html)</p>
Cascais	Tutor de Bairro	<p>O “Tutor do Bairro” é um programa criado pela EMAC com o objectivo de aproximar os Municípios da Empresa.</p> <p>Cabe ao “Tutor” monitorizar, na sua zona de residência, as condições da limpeza urbana, recolha de resíduos, Espaços Públicos Verdes Urbanos e parques infantis e seniores.</p> <p>Assim, sempre que um cidadão detectar no seu bairro alguma situação de não conformidade, pode entrar em contacto com o “Tutor” responsável por essa área, que irá dar conhecimento do ocorrido à EMAC. Desta forma, a Empresa poderá dar uma resposta mais rápida à situação.</p> <p>(http://www.cm-cascais.pt/projeto/tutor-do-bairro)</p>
	DNA Cascais	<p>Associação sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, denominada Agência DNA Cascais – Cascais, um Concelho Empreendedor.</p> <p>A DNA Cascais tem por objecto contribuir, por todos os meios adequados, para a promoção, incentivo e desenvolvimento do empreendedorismo em geral, com especial incidência para a promoção do empreendedorismo jovem e social no Concelho de Cascais.</p> <p>A DNA Cascais, terá por principais eixos de actuação o captar, fixar e desenvolver competências e conhecimentos, através da promoção e estímulo da criatividade e inovação, num ambiente promotor de empreendedorismo.</p> <p>(http://www.dnacascais.pt/O-que-%C3%A9.aspx?ID=616)</p>
	Programa Requalifica Five*	<p>O “Requalifica Five” surge como resposta a necessidades detectadas na “Carta Social do Concelho de Cascais” e consiste num programa de concepção, planeamento e financiamento, pela autarquia, de acções de requalificação física dos equipamentos sociais de entidades sem fins lucrativos, com base em critérios específicos e mediante de candidatura</p>

	<p>das instituições.</p> <p>Em termos práticos, pretende-se olhar e conceber a requalificação física dos equipamentos sociais de forma integrada, tendo em conta a respectiva conservação e conforto, acessibilidade, bem como a segurança e a qualidade ambiental. Numa perspectiva mais geral pretende contribuir para o desenvolvimento sustentável, promovendo a funcionalidade dos equipamentos.</p> <p>(http://www.cm-cascais.pt/projeto/requalifica-five)</p>
Odivelas	<p>Vigilantes /Patrolheiros</p> <p>Projecto associado às escolas do Concelho, onde as funções do Vigilante/ Patrolheiro prendem-se, fundamentalmente, em apoiar o atravessamento dos alunos em segurança, minimizando o risco de acidentes rodoviários por atropelamento.</p> <p>Para o desempenho destas funções, são seleccionadas pessoas reformadas até aos 70 anos de idade, com preparação e formação dada pelas Forças de Segurança, e colocadas nas escolas em consonância com o calendário e horário escolar e com a identificação dos períodos com maior intensidade de tráfego rodoviário, os quais tem uma maior incidência durante as entradas e saídas das aulas.</p> <p>(http://www.cm-odivelas.pt/CamaraMunicipal/ServicosEquipamentos/Educacao/projectos_socio_educativos_rodoviaria.htm)</p>
Odivelas	<p>Voltas</p> <p>O Serviço “Voltas” começou exactamente no dia 15 de Maio de 2009 e é assegurado por duas viaturas de tipologia urbana.</p> <p>O “Voltas” é uma carreira “Linha Azul” que estabelece ligação entre o centro comercial Odivelas Parque, núcleo antigo da cidade de Odivelas e a Estação de Metropolitano de Odivelas. A “Linha Azul” consiste num circuito urbano para autocarros, que se encontra sinalizado no pavimento por uma linha azul, não existindo paragens fixas.</p> <p>A “Linha Azul” apresenta inúmeras vantagens, pois além de facilitar a informação relativa ao circuito do transporte público, permite uma grande mobilidade, bastando levantar a mão nas zonas assinaladas a azul para que o autocarro pare.</p> <p>(http://www.novaodivelas.pt/sociedade/387-voltas-em-odivelas-carreira-urbana-linha-azul)</p>
Oeiras	<p>Projecto “Bairro Limpo”</p> <p>Promover a ocupação dos tempos livres de jovens e munícipes reformados em actividades de limpeza e manutenção de espaços públicos é o objectivo do projecto “Bairro Limpo”.</p> <p>O projecto envolve equipas de limpeza fixas durante um período de tempo alargado e a nomeação de eco-guardiões e eco-vigilantes de bairro. A missão dos participantes é, também, a de sensibilizar os moradores e os comerciantes da sua rua ou do seu bairro para a</p>

	<p>importância da adopção de boas práticas ambientais.</p> <p>(http://www.cm-oeiras.pt/amunicipal/OeirasRespira/SensAmb/BaiLim/Paginas/BairroLimpo.aspx)</p>
Oeiras Solidária	<p>O projecto “Oeiras Solidária”, iniciado em 2003, tem como principal objectivo cativar as empresas do concelho para a participação em acções de solidariedade social em parceria com a Câmara Municipal de Oeiras (CMO).</p> <p>(http://www.cm-oeiras.pt/amunicipal/OeirasEnvolve/AssSociais/ResponsabilidadeSocial/Paginas/OSolid%C3%A1riaQuemSomos.aspx)</p>
Projecto Família Oeiras Ecológica*	<p>Esta é uma iniciativa desenvolvida pela Quercus, CMO e a Oeingerge.</p> <p>O Projecto “Família Oeiras Ecológica” tem como objectivo sensibilizar as famílias do concelho para a gestão ambiental dos seus domicílios, numa óptica de disseminação de boas práticas que integre várias vertentes como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Gestão de Resíduos;• Gestão da Energia;• Gestão da Água;• Gestão Sustentável do Jardim;• Mobilidade Sustentável;• Consumo Sustentável. <p>Com este projecto pretende-se inculcar nas famílias de Oeiras um espírito de boas práticas ambientais, de forma integrada, que contribua para um desempenho ecológico individual de excelência e para o desenvolvimento sustentável da comunidade.</p> <p>(http://www.cm-oeiras.pt/amunicipal/OeirasRespira/SensAmb/Paginas/ProjectoFamiliaOeirasEcologica.aspx)</p>
Sintra	<p>Mira-Sintra Bairro Sustentável</p> <p>Reabilitação de uma “ilha” habitacional com um enorme potencial para a sustentabilidade através da implementação de energias renováveis e de racionalização de energia.</p> <p>(http://www.ames.pt/site/noticia.asp?id=136&section=13)</p>
Sintra	<p>TROCAL*</p> <p>É uma rede de trocas locais baseada nos princípios da reutilização, redução do consumo, economia livre, solidariedade e ajuda local.</p> <p>Inicialmente começou pela organização de “Trocas temáticas” (como livros, música ou roupa) e reuniões gerais. O princípio da troca é de que por cada objecto que alguém leva aos trocas, escolhe outro em troca para si.</p>

	<p>Está previsto também a organização de feiras de troca multi-temática e, quando o projecto se consolidar, elaborar programas anuais com actividades que promovam também a troca de conhecimentos. Dentro do âmbito da troca de conhecimento (através de workshops, aulas ou demonstrações) por cada actividade que cada um dinamiza pode receber outra aprendizagem ou serviço em troca.</p> <p>(http://sintraemtransicao.blogspot.pt/p/projectos.html)</p>
<p>Cooperativa de Bairro de Colares*</p>	<p>A Cooperativa de Bairro de Colares é a primeira de uma rede de cooperativas de consumidores interessados em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Consumir produtos de Agricultura Biológica, dando preferência a produtores locais. - Comprar directamente ao produtor, sem intermediários e a preço justo. <p>Este projecto funciona num espaço gratuitamente cedido por um dos seus membros e depende exclusivamente do voluntariado, sendo a gestão e manutenção do espaço e das encomendas uma responsabilidade rotativa e horizontal.</p> <p>(http://sintraemtransicao.blogspot.pt/p/projectos.html)</p>
<p>Sintra Freecycle*</p>	<p>É um grupo que está aberto a todos os que querem "reciclar", seja uma cadeira, um piano ou uma porta velha, mas também para quem procura adquirir algo.</p> <p>Os grupos sem fins lucrativos também são bem-vindos a participar neste grupo.</p> <p>Uma regra principal é que todos os produtos afixados devem ser gratuitos e livres.</p> <p>Este grupo faz parte da rede de Freecycle.org, uma organização sem fins lucrativos.</p> <p>(http://groups.yahoo.com/group/SintraPortugal/)</p>
<p>Banco do Tempo*</p>	<p>É um projecto promovido pela Associação Graal, e é uma rede de infra-estruturas de apoio social que promove a cooperação entre pessoas baseada na gestão do tempo pessoal para troca de serviços.</p> <p>Os serviços prestados correspondem a actividades não profissionais assentes na boa vontade e na lógica das relações de “boa vizinhança”, como por exemplo, ajuda doméstica, acompanhamento a crianças, actividades recreativas, companhia, lições, cozinha e labores.</p> <p>Quando alguém precisa de um serviço, contacta a agência e a agência procura um membro que o possa realizar, procurando em seguida a melhor forma de pôr ambos em contacto.</p>

	<p>(http://www.cm-sintra.pt/NoticiaDisplay.aspx?ID=4312)</p>
<p>Amadora</p>	<p>Permablitz*</p> <p>É uma acção gratuita, baseada num principio de reciprocidade, um momento em que um colectivo de voluntários transforma rapidamente um espaço, apoiados num design de permacultura preparado <i>à priori</i>. É um momento de partilha, de aprendizagem, de união entre as pessoas de uma comunidade e de divertimento.</p> <p>Com este projecto pretende-se contribuir para melhoria das condições de sustentabilidade, autonomia e resiliência dos cidadãos de Sintra.</p> <p>(http://sintraemtransicao.blogspot.pt/p/projectos.html)</p> <hr/> <p>Programa Municipal de Empreendedorismo Social</p> <p>O Programa Municipal de Empreendedorismo Social – Amadora EMPREENDE, estabelecido inicialmente para para o horizonte temporal 2008-2009, tem como objectivo central a identificação de ideias viáveis de negócio e a facilitação dos seus percursos concretizadores. Prevê como resultado a criação de Empresas, Cooperativas ou projectos de carácter produtivo no âmbito do tecido associativo do Município da Amadora, que promovam a capacidade concretizadora dos jovens e a mobilidade e a inclusão dos públicos em situação de fragilidade social.</p> <p>O objectivo geral deste Programa desdobra-se em quatro objectivos estratégicos: Empreendedorismo Jovem, Empreendedorismo de Activos e Desempregados, Acções facilitadoras e Capacitação e Desenvolvimento.</p> <p>(http://www.cm-amadora.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=32764&noticiald=38544&pastaNoticiasReqlId=32760)</p> <hr/> <p>Orquestra Geração</p> <p>O projecto “Orquestra Geração” é um projecto centrado na acção e desenvolvimento social através da música, que se inspira no Sistema de Orquestras Infantis e Juveniles de Venezuela. O projecto tem como objectivo o desenvolvimento de orquestras infantis e juvenis em escolas do 1º, 2º e 3º ciclo, contribuindo para um crescimento mais harmonioso das crianças e jovens, alargando as suas perspectivas de vida e promovendo uma maior mobilidade social.</p> <p>A “Orquestra Geração” surgiu em 2007 por iniciativa conjunta da Escola de Música do Conservatório Nacional, CMA e Fundação Calouste Gulbenkian, com o apoio do programa EQUAL (Fundo Social Europeu). Em Novembro desse ano foi criado o primeiro núcleo, na Escola Miguel Torga, na Amadora, tendo tido desde 2008 o apoio da Fundação EDP no que à aquisição de instrumentos respeita.</p> <p>(http://www.orquestra.geracao.aml.pt/o-projecto)</p>
<p>Loures</p>	<p>Contrato Local de Segurança de</p> <p>Loures aderiu a este instrumento preventivo de criminalidade, formalizando, em Setembro de 2008, a parceria com o Ministério da Administração Interna/Governo Civil de Lisboa.</p>

	<p>Loures (CLS Loures)</p>	<p>Enquanto projecto-piloto, o CLS de Loures foi implementado em três freguesias (Apelação, Camarate e Sacavém), abrangendo cerca de 50 mil habitantes, e teve como áreas de intervenção prioritárias a prevenção da delinquência juvenil, da pequena criminalidade, da violência doméstica, dos comportamentos anti-sociais e dos fenómenos de insegurança.</p> <p>Numa atitude de responsabilização da comunidade, esta parceria estratégica envolveu também, desde o primeiro momento, a sociedade civil. Em Março de 2009, os promotores deste Contrato conseguiram atrair 28 parceiros, entre entidades públicas, instituições sociais e educativas, empresas, associações locais e comunidades religiosas, que, através da celebração de protocolos de adesão, se juntaram ao Governo e à autarquia, assumindo a realização de um conjunto de acções convergentes na concretização dos objectivos do CLS.</p> <p>(http://www.cm-loures.pt/aa_CLS.asp)</p>
Alcochete	<p>PEDAL – Plano de Eco-mobilidade e Desenvolvimento de Alcochete</p>	<p>Esta intervenção, no essencial, consistirá na elaboração de um instrumento operacional, dinâmico e participativo, que permita soluções evolutivas, mas optimizadas a cada momento, estruturado a partir de um conceito global de mobilidade que privilegie uma maior utilização dos “modos suaves” de deslocação e dos transportes colectivos, devolvendo ao Núcleo Antigo de Alcochete o conceito de proximidade, recriando o hábito das deslocações a pé entre aqueles que mais utilizam a viatura particular, sem contudo deixar de garantir que as distâncias a percorrer entre o estacionamento e o destino final sejam facilitadas pelas pequenas distâncias a percorrer. Permitirá elaborar uma rede ciclável, complementada com um minibus eléctrico.</p>
Palmela	<p>VAM – Viatura de Atendimento Móvel</p>	<p>A Câmara Municipal de Palmela (CMP) disponibiliza uma Loja Móvel do Cidadão do país, uma viatura de atendimento móvel que circula por todas as freguesias do concelho, com especial atenção para as áreas rurais, e que permite aos munícipes com maiores dificuldades de deslocação resolver os assuntos que sejam da competência do município junto dos seus locais de residência.</p> <p>Na viatura móvel é possível tratar dos mesmos assuntos disponíveis nos balcões de atendimento municipal Enquanto Loja Móvel do Cidadão, disponibiliza, no mesmo espaço, serviços de diferentes entidades da Administração Central e do Município.</p> <p>(http://www.rcc.gov.pt/Noticias/2010jan/Paginas/Viatura-de-Atendimento-M%C3%B3vel-arranca-em-Palmela---.aspx)</p>
	<p>Prove – Promover e Vender</p>	<p>O projecto “PROVE – Promover e Vender”, surge no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL em conjunto com várias entidades parceiras que se associaram a um grupo de pequenos produtores dos territórios da Península de Setúbal, Vale do Sousa, Alentejo Central, Mafra e Porto, para melhorar o escoamento das suas produções.</p>

	<p>O consumidor terá a possibilidade de experimentar um conjunto de produtos variados, através da aquisição de cabazes de frutas e legumes seleccionados e de elevada qualidade.</p> <p>(http://www.prove.com.pt/)</p>
Almada	<p>Agenda 21 da Criança</p> <p>Esta iniciativa internacional tem como principais objectivos promover a participação activa dos cidadãos mais novos no processo de tomada de decisão.</p> <p>Através da “Agenda 21 da Criança de Almada” pretende-se conhecer a visão dos mais novos para o futuro e integrar as suas ideias na construção de um concelho cada vez mais sustentável.</p> <p>Todos os anos, as crianças são convidadas a enviar um postal à Presidente da Câmara Municipal de Almada, com uma mensagem sobre o que mais gostam e o que menos gostam em Almada e o que gostariam de mudar. Este postal inclui ainda um espaço para fazer um desenho de forma a ilustrar melhor as suas ideias.</p> <p>Este projecto inclui também uma parceria junto de um conjunto de escolas, através do qual as crianças e os jovens aprendem a conhecer melhor o concelho, a identificar problemas e a pensar em soluções para os ultrapassar. As ideias e propostas finais são apresentadas no fim do Ano Lectivo, no Parlamento dos Pequenos Deputados, onde estão presentes os mais altos representantes da Autarquia.</p> <p>(http://www.almadadigital.pt/portal/page/portal/ACDV2/VIVER/DETALHE_FIN_AL?paramMenuBoui=15697495&paramMenuBoui2=15697495&lista=agenda+a+crian%E7a+21&paramCor=viver&visitar detalhe novo 1 qry=boui=18286322&actualmenu=17866436)</p>
	<p>Dar de Volta</p> <p>O projecto “Dar de Volta” pretende proporcionar aos munícipes a reutilização de manuais escolares, que já não são necessários, e que podem ser reaproveitados, apoiando a comunidade e rentabilizando não só os rendimentos familiares, mas também o meio ambiente.</p> <p>(http://www.cm-seixal.pt/CMSEIXAL/CULTURA/PROJECTOS/06CUL_FP_DarVolta.htm)</p>
Seixal	<p>Tutores de Bairro*</p> <p>O projeto “Tutores de Bairro” desenvolvido no bairro da Quinta da Princesa, em Amora, desde 2001, é acompanhado pela Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas Pedro Eanes Lobato.</p> <p>Dinamizado desde o ano 2001 e reformulado em 2004, 2006 e 2010 (já na 4.ª geração), é financiado pelo Programa Escolhas e tem vindo a trabalhar a comunidade, com especial atenção para as crianças, jovens e famílias, com vista a melhorar a integração social e bem-estar em diversas áreas, como a saúde, escola, trabalho, etc.</p>

O Programa Escolhas tem como metas a mobilização das comunidades locais para projectos de inclusão social e de igualdade de oportunidades, especialmente dirigidos a crianças e jovens oriundos de contextos socioeconómicos vulneráveis.

(http://www.cm-seixal.pt/CMSEIXAL/ACCAO_SOCIAL/PROJECTOS/10ACC_Pro_TutoresBairro.htm)

Anexo B

Questões de Investigação

- Quais as novas tendências que estão a emergir na Área Metropolitana de Lisboa para lidar com os desafios da Sustentabilidade?
- Qual o papel do Engenheiro do Ambiente e as oportunidades de trabalho que se lhe abrem nestas novas práticas de inovação e dinâmicas sociais como contributo para a sustentabilidade local?
- Os projectos promovem a comunicação e a cooperação entre os cidadãos e destes com as autoridades locais e outras instituições?
- Quais os principais factores de sucesso e os resultados obtidos?
- Que capacidades profissionais e pessoais é possível detectar nos gestores de projectos de sucesso?
- Qual a dimensão da sustentabilidade que predomina nestes projectos?
- Qual o âmbito territorial que tendem a apresentar (muito contido num pequeno espaço territorial ou de grande abrangência territorial)?

Anexo C

Questões realizadas aos promotores dos projectos

- Qual a génese do projecto, como surgiu a ideia?
- Porque é que acha que o projecto tem/teve sucesso?
- De onde veio o financiamento?
- Quando é que começaram a aparecer os primeiros resultados (em que fase)?
- Quais os principais resultados obtidos?
- Qual a duração do projecto?
- Quais são as entidades/actores envolvidos no projecto e como colaboram?
- Quais os actores que são mais dinâmicos?
- Esteve envolvido algum Engenheiro do Ambiente neste projecto? Se sim, de que forma contribuiu para o projecto?
- Que qualidades/capacidades são necessárias num gestor deste tipo de projectos?

Anexo D - Repostas às questões sobre os projectos

Viver Marvila

Qual a génese do projecto, como surgiu a ideia?

A ideia surgiu através da unidade de projecto de Chelas, e de uma preocupação partilhada entre o município de Lisboa e o IHRU, tendo como pretensão ser um projecto de desenvolvimento urbano, social, e económico, sendo que a caracterização dos bairros foi o ponto de partida para o estudo das acções necessárias a realizar.

Porque é que o projecto tem/teve sucesso?

O principal motivo de sucesso é o envolvimento da população nos projectos, tendo assim uma maior aceitação por parte destes aos resultados, e também porque é um projecto de desenvolvimento integrado abrangendo as várias dimensões social, económica e urbana.

De onde veio o financiamento?

Banca, Fundo perdido Europeu, IHRU e do protocolo camarário PIPARU (Programa de Investimento Prioritário em Acções de Reabilitação Urbana).

Quando é que começaram a aparecer os primeiros resultados (em que fase)?

Os resultados começaram a aparecer logo após a conclusão das primeiras intervenções.

Qual a duração do projecto?

Iniciou-se em 2008, e continua actualmente em execução. Não há previsão para a o fim do projecto.

Quais os principais resultados obtidos?

Realojamento de bairros de “lata”, demolição do “corredor da morte”, reabilitação de edifícios e de espaços públicos, reabilitação dos espaços verdes e criação de novos.

Quais são as entidades/actores envolvidos no projecto e como colaboram?

Gebalis, CML, IHRU e junta de freguesia de Marvila.

Quais os actores que são mais dinâmicos?

UCT/UIT Oriental - CML.

Esteve envolvido algum Engenheiro do Ambiente neste projecto? De que forma contribuiu para o projecto?

Não.

Que qualidades/capacidades são necessárias num gestor deste tipo de projectos?

Essencialmente é a formação académica que dá bases a vários níveis onde é necessário actuar neste tipo de projectos.

Tutor de Bairro

Qual a génese do projecto, como surgiu a ideia?

O Programa “Tutor do Bairro” insere-se no plano estratégico da EMAC - *OBJECTIVO 66*, o qual pretende dar uma resposta eficaz ao artigo 66º da Constituição da República Portuguesa que regula a defesa do ambiente e da qualidade de vida: “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o fazer”, visando o incentivo para o desenvolvimento sustentável do Concelho de Cascais.

Com este Programa pretende-se:

- Promover sinergias entre a EMAC/Câmara Municipal de Cascais e a comunidade local;
- Desenvolver atitudes de protecção do espaço público, como espaço de todos;
- Incentivar a participação pública;
- Fomentar a eficiência e eficácia dos serviços;
- Inculcar nos munícipes os conceitos de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

Deste modo, será possível colmatar eventuais lacunas existentes e actuar rapidamente nos problemas identificados (com ganhos de eficiência, eficácia, celeridade e com redução de custos).

Numa primeira fase do Programa foram seleccionados 54 Tutores do Bairro, distribuídos pelas seis freguesias do concelho de Cascais, tendo iniciado as suas funções em Janeiro de 2009.

Em Setembro de 2009 entraram 41 novos Tutores, perfazendo um total de 95 Tutores do Bairro e garantindo uma cobertura de 85% do concelho de Cascais. Actualmente, a EMAC conta com a colaboração de 101 Tutores do Bairro.

Porque é que o projecto tem/teve sucesso?

A associação do conhecimento que a comunidade local tem dos principais problemas e dificuldades dos seus bairros, à preocupação da EMAC enquanto entidade responsável pela gestão integrada da limpeza urbana, tem permitido uma rápida actuação nos problemas identificados.

De onde veio o financiamento?

A Fundação Vodafone ofereceu os telemóveis aos Tutores do Bairro, com ligações limitadas à rede definida para o Programa – Águas de Cascais, Câmara Municipal de Cascais, Linha Verde EMAC, Polícia Municipal e Proteção Civil.

As pastas, blocos de notas, canetas, *pen's*, cartões identificativos e mapas delimitativos das zonas de intervenção dos Tutores do Bairro foram financiados pela EMAC.

Quando é que começaram a aparecer os primeiros resultados (em que fase)?

Os resultados apareceram na primeira fase. Entre Janeiro e Setembro de 2009, os Tutores do Bairro efectuaram 933 pedidos.

Qual a duração do projecto?

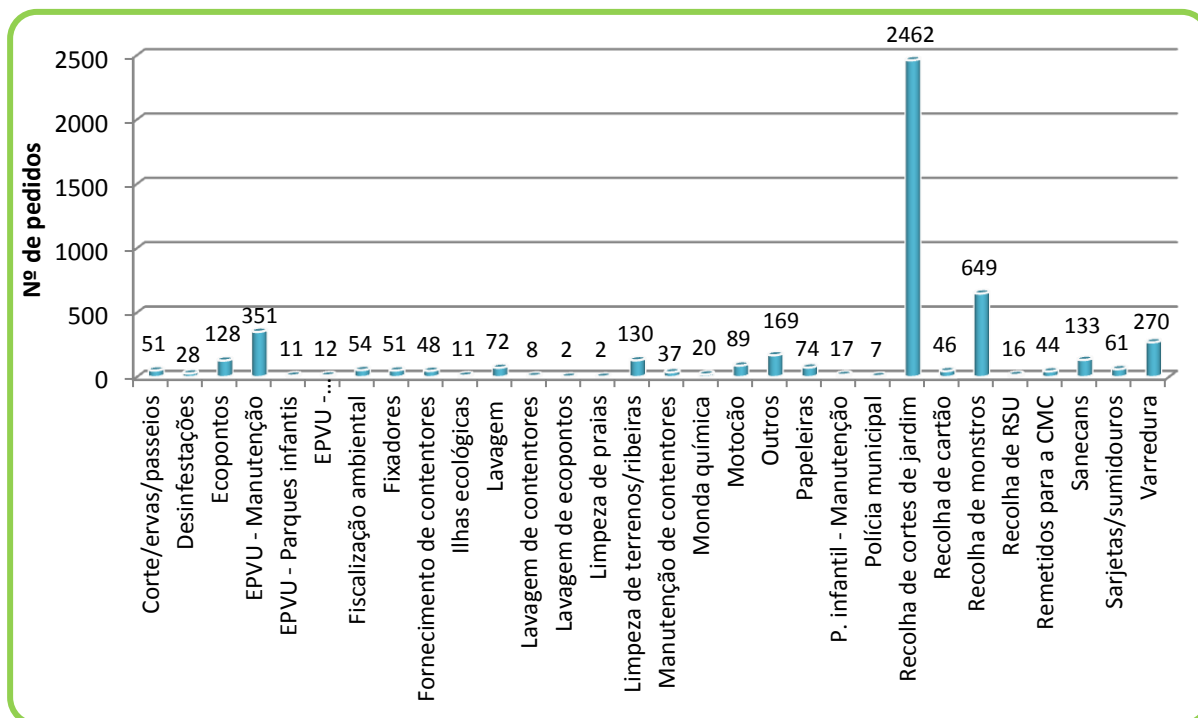
Os Tutores do Bairro iniciaram as suas funções em Janeiro de 2009, não tendo sido definida uma data para o final do Programa.

Quais os principais resultados obtidos?

De Janeiro de 2009 a Dezembro de 2011, a EMAC contabilizou um total de 5.053 pedidos:

- 2009 – 1.743 pedidos dos Tutores do Bairro;
- 2010 – 1.812 pedidos dos Tutores do Bairro;
- 2011 – 1.498 pedidos dos Tutores do Bairro.

Os serviços solicitados pelos Tutores do Bairro foram:



Quais são as entidades/actores envolvidos no projecto e como colaboram?

As entidades envolvidas neste Programa são a Câmara Municipal de Cascais, a Polícia Municipal e a Fundação Vodafone.

Todos os pedidos que não sejam da responsabilidade da EMAC são reencaminhados para as entidades competentes.

Quais os actores que são mais dinâmicos?

As entidades mais dinâmicas são a Câmara Municipal de Cascais e a Polícia Municipal.

Esteve envolvido algum Engenheiro do Ambiente neste projecto? De que forma contribuiu para o projecto?

Sim, está envolvido neste Programa um Engenheiro do Ambiente, cujas valências passam pela elaboração de relatórios mensais, contacto com os Tutores do Bairro, elaboração e realização de acções de sensibilização, entre outros.

Através do Engenheiro do Ambiente, os Tutores do Bairro são dotados dos conhecimentos indispensáveis ao correcto desempenho das suas funções. Desde o início do Programa, foram realizadas acções de sensibilização com as seguintes temáticas:

- Reciclagem, Gestão de Resíduos, Cidadania, Boas Práticas Ambientais, Desenvolvimento Sustentável, Pegada Ecológica, Poluição Ambiental e Alterações Climáticas.

Que qualidades/capacidades são necessárias num gestor deste tipo de projectos?

Proactividade, facilidade na elaboração de relatórios e aptidão para a partilha de conhecimentos.

Bairro Limpo

Qual a génese do projecto, como surgiu a ideia?

Enquadrado nos projectos de promoção de uma cidadania ambiental activa, promovidos pelo Departamento de Ambiente e Equipamento da autarquia de Oeiras e à semelhança de outros programas de ocupação de tempos livres de munícipes, o “Bairro Limpo” pretende a realização de actividades de limpeza, manutenção de espaços públicos e sensibilização ambiental em determinados Bairros Municipais, com a participação dos próprios moradores.

A ideia surgiu em 2005 a partir dos projectos-piloto “Seniores em Movimento” e “Jovens em Movimento de Bairro”. Considerando estas duas experiências com objectivos semelhantes, mas dirigido a públicos-alvo diferentes (jovens e seniores) considerou-se pertinente desde 2006 reunir os dois projectos num único, denominado “Bairro Limpo”.

Porque é que o projecto tem/teve sucesso?

Os principais factores de sucesso são a ocupação de tempos livres, o aumento de rendimentos dos participantes e a melhoria do estado de limpeza dos espaços públicos.

De onde veio o financiamento?

Todos os custos com o projecto são assegurados pela CMO.

Quando é que começaram a aparecer os primeiros resultados (em que fase)?

Dada a natureza do projecto os resultados aparecem logo nos primeiros dias de trabalho das equipas.

Qual a duração do projecto?

A duração do projecto varia anualmente, mas normalmente a duração é cerca de seis meses por ano.

Quais os principais resultados obtidos?

Os principais resultados obtidos são:

- Recolha de cerca de 26 toneladas de resíduos indiferenciados sendo 12 toneladas de resíduos recicláveis (em 2011);
- Cerca de 90% dos funcionários de limpeza urbana da autarquia, que realizavam limpeza regular nos bairros onde se desenvolveram as actividades, foram afectos a outros trabalhos mais especializados;
- Aumento dos rendimentos económicos dos participantes e ocupação dos tempos livres;
- Valorização pessoal e aquisição de novas competências sócio profissionais.

Quais são as entidades/actores envolvidos no projecto e como colaboram?

O projecto é promovido pela CMO, sendo que internamente são vários os serviços envolvidos, Núcleo de Juventude (recrutamento dos jovens), Ação Social (recrutamento dos seniores), Divisão de Higiene Pública e Abastecimento (organização das tarefas e locais de limpeza), Gabinete de Comunicação (aquisição de fardamento e divulgação) e Departamento de Ambiente e Equipamento (organização, gestão e coordenação).

Ao nível exterior são envolvidas algumas associações de bairro, que auxiliam no recrutamento e gestão dos participantes.

Quais os actores que são mais dinâmicos?

A CMO.

Esteve envolvido algum Engenheiro do Ambiente neste projecto? De que forma contribuiu para o projecto?

Sim. Ao nível do planeamento das actividades promovidas pelo Núcleo de Sensibilização e Promoção Ambiental.

Que qualidades/capacidades são necessárias num gestor deste tipo de projectos?

Conhecimentos ambientais, capacidade de planeamento, organização e gestão de equipas, conflitos e contratempos e sensibilidade para coordenar grupos de pessoas.

Família Oeiras Ecológica

Qual a génese do projecto, como surgiu a ideia?

O projecto nasceu na sequência da adesão do Município de Oeiras ao “Pacto de Autarcas”, que tem como objectivos aumentar em 20% a eficiência energética e a incorporação de energias renováveis e reduzir 20% as emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) até ao ano de 2020. Pensamos que seria importante envolver Famílias Oeirenses numa lógica de prestação de informação, dando esclarecimentos e contributos em contactos directos que permitissem interagir directamente com elementos do agregado familiar para que, em parceria com o município e com outros parceiros sociais, se possa vir a atingir este desiderato.

Na senda da construção do desenvolvimento sustentável em Oeiras, a Câmara Municipal, em parceria com a OEINERGE, lançaram o desafio a todos os munícipes para participarem na 2ª. fase do projecto “Família Oeiras Ecológica”, fomentando as boas práticas ambientais e alterando pequenos hábitos diários.

Porque é que o projecto tem/teve sucesso?

O balanço actual é bastante positivo. No lançamento da campanha de arranque/divulgação da 2ª fase, realizada no “Dia Europeu sem Carros” (18 de Setembro de 2011), esgotaram-se as inscrições, tendo sido registadas mais de cinquenta candidaturas.

Neste contexto não pode deixar-se de salientar o interesse, preocupação e disponibilidade das famílias em adquirir novos conhecimentos, alterar hábitos, essencialmente para redução de custos com electricidade, água e combustível. A equipa técnica do projecto, que realiza as visitas de diagnóstico energético e ambiental nas habitações tem sido recebida com um enorme carinho por parte das famílias.

O trabalho em curso (com as cinquenta famílias desta 2ª. fase) está praticamente concluído. Seguir-se-á a análise dos dados recolhidos, a elaboração de relatórios de desempenho por temática, sugerindo-se propostas de melhoria a cada família.

De onde veio o financiamento?

A OEINERGE, associação sem fins lucrativos, participada pela Câmara Municipal de Oeiras e seus associados, é uma instituição detentora de uma experiência considerável na implementação de

projectos vários tendo em conta as temáticas da Energia e Ambiente, no âmbito do Município de Oeiras e também fora do seu território.

O principal objectivo da Agência de Energia é contribuir para a eficiência energética, o melhor aproveitamento dos recursos energéticos endógenos e a gestão ambiental na interface com a energia, tendo em vista a promoção de um modelo de desenvolvimento local sustentável.

Tendo em conta que as linhas estratégicas de atuação da Agência de Energia decorrem no Município de Oeiras, é celebrado anualmente um Contracto-Programa com a Câmara Municipal de Oeiras, dando continuidade aos estudos e iniciativas centradas nas temáticas da energia e do ambiente, de onde se destaca o projecto “Família Oeiras Ecológica”.

Quando é que começaram a aparecer os primeiros resultados (em que fase)?

A metodologia de trabalho assenta essencialmente em três fases distintas: Divulgação/Inscrições; Realização de Diagnóstico Ambiental e Entrega das Fichas de Recomendação.

Os primeiros resultados da 1ª edição do projecto, visto que nesta 2ª edição encontram-se em elaboração as fichas de recomendações, foram obtidos após a 2ª fase da realização de diagnóstico ambiental.

Na fase de diagnóstico é efectuada uma visita de monitorização ambiental a cada família, por técnicos da OEINERGE/CMO e QUERCUS, para avaliação dos comportamentos ambientais e consumos energéticos das famílias.

Qual a duração do projecto?

A 1ª edição do Projecto “Família Oeiras Ecológica” foi desenvolvida num período de 15 meses, tendo iniciado em Junho de 2009 e finalizado em Setembro de 2010. A 2ª edição iniciou em Setembro de 2011 e encontra-se em execução.

Quais os principais resultados obtidos?

Tendo em conta que ainda não temos os resultados da 2ª edição do projecto, referem-se os resultados obtidos na 1ª edição.

A análise feita aos diferentes inquéritos temáticos de avaliação (Gestão de Resíduos; Gestão de Energia; Gestão da Água; Gestão Sustentável do Jardim; Mobilidade Sustentável e Consumo Sustentável) do desempenho ambiental das famílias revelou que a grande maioria já possui boas

práticas ambientais no seu quotidiano, nomeadamente separação seletiva de resíduos, aquisição de lâmpadas economizadoras, redução dos consumos de água e energia e realização de compostagem.

Na generalidade, as práticas que foram detectadas como não tendo um bom desempenho ambiental, prendem-se, essencialmente, com o recurso ao transporte individual para os movimentos pendulares casa/trabalho pela grande maioria das famílias, e com o desperdício no consumo de água pela utilização de rega manual, em detrimento dos métodos de rega automática.

Quais são as entidades/actores envolvidos no projecto e como colaboram?

“Família Oeiras Ecológica” é um projecto da Câmara Municipal de Oeiras, em parceria com a OEINERGE – Agência Municipal de Energia e Ambiente de Oeiras e com a QUERCUS – Associação Nacional da Conservação da Natureza.

O projecto conta igualmente com o prestigiado apoio de empresas, nomeadamente na cedência de produtos biodegradáveis e equipamentos de poupança de consumos de energia eléctrica e água, bem como publicações de sensibilização e informação.

Na 1ª edição o projecto contou com o apoio de entidades como o Smas Oeiras e Amadora; Ecomeios; Adene; Ecover e Philips. Nesta 2ª edição conta com o apoio das entidades Ecologicalkids; EDP Distribuição; Ecover; Adene; Fonte Lusa; Flima; All Aqua; Smas Oeiras e Amadora; Jornal da Região e Encena – Agência de actores.

Quais os actores que são mais dinâmicos?

Todos os actores que colaboram no projecto são bastante dinâmicos e receptivos a projectos de natureza ambiental.

Esteve envolvido algum Engenheiro do Ambiente neste projecto? De que forma contribuiu para o projecto?

Sim, na coordenação, gestão e implementação do projecto estão envolvidos vários Engenheiros do Ambiente. Os técnicos (Engenheiros do Ambiente) envolvidos nesta iniciativa possuem capacidades e conhecimentos ao nível das temáticas analisadas (Gestão de Resíduos; Gestão de

Energia; Gestão da Água; Gestão Sustentável do Jardim; Mobilidade Sustentável e Consumo Sustentável) que contribuem para o desenvolvimento do mesmo.

Que qualidades/capacidades são necessárias num gestor deste tipo de projectos?

As qualidades necessárias num gestor deste tipo de projecto são essencialmente a capacidade de comunicação, liderança de equipas, dinâmica e dedicação, capacidade de organização e planeamento da actividade, flexibilidade e adaptação a ambientes multifuncionais. Aptidões de motivação e coordenação da equipa de trabalho, cumprimento de prazos e elaboração de relatórios de desempenho em tempo útil.

Neste tipo de projecto é igualmente importante ter competência social, uma vez que requer o contacto directo com os munícipes, nomeadamente através da visita de diagnóstico às famílias.

Dou Vida ao Bairro

Qual a génese do projecto, como surgiu a ideia?

A AVAAL pretendeu envolver os moradores da Alta de Lisboa na valorização e educação ambiental, requalificação de espaços verdes e áreas urbanas, estimulando o sentido de responsabilidade e pertença á comunidade em relação ao espaço público.

Porque é que o projecto tem/teve sucesso?

Os moradores tiveram sempre um papel predominante no planeamento, execução e avaliação das acções privilegiando-se a partilha de conhecimentos e convívio entre os mesmos.

De onde veio o financiamento?

Gebalis (Acordos de Cooperação e Parceria 2010).

Quando é que começaram a aparecer os primeiros resultados (em que fase)?

Os resultados aparecem logo apos a realização das iniciativas, e a longo prazo os momentos de formação foram dando resultados na educação ambiental dos moradores.

Qual a duração do projecto?

O projecto durou entre 2010-2011.

Quais os principais resultados obtidos?

Verifica-se uma maior coesão social, e início de espaços de agricultura urbana e desenvolvimento de outras já existentes, e a capacitação e formação técnica dos residentes do bairro para a intervenção na valorização ambiental do mesmo.

Quais são as entidades/actores envolvidos no projecto e como colaboram?

AVAAL (promotora do projecto), moradores (participam nas iniciativas e formação), GEBALIS (financiamento) e outras participações pontuais dependendo das iniciativas como: GCAL (Grupo comunitário da alta de Lisboa), K'cidade, ARAL, Bidesign, APEAL, DGRS e AMBVC.

Quais os actores que são mais dinâmicos?

A AVAAL e os moradores.

Esteve envolvido algum Engenheiro do Ambiente neste projecto? De que forma contribuiu para o projecto?

Sim, participando como voluntários nas várias actividades desenvolvidas.

Que qualidades/capacidades são necessárias num gestor deste tipo de projectos?

Serem activos e atentos aos problemas a sua volta, e saber ouvir e incluir os moradores.

Anjos Consigo

Qual a génese do projecto, como surgiu a ideia?

O Projecto “Anjos Consigo” nasce da necessidade de apoiar a população mais idosa da Freguesia dos Anjos. Esta população maioritariamente idosa padece de algumas limitações físicas, pouca mobilidade, assim como de um sentimento de insegurança relativamente ao exterior. Estes dois factores provocam, inevitavelmente, um constrangimento nesta população, levando a que seja um verdadeiro tormento sair à rua, condicionando o seu dia-a-dia e a realização das suas tarefas tais como: ir ao banco, ir aos CTT, ir a uma consulta médica, entre outra. Este serviço surge para colmatar estes receios e o isolamento que estes provocam, disponibilizando, a nível gratuito, o transporte (ida e/ou volta) destas pessoas aos serviços que desejam ir.

Porque é que o projecto tem/teve sucesso?

O projecto teve e tem sucesso devido à boa qualidade do serviço. Este funciona num horário bastante acessível, das 10h às 12h e das 13h30 às 15h30, e a relação que se cria entre os colaboradores da JFA que prestam o serviço (motorista) e o utente levam a que exista uma ligação de confiança e proximidade. O facto de não existirem marcações prévias, a não ser no próprio dia, possibilita ao utente requer este serviço a qualquer hora/dia, sendo apenas necessário realizar uma chamada para o nº 707 22 65 65, custo de chamada local, e solicitar o pedido. Julgamos que todos estes factores são importantes para o bom funcionamento do serviço.

De onde veio o financiamento?

Este projecto é totalmente financiado pela Junta de Freguesia dos Anjos, não tendo qualquer tipo de apoio externo.

Quando é que começaram a aparecer os primeiros resultados (em que fase)?

O projecto está em funcionamento desde 2008. Pode considerar-se que os primeiros 6 meses foram decisivos para que o projecto obtivesse os bons resultados que tem tido. Inicialmente o serviço tinha poucos utentes, no entanto, com o passar do tempo o número de beneficiários foi aumentando. Temos actualmente uma média mensal de 130 serviços.

Qual a duração do projecto?

O projecto não tem uma data de término. Este serviço terá continuidade enquanto existirem utentes a necessitar deste tipo de apoio.

Quais os principais resultados obtidos?

Os principais resultados resultam numa maior dinâmica e actividade no dia-a-dia destes utentes. Graças a este serviço estes realizam as suas actividades/saídas ao exterior sem qualquer tipo de receio ou impedimento.

Quais são as entidades/actores envolvidos no projecto e como colaboram?

Este projecto não tem qualquer tipo de parceira. Para a concretização deste, todos os recursos necessários são assegurados pela Junta de Freguesia dos Anjos. O funcionamento do serviço é simples e rápido. O utente liga para o nº Anjos Consigo (707 22 65 65) e é imediatamente atendido por uma funcionária que fará a marcação do respectivo serviço, ficando com os dados do utente (base de dados) e as informações necessárias (local e hora). De seguida são dadas instruções ao motorista que de imediato realiza o pedido indo buscar o utente ao local indicado, transportando-o até ao destino desejado.

Quais os actores que são mais dinâmicos?

O actor mais dinâmico que participa no projecto é o motorista, uma vez que é a pessoa que tem um contacto privilegiado e directo com os utentes.

Esteve envolvido algum Engenheiro do Ambiente neste projecto? De que forma contribuiu para o projecto?

Para a elaboração do projecto não esteve envolvido nenhum Engenheiro do Ambiente.

Que qualidades/capacidades são necessárias num gestor deste tipo de projectos?

Para a boa gestão de um projecto deste tipo, é necessário e fundamental ter um profissional da área das relações humanas e sociais, uma vez que esta população alvo tem as suas características e limitações, com as quais muitas vezes surgem problemas e impedimentos que necessitam de tempo e trabalho para que possam ser ultrapassadas e/ou minimizadas. É também necessário a existência de responsabilidade, rigor e alguma flexibilidade para se conseguir dar uma resposta imediata e adequada a cada utente.

Bike To Work

Qual a génese do projecto, como surgiu a ideia?

A ideia surgiu de uma utilização já longa da bicicleta e da vontade de partilhar isso com outras pessoas. Quanto mais bicicletas houver, mais (ecológico e) seguro é para todos: ciclistas, peões e até para os automobilistas (andam mais devagar, estão mais atentos e há menos carros).

Porque é que o projecto tem/teve sucesso?

Esta iniciativa felizmente começou pouco antes dos Bike Buddies, da MuBi e por isso o sucesso foi mais ou menos partilhado. Nós acabámos por não fazer muitos acompanhamentos mas com eles sim. Acho que há sempre falta de divulgação e de motivação pelas pessoas.

De onde veio o financiamento?

Não foi necessário.

Quando é que começaram a aparecer os primeiros resultados (em que fase)?

Os resultados foram meramente na vida dos indivíduos acompanhados, e foi logo a seguir ao acompanhamento e aconselhamento.

Qual a duração do projecto?

Neste momento deixámos para a MUBi a resposta aos pedidos que surgem, durou mais ou menos um ano a iniciativa autónoma de Telheiras.

Quais os principais resultados obtidos?

Mais umas (poucas) pessoas a andar de bicicleta.

Quais são as entidades/actores envolvidos no projecto e como colaboram?

Associação de Residentes de Telheiras e alguns acompanhantes.

Quais os actores que são mais dinâmicos?

-

Esteve envolvido algum Engenheiro do Ambiente neste projecto? De que forma contribuiu para o projecto?

Não.

Que qualidades/capacidades são necessárias num gestor deste tipo de projectos?

Bom marketing, desejo de investir a longa duração, bons contactos com as juntas de freguesia e câmara municipal no sentido de divulgarem e incentivarem.

Pedibus

Qual a génese do projecto, como surgiu a ideia?

A iniciativa “Pedibus” esteve inserida num projeto europeu denominado “MobQua – Mobilité dans les quartiers”, que pretendia promover iniciativas promotoras de viagens em modos suaves à escala do bairro, ao qual a CML concorreu juntamente com os municípios de Picanya em Espanha e Génova em Itália.

O “Pedibus” foi implementado em três escolas EB1, duas em Alvalade e outra em Campo de Ourique.

Porque é que o projecto tem/teve sucesso?

A iniciativa teve sucesso na implementação. No entanto, infelizmente, não se manteve porque não foi possível encontrar ninguém que liderasse a iniciativa no ano letivo seguinte (o projeto Mobqua terminou em Julho de 2008, tendo a CML e a TIS saído de cena).

Os circuitos “Pedibus” foram reconhecidos pelas escolas e pelos pais como uma iniciativa muito positiva, era uma forma de promover uma boa relação entre alunos, pais e comunidade. Por um lado era uma maneira das crianças se tornarem mais independentes e por outro lado era uma forma de elas conviverem entre si. Para os professores era uma ótima forma dos alunos chegarem atempadamente às aulas.

O projecto foi divulgado em várias conferências e também na comunicação social. Foi elaborado um guia de implementação destes circuitos e creio ter havido outras escolas pelo país que implementaram o “Pedibus”.

De onde veio o financiamento?

Parte do financiamento foi realizado pela UE, tendo a CML contribuído com outra parte.

Quando é que começaram a aparecer os primeiros resultados (em que fase)?

Esta iniciativa foi realizada em 2008. Após várias intervenções primárias com os intervenientes, por forma a montar o serviço, os resultados apareceram desde a primeira realização do “Pedibus”, em Abril. Durante a 1ª semana os participantes foram muito ativos, houve alunos não

inscritos inicialmente que quiseram participar após verem os colegas felizes e contentes a andar nos circuitos.

Qual a duração do projecto?

A iniciativa durou até ao final do ano lectivo, i.e., desenvolveu-se no último período lectivo. Os circuitos entraram em funcionamento em Abril (estávamos à espera do bom tempo) e duraram até Junho.

Quais os principais resultados obtidos?

Trata-se de uma iniciativa que envolvia muito a participação dos pais, no fundo seriam eles os motores de continuidade do “Pedibus” (a CML seria apenas o motor de arranque), com o tempo (e a retirada da CML e TIS do plano de acção) os circuitos foram sendo cancelados por falta de participação de pais e crianças.

Estas são iniciativas muito motivadoras de convivência social, alunos e pais estabelecem relações entre si, o que se traduz em boas relações de vizinhança num bairro.

Quais são as entidades/actores envolvidos no projecto e como colaboram?

Alunos, pais, professores (escola). Nalguns casos existe a participação de entidades externas, como comerciantes. Em Génova, alguns dos estabelecimentos comerciais eram promotores da iniciativa e participavam com, por exemplo, a oferta de bolos num dia da semana aos alunos participantes.

Quais os actores que são mais dinâmicos?

Os alunos têm um grande poder de persuasão de pais e educadores. Convencendo-os a intervir, facilmente se chega aos pais. Todavia sem os pais este tipo de iniciativa não avança. Uma sugestão de promover uma maior dinâmica e continuidade prolongada do “Pedibus” é o envolvimento das Associações de Pais como gestoras da iniciativa.

Esteve envolvido algum Engenheiro do Ambiente neste projecto? De que forma contribuiu para o projecto?

Não.

Que qualidades/capacidades são necessárias num gestor deste tipo de projectos?

Comunicação, facilidade em lidar com crianças, gestão de tarefas.

Prove – Promover e Vender

Qual a génese do projecto, como surgiu a ideia?

A ideia surgiu no âmbito da Iniciativa Comunitária Equal em conjunto com várias entidades parceiras que se associaram a um grupo de pequenos produtores inicialmente dos territórios de Palmela e Sesimbra, com o intuito de melhorar o escoamento das produções locais.

Ao longo dos anos têm-se verificado que os produtores locais deixam de ter acesso ao mercado devido à sua falta de competitividade e afirmação ao nível de preços de mercado, o que leva muitas vezes ao abandono da actividade rural e conseqüentemente dos terrenos agrícolas.

Assim, o território vai perdendo produtos e serviços essenciais para a sua sustentabilidade e revitalização tanto económica como social, e origina conseqüentemente fortes desequilíbrios ao nível da população e dos recursos territoriais.

Como consequência deste facto, surgiu a necessidade de estimular os produtores, empreendedores e prestadores de serviços, para novas formas de oferta através do desenvolvimento de acções dirigidas à promoção dos produtos locais. Seguiu-se uma vontade colectiva de mudança que proporcionou a mobilização de recursos (humanos, materiais e financeiros, entre outros) e o desenhar de um projecto com um plano de acção onde a estratégia se apresenta como colectiva e construtiva com os intervenientes locais.

Porque é que o projecto tem/teve sucesso?

A iniciativa tem sucesso visto ter vários benefícios para:

Produtores - Conseguem vender os seus produtos e obter directamente e no imediato o justo valor pelo seu trabalho vendo valorizada a sua profissão;

Consumidores - Adquirem produtos de qualidade, tendo a possibilidade de experimentar um conjunto de produtos variados através da aquisição de cabazes de frutas e legumes seleccionados, compostos diferenciadamente de modo a surpreender o consumidor. Existindo ainda a possibilidade de contacto com os produtores;

Território - Uma vez que ocorre o aumento da competitividade das zonas rurais e uma maior interacção entre o espaço rural e urbano, com o desenvolvimento de diversas actividades geradoras de riqueza.

A competitividade territorial é estimulada através destas iniciativas uma vez que ancoram a sua intervenção no estabelecimento de uma rede de parceiros, produtores e consumidores, obtendo sinergias que revertem na criação de territórios mais competitivos e valorizados.

De onde veio o financiamento?

O financiamento adveio da Iniciativa Comunitária Equal que é co-financiada pelo Fundo Social Europeu.

Quando é que começaram a aparecer os primeiros resultados (em que fase)?

As fases essenciais deste projecto iniciam-se na criação de parcerias que posteriormente realizam uma selecção dos mediadores/facilitadores e dos produtores que nela vão participar.

Em conjunto é realizada uma definição da estratégia a seguir para o sucesso desta iniciativa que de seguida é aplicada numa semana experimental, ocorrendo uma ou duas semanas antes do início oficial da comercialização, que vai constituir um processo de validação do processo e que vai ter a participação de apenas 10 a 15 consumidores de modo a permitir a adaptação dos produtores ao processo. É nesta última fase que os resultados começam a aparecer com a participação de um número crescente de consumidores que aderem a esta nova forma de comercialização.

Qual a duração do projecto?

O projecto começou em 2006 com o projecto-piloto em Palmela e Sesimbra estendendo-se posteriormente às seguintes regiões: Moita, Quinta do Conde, Ermesinde, Amial Porto, Zona Ocidental do Porto, Felgueiras, Lousada, Penafiel, Paços de Ferreira, Paredes, Montemor-o-Novo, Mafra, Gradil, Ericeira, Ponte de Lima, Abrantes, Caminha, Monção, Paredes de Coura, Valença, Loulé, São Brás de Alportel e Oliveira de Azeméis.

Quais os principais resultados obtidos?

Os principais resultados obtidos foram a aproximação dos produtores com os consumidores promovendo a renovação das relações de compromisso, solidariedade e ética entre quem produz e quem consome.

Os pequenos produtores foram incentivados a utilizar técnicas ambientalmente mais correctas, e assim foi possível obter também uma melhoria da qualidade dos produtos consumidos pelos consumidores, associado ao facto de serem obtidos por comércio de proximidade e não terem de ser transportados para longas distâncias e em condições menos favoráveis que possam contribuir para a redução dessa qualidade.

Surgiram assim novas formas de comercialização que ajudam os pequenos produtores a escoar os produtos, e há uma promoção do desenvolvimento dos territórios rurais que já não se verificava nos últimos anos.

Quais são as entidades/actores envolvidos no projecto e como colaboram?

No projecto-piloto em Sesimbra e Palmela as entidades e actores envolvidos foram as seguintes:

Produtores e consumidores;

ADREPES - Associação de Desenvolvimento Local que funcionou como entidade interlocutora com funções de coordenação e planeamento da parceria, contribuindo também com o seu conhecimento profundo do território e dos seus actores;

CMP e CMS – Contribuíram com o conhecimento do território e estabelecimento de contactos com outras entidades no território;

INDE – ONG com experiência na animação, reflexão e sistematização em práticas e metodologias de inserção e desenvolvimento priorizando a reflexão colectiva dos actores locais, e experiência de trabalho em comercialização ética e de proximidade;

SAL – Empresa de turismo activo que permitiu a partilha de experiências e conhecimentos com visitantes e turistas que procuram a região para conhecer as suas tradições, os seus produtos e serviços;

Sociedade Turística do Cabo – Empresa de hotelaria e restauração com percepção das exigências dos consumidores e facilidade em encontrar alternativas que ajudem os produtores a prestar um melhor serviço de venda;

Mediadores/facilitadores - Neste caso foram os técnicos das instituições parceiras que assumiram este papel neste processo.

Quais os actores que são mais dinâmicos?

Produtores e consumidores.

Esteve envolvido algum Engenheiro do Ambiente neste projecto? De que forma contribuiu para o projecto?

Não.

Que qualidades/capacidades são necessárias num gestor deste tipo de projectos?

Empreendedorismo, liderança, trabalho em equipa/cooperação, conhecimento da região e suas problemáticas.

CoworkLisboa

Qual a génese do projecto, como surgiu a ideia?

Em 2009, o Fernando Mendes era um freelancer a trabalhar, na maior parte do tempo, em casa. Começou a ler sobre o tema (cowork) e pareceu-lhe que, a empreender, só o poderia fazer neste tipo de projecto. Um negócio que não o é e que é alicerçado em relações humanas.

Porque é que o projecto tem sucesso?

Foi o primeiro espaço em Portugal, o maior, nasceu na LX Factory, os seus mentores são gestores experientes e adoram o que fazem.

De onde veio o financiamento?

De fundos próprios, inicialmente, recorrendo à banca depois.

Quando é que começaram a aparecer os primeiros resultados (em que fase)?

Os resultados foram imediatos já que o espaço arrancou com logo com uma ocupação de 60%. Desde aí mantém-se nos 75% a 80% de ocupação, com alguns momentos de lotação completa.

Qual a duração do projecto?

Estamos abertos desde Fevereiro de 2010 e tencionamos continuar.

Quais os principais resultados obtidos?

A famosa Felicidade no Trabalho é aqui uma realidade.

Quais são as entidades/actores envolvidos no projecto e como colaboram?

O espaço é gerido pelo Fernando Mendes e pela Ana Dias, com a ajuda directa e preciosa de vários *coworkers* residentes com quem o “Coworklisboa” estabelece permutas de serviços.

Quais os actores que são mais dinâmicos?

Os mentores, os colaboradores Dylan Morais e Pedro Figueira, para além dos supra citados residentes.

Esteve envolvido algum Engenheiro do Ambiente neste projecto? De que forma contribuiu para o projecto?

Não, estiveram envolvidos designers e arquitectos.

Que qualidades/capacidades são necessárias num gestor deste tipo de projectos?

Alguma experiência de vida, transversalidade profissional, inteligência emocional na gestão/controlo de conflitos, informalidade e responsabilidade. Ter pensamento crítico e criativo é essencial também.